

Vanessa Maciel Lema

**O TRABALHO DAS MULHERES NO PRESÍDIO FEMININO DE  
FLORIANÓPOLIS:  
DAS FUNÇÕES DECLARADAS ÀS FUNÇÕES LATENTES E  
REALMENTE CUMPRIDAS**

Dissertação submetido(a) ao Programa  
de Pós Graduação em Direito da  
Universidade Federal de Santa Catarina  
para a obtenção do Grau de mestre em  
Direito.

Orientadora: Prof<sup>ra</sup>. Dra. Vera Regina  
Pereira de Andrade

Coorientadora: Prof<sup>ra</sup>. Dra. Flávia de  
Mattos Motta

Florianópolis  
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária  
da UFSC.

Lema, Vanessa

O trabalho das mulheres no presídio feminino de Florianópolis: Das funções declaradas às funções latentes e realmente cumpridas / Vanessa Lema; orientadora, Vera Regina Pereira de Andrade; coorientadora, Flávia Mattos Motta. - Florianópolis, SC, 2015. 164 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas. Programa de Pós-Graduação em Direito.

Inclui referências

1. Direito. 2. Prisão Feminina. 3. Trabalho. 4. Criminologia Crítica. 5. Antropologia. I. Pereira de Andrade, Vera Regina. II. Mattos Motta, Flávia. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Direito. IV. Título.

Vanessa Maciel Lema

**O TRABALHO DAS MULHERES NO PRESÍDIO FEMININO DE  
FLORIANÓPOLIS: DAS FUNÇÕES DECLARADAS ÀS  
FUNÇÕES LATENTES E REALMENTE CUMPRIDAS**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “mestre” e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós Graduação em Direito-PPGD

Florianópolis, 04 de março de 2015.

---

Prof. Dr. Luiz Otávio Pimentel  
Coordenador do Curso

**Banca Examinadora:**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vera Regina pereira de Andrade  
Orientadora  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Flávia de Mattos Motta  
Coorientadora  
Universidade do Estado de Santa Catarina

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Odete Maria de Oliveira  
Membro  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dr. Theóphilos Rifiotis  
Membro  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Luíza Pinheiro Flauzina  
Membro  
Universidade de Brasília

Este trabalho é dedicado a todas as  
mulheres vítimas da prisão.



## AGRADECIMENTOS

Ao grande incentivador desta pesquisa, presente em todos os momentos, me estimulando a seguir em frente; muitas foram as noites divididas com minha pesquisa, dúvidas, anseios, alegrias e correções até o amanhecer, sua contribuição ao longo deste trabalho foi fundamental, nossas conversas serviram para acalmar minhas inquietações. É muito bom compartilhar contigo a mesma utopia. Obrigada mi vida.

Ao Gabo, pelos sorrisos e gargalhadas, sem dúvida meu melhor estímulo, nunca existirão dias difíceis ao seu lado.

Ao meu pai e minha mãe que me ensinaram os valores mais importantes da vida.

À minha querida orientadora Vera, pelas grandes contribuições ao longo da caminhada, pela sensibilidade em acreditar na pesquisa de campo, necessária para o desenvolvimento deste trabalho, por me permitir ver, através do olhar da criminologia crítica e, ainda, por permitir apropriar-me de suas ideias. É uma honra fazer parte dos orientandos, guiados pelas mãos de Vera Andrade.

À minha estimada coorientadora Flávia, pela amizade, pela disponibilidade em compartilhar seus conhecimentos, ser humano fantástico, comprometida com a pesquisa etnográfica, sem dúvida, a grande responsável pela minha incursão na etnografia. Me proporcionou vários momentos agradáveis, até nas correções, graças ao seu senso de humor interminável.

Agradeço ao grande advogado e colega de mestrado, Luciano Góes, pela amizade ao longo desses dois anos, ser humano admirável pela luta empreendida e conquistas alcançadas.

A todas as mulheres presas que se dispuseram a participar desta pesquisa, que permitiram ser observadas e falar das suas vidas, sem elas não seria possível a realização desta dissertação.

E finalmente, meu agradecimento ao Governo do Estado de Santa Catarina, representado pelo Delegado Rodrigo Raiser Schneider, que autorizou meu afastamento integral das atividades na Academia de Justiça e Cidadania, nos termos do estabelecido pelo Estatuto do Servidor Público do Estado de Santa Catarina, para cursar o Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina.





Costuma-se dizer que ninguém conhece verdadeiramente uma nação até que tenha estado dentro de suas prisões. Uma nação não deve ser julgada pelo modo como trata seus cidadãos mais elevados, mas sim pelo modo como trata seus cidadãos mais baixos.

Nelson Mandela, 1994



## RESUMO

A presente dissertação, realizada junto a linha de pesquisa Sociedade, Controle Social e Sistema de Justiça, do Programa de Pós Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, pretende compreender como funciona o trabalho realizado pelas mulheres presas no presídio feminino de Florianópolis, o referencial teórico de análise é a criminologia crítica e a antropologia. Parte-se da hipótese central de que o trabalho realizado na prisão, não apenas cumpre função diversa, mas inversa daquela apresentada no discurso declarado da função da prisão. Desta forma a prisão não combate, e sim constrói o criminoso, para assim reproduzir a estrutura social correspondente.

Para tanto se utiliza a pesquisa de campo com o método de procedimento antropológico etnográfico através da observação participante, em que a pesquisadora domestica seu olhar, seu ouvir e teoriza seu escrever, e assim comprova qual o sentido do trabalho na prisão, justificada pela possibilidade em dar voz àquelas mulheres e conhecer a realidade sem disfarces.

A partir do discurso declarado que tenta legitimar a prisão, encontrados nos instrumentos jurídicos internacionais e nacionais, e especificamente na Lei de Execução Penal, confrontados com a operacionalização observada *in loco*, confirma que a prisão funciona com uma eficácia invertida, o trabalho não somente contraria o discurso da ressocialização, como confirma a laborterapia.

**Palavras-chave:** Prisão Feminina. Trabalho. Criminologia Crítica. Antropologia. Ressocialização.



## RESUMEN

Este trabajo, llevado a cabo en la línea de investigación Sociedad, Control Social y el Sistema de Justicia, del Programa de Posgrado en Derecho de la Universidad Federal de Santa Catarina, tiene por intención entender cómo se constituye el trabajo realizado por las mujeres atrapadas en la prisión femenina de Florianópolis. El marco teórico de análisis fue pautado por los fundamentos teóricos ofrecidos por la criminología crítica y la antropología. Como hipótesis central, se sostiene que el trabajo realizado en la cárcel, no sólo cumple funciones diferentes, sino inversas a las presentadas en el discurso declarado como función de la prisión. Así, la prisión no lucha contra el crimen, sino que construye y refuerza la clientela habitual de las instituciones de confinamiento penitenciario, a fin de reproducir la estructura social correspondiente.

Por lo tanto se optó por la investigación de campo a través del procedimiento antropológico y del método etnográfico a través de la observación participante, en la que se domestica la mirada investigadora, lo que se escucha y teoriza su escritura, para buscar comprobar el(los) sentidos del trabajo en la prisión, e que se justifica por la posibilidad de dar voz a las mujeres y conocer la realidad sin disfraz.

Del discurso declarado que intenta legitimar la prisión y que se encuentra en los instrumentos jurídicos internacionales y nacionales, específicamente en la Ley de Prisiones, confrontado con la realidad observada in situ, se llega a la confirmación de que la cárcel funciona con una eficacia invertida: trabajar no sólo contradice el discurso de la rehabilitación, sino que por lo contrario fue confirmado que su sentido principal se constituye como terapia laboral.

**Palabras- Claves:** Prisión Femenina. Trabajo. Criminología Crítica. Antropología. Resocialización.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Foto da penitenciária estadual de Florianópolis 1930 .....	69
Figura 2 – Foto da entrada principal da unidade prisional .....	70
Figura 3 – Foto da estrutura do presídio, galerias e alojamentos.....	71
Figura 4 – Foto do alojamento berçário.....	72
Figura 5 – Foto do alojamento semiaberto .....	73
Figura 6 – Foto do banheiro do semiaberto .....	74
Figura 7 – Foto da área destinada para visitação.....	76
Figura 8 – Foto do maquinário utilizado na fábrica pelas empresas Malharia Social e Bouticão .....	77
Figura 9 – Foto da bolsa produzida para a marca Dudalina.....	78
Figura 10 – Foto da cela de triagem.....	79
Figura 11 – Foto da cela triagem e “castigo” .....	80
Figura 12 – Foto do banheiro da cela triagem .....	81
Figura 13 – Foto da sala de revista.....	83





## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CIC- Centro Integrado de Cultura  
CLT- Consolidação das Leis Trabalhistas  
CmIDH- Comissão Interamericana de Direitos Humanos  
CNJ- Conselho Nacional de Justiça  
CrIDH- Corte Interamericana de Direitos Humanos  
CRFB/1988- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988  
DEAP- Departamento Estadual de Administração Prisional  
DEPEN- Departamento Penitenciário Nacional  
EPI'S- Equipamentos de proteção individual  
FGTS- Fundo de garantia por tempo de serviço  
INFOPEN- Informações Penitenciárias  
LEP- Lei de Execução Penal  
MJ- Ministério da Justiça  
OAB- Ordem dos Advogados do Brasil  
OIT- Organização Internacional do Trabalho  
ONU- Organização das Nações Unidas  
PFF- Presídio Feminino de Florianópolis  
SIDH- Sistema Interamericano de Direitos Humanos  
SJC- Secretaria de Justiça e Cidadania  
TC- Termo de Cooperação  
UDESC- Universidade do Estado de Santa Catarina  
UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina  
USM- Universidade sem Muros



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>23</b>
<b>1 A PROGRAMAÇÃO NORMATIVA: O DISCURSO DECLARADO SOBRE O TRABALHO PRISIONAL.....</b>	<b>29</b>
1.1 O TRABALHO COMO DIREITO/DEVER DO(A) CONDENADO(A) NOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS INTERNACIONAIS.....	29
1.1.1 Breves Considerações sobre os Tratados Internacionais.....	29
1.1.2 Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948	31
1.1.3 Convenção nº 29 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Trabalho Forçado ou Obrigatório.....	33
1.1.4 Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais- 1966.....	35
1.1.5 Convenção Americana sobre Direitos Humanos de 1969 (Pacto de São José da Costa Rica) .....	36
1.1.6 Regras Mínimas da ONU para Tratamento de Prisioneiros de 1955 .....	38
1.1.7 Casos de Violações de Direitos Humanos no Brasil perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CmIDH) e a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CrIDH) .....	40
1.2. O TRABALHO COMO DIREITO/DEVER DO(A) DAS PESSOAS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE NOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS NACIONAIS .....	45
1.2.1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 .....	45
1.2.2 Lei de Execuções Penais- Lei 7.210/1984 .....	49
1.2.3 Resolução nº 14, de 11 de novembro de 1994 .....	53
1.2.4 Cartilha do Empregador elaborada pelo Conselho Nacional de Justiça .....	54
1.2.5 Termo de Cooperação (TC) para realização de convênios Secretaria de Estado Justiça e Cidadania- SJC e Departamento de Administração Prisional-DEAP .....	59
1.2.6 Lei estadual 14.410 de 16 de abril de 2008 .....	61
<b>2 A OPERACIONALIZAÇÃO PRISIONAL: O TRABALHO REAL DAS MULHERES NO PRESÍDIO FEMININO DE FLORIANÓPOLIS – PESQUISA ETNOGRÁFICA .....</b>	<b>63</b>
2.1. O PROBLEMA E AS ESCOLHAS: O TRABALHO DE CAMPO ANTROPOLÓGICO E O LÓCUS DA PESQUISA .....	63
2.2 METODOLOGIA UTILIZADA .....	65



2.3 (DES)CONHECER O CONHECIDO: VOLTANDO AO PRESÍDIO E DESCREVENDO SUA ESTRUTURA .....	66
2.4 A POPULAÇÃO CARCERÁRIA DO PRESÍDIO FEMININO DE FLORIANÓPOLIS E O PERFIL DAS MULHERES PARTICIPANTES DA PESQUISA .....	84
<b>2.4.1 A população carcerária: montando o quebra-cabeças de dados dispersos .....</b>	<b>84</b>
<b>2.4.2 Quem são as mulheres que trabalham no presídio? A vida por detrás dos números .....</b>	<b>92</b>
2.5 O TRABALHO NA COZINHA SOB O OLHAR E ESCUTA DA ETNOGRAFIA .....	96
2.6 A ESTRUTURA E ROTINA DO TRABALHO NA FÁBRICA SOB O OLHAR E ESCUTA DA ETNOGRAFIA .....	101
2.7 O TRABALHO COMO PRÊMIO, REMÉDIO OU INSTRUMENTO DE CONTROLE? CRITÉRIOS DE DEFINIÇÃO E SELEÇÃO .....	104
2.8 DO SILENCIAMENTO À ESCUTA .....	106
<b>3 DAS FUNÇÕES DECLARADAS ÀS FUNÇÕES REAIS: O MITO DA RESSOCIALIZAÇÃO PELO TRABALHO ...</b>	<b>109</b>
3.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA PRISÃO E SEU REAL FUNCIONAMENTO .....	109
3.2 A FORMA DE PUNIR NO CONTEXTO BRASILEIRO .....	113
3.3 A EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO ENCARCERADA COMO NEGÓCIO ALTAMENTE LUCRATIVO.....	118
3.4 O TRABALHO DAS MULHERES PRESAS: PROFISSIONALIZAÇÃO, ALTERNATIVA PARA REMIÇÃO DE PENA OU LABORTERAPIA? .....	125
3.5 O MITO DA “RESSOCIALIZAÇÃO”. (DES)LEGITIMANDO A PRISÃO .....	127
3.6 A SELETIVIDADE COMO CRITÉRIO DELIMITADOR DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA .....	129
3.7 AS CONDIÇÕES DE TRABALHO COMO SUPEREXPLORAÇÃO ...	132
3.8 ALTERNATIVAS PARA REDUZIR A VIOLÊNCIA DO SISTEMA PRISIONAL .....	136
3.9 ALTERNATIVAS PARA REDUÇÃO DE DANOS .....	138
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>141</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>147</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>155</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>158</b>



## INTRODUÇÃO

Esta dissertação versará sobre o tema o trabalho das mulheres na prisão e estará circunscrita ao Presídio Feminino de Florianópolis (PFF) durante o ano de 2014. O objetivo geral será verificar se o trabalho realizado pelas mulheres presas no Presídio Feminino de Florianópolis, direito/dever elencado em vários instrumentos jurídicos, em específico na Lei de Execução Penal (LEP), funciona conforme suas funções declaradas ou se, pelo contrário cumpre outra(s) função(ões) latente(s). A observação do trabalho realizado pelas mulheres encarceradas permitirá verificar a função efetiva e aos interesses de que(m) o trabalho dentro da referida instituição serve.

O trabalho realizado dentro dos estabelecimentos prisionais brasileiros, está regulamentado pela LEP, Lei nº. 7.210, de 11 de julho de 1984. Esta legislação específica tem como objetivos declarados estabelecer as regras para o cumprimento da pena e promover a integração social do preso. No âmbito estadual, a lei 14.410 do Estado de Santa Catarina autoriza o Poder Executivo a destinar estruturas físicas e também incentivar parcerias com entidades privadas para a efetivação da atividade laboral por parte dos sentenciados do sistema prisional. Estes são os dois principais instrumentos utilizados na elaboração dos convênios entre sistema prisional e empresas privadas.

O problema que norteará a presente pesquisa consistirá em elucidar se o discurso declarado pelo sistema prisional, aqui entendido como discurso oficial, é pautado pela legislação vigente, que teria o escopo de garantir a segurança de todas as pessoas através dos instrumentos legais, conforme previsto na LEP, no qual se afirma que o objetivo da execução da pena é, além de efetivar as disposições da sentença, proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado à vida em liberdade, sob a função “ressocializadora” da prisão (artigo 1 LEP) e, ainda, garantir que o trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, tenha finalidade educativa e produtiva (artigo 28 da LEP). Desta forma, indaga-se: a operacionalização do PFF cumpre com as funções declaradas no que se refere ao trabalho das mulheres ou, caso isto não se constate, quais são as funções realmente cumpridas?

A clientela feminina criminalizada e cumprindo pena privativa de liberdade no PFF é recrutada, regularmente, nos baixos estratos sociais, selecionando preferencialmente as pessoas negras, pelo cometimento de crimes de furto, roubo e, sobretudo, tráfico de drogas, replicando-se, em

relação ao feminino, a mesma regularidade da seleção da clientela masculina.

O discurso das funções declaradas, tanto da execução penal quanto do trabalho a ser nela realizado, apesar da linguagem jurídica aparentemente universalista, é, latentemente, um discurso androcêntrico, ou seja, centrado no gênero masculino e destinado ao aprisionamento dos sujeitos que encarnam este gênero, regra geral os homens, predominantemente criminalizados pelo sistema penal (ANDRADE, 2012). Tal discurso contribui, desta forma, para a invisibilização e silenciamento da especificidade do gênero feminino no direito/dever do trabalho no cumprimento da pena privativa de liberdade. Este silenciamento atravessa tanto as legislações específicas sobre o aprisionamento, quanto as instituições prisionais. A título de hipótese em face da operacionalização da pena de prisão no PFF, afirma-se que o trabalho realizado pelas mulheres presas “cumpre função não apenas diversa, mas inversa à declarada no discurso oficial, restando deste uma eficácia meramente simbólica e legitimadora do aprisionamento” (ANDRADE, 2012).

O método de abordagem utilizado nesta dissertação será o dialético, pois partirá, em um primeiro momento, do contexto em que surgem os direitos como discurso declarado, em tese, nos instrumentos jurídicos nacionais e internacionais para depois serem confrontados com a operacionalização do trabalho da mulheres presas no PFF, fato que, via de regra, os direitos e em particular a propalada reintegração pelo trabalho é negada, configurando a antítese (eficácia invertida) (ANDRADE, 2012) que em nível macrosociológico se revela funcional a reprodução da estrutura social capitalista e, finalmente, buscar-se-á apontar elementos para a superação deste antagonismo a título de síntese.

A análise dos instrumentos nacionais e internacionais que contemplam os direitos das pessoas presas subsidiará a compreensão do exercício de poder do sistema penal através do discurso institucional declarado, em particular, do sistema prisional com foco específico no PFF que será confrontado com os resultados da pesquisa empírica; do comportamento, rotina, anseios, perspectivas e vivências do universo específico de mulheres aprisionadas objeto deste trabalho.

Serão utilizados os procedimentos: a) antropológico etnográfico através da observação participante, em que a pesquisadora domestica seu olhar, seu ouvir e teoriza seu escrever, seguindo os moldes da pesquisa antropológica, com o diário de campo e o conteúdo das entrevistas que representam a fonte para a produção de um texto etnográfico, ou seja, a descrição interpretativa das práticas sociais observadas visibilizando pesquisador e pesquisado. A pesquisa empírica será feita com a utilização



de métodos de pesquisa de campo em Antropologia, e é através da etnografia que se pode experimentar a possibilidade de conviver com o outro e consequentemente, de pensar a nós mesmos. (GROSSI, 1992).

Além dos referenciais antropológicos, referentes à pesquisa etnográfica, de Miriam Pillar Grossi, Flávia de Mattos Motta, Cláudia Fonseca, o marco teórico da criminologia crítica, como fundamentação da hipótese desta pesquisa, através do referencial de Vera Andrade, permitirá dar voz àquelas mulheres através da escuta, escrever sobre o(s) sentido(s) do trabalho exercido por elas, como são selecionadas para o trabalho, para quem efetivamente elas trabalham, quem são elas e ainda o que pensam sobre a função do trabalho realizado na prisão.

As técnicas de pesquisa utilizadas para a presente dissertação foram a bibliográfica, mediante a consulta do acervo físico da Biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina, do Tribunal de Justiça do Estado Santa Catarina e do acervo pessoal da autora, bem como o acervo digital disponível em *internet* mediante consulta de sítios oficiais de órgãos públicos e portais como, por exemplo, a página de Direitos Humanos DHnet, de reconhecida credibilidade, bem como artigos disponíveis em meio eletrônico devidamente indexados pelos órgãos de catalogação da pesquisa científica em nível nacional e internacional.

Também serão apresentados dados, mediante análise documental, sobre o perfil da população carcerária (idade, escolaridade, etnia) levantados a partir dos relatórios disponibilizados pelo sistema de informações penitenciárias do Ministério da Justiça. Atendendo às normas da ética na pesquisa, em momento algum se fará referência à identidade das mulheres que compõem a população prisional objeto da pesquisa.

O tema desta dissertação reveste-se de singular relevância já que tratará da situação das mulheres que compõem a população carcerária do PFF. Mulheres segregadas atrás dos muros, esquecidas, duplamente vitimizadas pela sociedade capitalista, patriarcal e racista. Se a sociedade capitalista é constituída e se reproduz a partir da exploração da força de trabalho, isto ocorre de maneira intensificada com a mão de obra feminina e seu exército industrial de reserva ora em “liberdade”, ora aprisionada. Além do mais, o fenômeno da dominação não se manifesta apenas pela subjugação de classe, mas também pela opressão da cultura machista herdada da tradição senhorial patriarcal da época da colônia e até hoje não superada. Portanto, o “mito da ressocialização” pelo trabalho não passa de ideologia e mesmo de uma mitologia que disfarça e camufla a verdadeira função do sistema prisional: a segregação e o confinamento dos estratos sociais definidos e rotulados como “delinquentes”. O senso

comum punitivo, como discurso hegemônico legitimante do sistema prisional contribui intensamente para reforçar a verdadeira função do encarceramento. Assim, resulta evidente a necessidade de reflexão crítica baseada em pesquisa científica sobre o tema aqui proposto, vez que há uma lacuna em pesquisas empíricas, com dados quantitativos e análise qualitativa, que retratem de forma fidedigna a real funcionalidade do sistema. Assim, é necessário tornar claro, visível, uma das realidades invisibilizadas pelo discurso moralizante da segregação punitiva.

A pesquisa proposta nesta dissertação busca, na perspectiva criminológica crítica, entender alguns dos motivos que distanciam o discurso ideológico, previsto nos instrumentos jurídicos internacionais e nacionais, que garantem condições mínimas de dignidade humana mediante direitos assegurados às mulheres presas e a operacionalidade, o exercício de poder observados dentro da instituição penitenciária no que diz respeito à atividade laboral desenvolvida por estas mulheres que, sistematicamente, não é pautada pela garantia de direitos e sim pelo abuso de poder e a negação de garantias mínimas de dignidade.

Importante esclarecer que o projeto de pesquisa elaborado para possibilitar a realização desta dissertação, sobretudo no que diz respeito à pesquisa de campo, foi submetido à apreciação e obteve autorização do Departamento de Administração Prisional- DEAP do Governo do Estado de Santa Catarina. Também, não menos importante é informar ao leitor que todas as mulheres presas entrevistadas foram previamente esclarecidas sobre o teor e finalidade da pesquisa e concordaram por livre e espontânea vontade em participar oferecendo seu conhecimento e vivências. Espera-se, ainda, poder retornar ao campo, após a redação da versão final deste trabalho, para socializar o produto da pesquisa com as mulheres presas que prestaram sua inestimável e preciosa informação, sem as quais não teria sido possível ou não teria se atingido o objetivo deste trabalho.

A dissertação apresenta-se estruturalmente dividida em três capítulos ou seções.

No Primeiro capítulo serão analisadas as funções declaradas que tratam do direito/dever ao trabalho das pessoas presas nos instrumentos jurídicos nacionais e internacionais, não serão objeto de análise nesta dissertação a hierarquia das normas no ordenamento jurídico brasileiro, sua constitucionalidade ou conflito entre princípios, apenas apresentar-se-ão as normas jurídicas pertinentes ao tema proposto, em específico o trabalho do(a) preso(a). Inicialmente são abordados os instrumentos jurídicos internacionais, dos quais o Brasil é signatário, com o recorte de delimitação do objeto de pesquisa que foi devidamente registrado em

todos os ordenamentos elencados, alguns deles fazem menção à condição de direitos garantidos às pessoas em privação de liberdade, outros sugerem e possibilitam a leitura que não admite distinções, já que não deveria haver discriminação nos direitos estabelecidos e inerentes ao status de pessoa em liberdade com os da pessoa humana presa. Logo após, ainda na primeira seção, são apresentados os instrumentos jurídicos nacionais, deixando por último neste capítulo os regulamentos mais específicos a tratar da condição de privação em liberdade e do trabalho encarcerado. A proposta utilizada com o elenco de instrumentos normativos apresentados é a de apontar as formas com que o discurso dogmático consegue idealizar o sistema penal pelo viés da segurança jurídica, afirmando sua proteção e negando e/ou ocultando sua função invertida (ANDRADE, 2012).

No segundo capítulo serão apresentados os resultados da pesquisa etnográfica no PFF, em específico do trabalho realizado pelas mulheres dentro da prisão, isto é, a operacionalização da prisão. Dentre as atividades laborais das mulheres presas no PFF, optou-se por tratar somente aquelas que são prestadas para alguma empresa privada, não abordando nesta pesquisa o artesanato (crochê) por elas produzido, ou ainda as atividades de manutenção da instituição prisional (regalias). São descritos os locais de realização das atividades laborais, cozinha e fábrica, bem como as áreas comuns da unidade, celas e alojamentos, a rotina de trabalho daquelas mulheres, o perfil da mulher presa e como são escolhidas as mulheres para trabalhar.

No terceiro capítulo pretende-se através do olhar da criminologia crítica, apresentar a função latente do sistema penal, através de um breve contexto histórico da função da prisão, seguido do discurso declarado dos agentes de criminalização secundária que legitimam a função do trabalho na prisão, discurso de empresários, juízes e promotores, obtidos na 1ª Mostra laboral do sistema prisional de Santa Catarina, contraposto com a fala das mulheres que são exploradas na sua força de trabalho para as empresas que (re)descobriram na prisão uma forma de manter o poder, aumentar seus lucros graças à exploração da força de trabalho da mulher encarcerada. Por fim, esta dissertação pretende mostrar que as funções latentes da prisão, isto é, aquelas realmente cumpridas, não são somente diversas, mas inversas àquelas apresentadas pelo discurso declarado (ANDRADE, 2012).

Por derradeiro, reitera-se, o que a dissertação pretende, modestamente, é constituir uma contribuição para a reflexão crítica acerca da realidade do exercício de poder do sistema penal dentro do PFF, tornando visível o invisibilizado pelo discurso oficial que inverte e

apresenta o cotidiano do trabalho da mulher presa de ponta-cabeça. Se a pesquisa aqui apresentada possibilitar caminhos para a compreensão das coisas com os pés no chão já terá superado as expectativas.

# **1 A PROGRAMAÇÃO NORMATIVA: O DISCURSO DECLARADO SOBRE O TRABALHO PRISIONAL**

Inicialmente cabe esclarecer que, pela delimitação proposta neste trabalho, não será objeto de análise a hierarquia das normas no ordenamento jurídico brasileiro, sua constitucionalidade ou conflito entre princípios, apenas apresentar-se-ão as normas jurídicas pertinentes ao tema proposto, em específico o trabalho do(a) preso(a), que constam em tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88) na legislação infraconstitucional e demais documentos jurídicos de direito interno.

## **1.1 O TRABALHO COMO DIREITO/DEVER DO(A) CONDENADO(A) NOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS INTERNACIONAIS**

O que se propõe com o breve elenco de instrumentos normativos a seguir apresentados é identificar as formas com que o discurso dogmático consegue idealizar o sistema penal pelo viés da segurança jurídica, afirmando sua proteção e consequentemente negando sua inversão.

Assim, serão apresentados os instrumentos jurídicos pela especificidade da matéria relacionada ao direito/dever ao trabalho da pessoa presa, deixando propositalmente as mais específicas ao tema, ao final da abordagem, visto ser desta forma melhor compreensível a *posteriori*, sua função real.

Serão feitas breves considerações relacionadas aos termos utilizados para conceituar alguns dos instrumentos elencados neste capítulo, bem como o processo de formação, competências e seus efeitos.

Como se partirá da exposição de Tratados Internacionais ratificados pelo Brasil, considera-se importante tecer breves esclarecimentos a respeito do assunto para que se torne clara a importância que carregam determinados documentos não somente pelo alcance global, mas também por tratar especificamente de direitos inerentes ao ser humano.

### **1.1.1 Breves Considerações sobre os Tratados Internacionais**

Os Tratados Internacionais são a principal fonte de obrigação do direito internacional. Além do termo “tratado”, outras denominações podem ser utilizadas para se referir a acordos internacionais, como:

Convenção, Pacto, Protocolo, Carta, Convênio ou também Tratado ou Acordo Internacional (PIOVESAN, 2006, p. 44).

Os Tratados Internacionais só podem ser aplicados aos Estados que expressamente consentiram com sua adoção, excetuando-se os preceitos incorporados pelo costume internacional (PIOVESAN, 2006, p.45).

Assim, os tratados expressam consenso, ou seja, é apenas pela via do consensual que se podem criar obrigações legais para cumprimento dos Estados soberanos que, ao aceitá-los se comprometem a respeitá-los e, ainda, conforme disposto no artigo 52 da Convenção de Viena, se a aprovação do tratado for obtida mediante ameaça ou uso da força, violando os princípios de direito internacional consagrados na Carta da Organização das Nações Unidas (ONU), será um tratado nulo (PIOVESAN, 2006, p. 46).

No que diz respeito ao processo de formação dos tratados internacionais, os critérios são definidos por cada Estado, variando conforme exigências constitucionais de cada país. De um modo geral cabem ao Poder Executivo os atos de negociação, conclusão e assinatura, porém isso caracteriza somente uma etapa provisória que não gera efeitos jurídicos e vinculantes, mas garantem ao tratado um caráter definitivo e autêntico. Após essa formalidade, cabe ao Poder Legislativo a apreciação e aprovação, com a consequente ratificação pelo Poder Executivo. É esta ratificação do tratado que confirma a obrigação do Estado no plano internacional (PIOVESAN, 2006, p. 46).

No Brasil, é de competência privativa do Presidente da República, conforme artigo 84, VIII da CRFB/1988: “celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional” e de competência exclusiva do Congresso Nacional, artigo 49, I da CRFB/1988: “resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional”. Assim, fica convencionada a colaboração entre os Poderes Executivo e Legislativo, que somente se completa com a manifestação do Presidente da República, o que evidencia que a simples assinatura não gera efeitos ao tratado se este não for referendado pelo Congresso Nacional, vez que o Poder Executivo só pode promover a ratificação após aprovação pelo Congresso. Então são dois procedimentos distintos para aprovação do tratado, pelo Congresso por decreto legislativo e ratificação pelo Presidente, seguido do depósito/troca do instrumento de ratificação, passando o tratado a gerar efeitos jurídicos. Analisando ainda os artigos acima citados, não há previsão legal referente ao prazo para que o Presidente da República encaminhe o tratado por ele assinado ao Congresso e tampouco previsão de prazo para apreciação pelo

Congresso do tratado e nem para ratificação do Presidente da República, quando aprovado pelo Congresso (PIOVESAN, 2006, p. 48-50).

Conforme foi informado no início do capítulo, não será objeto deste trabalho a discussão existente em torno da relação hierárquica das normas de direito internacional e interno. Compartilha-se neste trabalho do mesmo entendimento disposto no artigo 5º, § 2º da CRFB/1988: “Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte” (BRASIL, 2014a)

Para que se possa garantir a proteção eficaz do ser humano, não se pode insistir no discurso da teoria clássica que via no direito internacional e no direito interno um modo de operar compartimentalizado e estanque, pelo contrário, como já previsto nos próprios tratados de direitos humanos, no direito constitucional e nas normas do direito internacional, aqueles devem estar em constante integração, o primado deverá ser sempre da norma- internacional ou interna, “que melhor proteja os direitos humanos” (CANÇADO TRINDADE, 2003, p. 40).

Com relação à aplicabilidade de Tratados Internacionais e Tratados Nacionais, salienta Comparato (2007, p. 368) que:

Aplica-se, a essas disposições novas, o princípio da prevalência dos direitos mais vantajosos para a pessoa humana; ou seja, na vigência simultânea de vários sistemas normativos- o nacional e o internacional- ou na de vários tratados internacionais, em matéria de direitos humanos, deve ser aplicado aquele que melhor protege o ser humano.

Desta forma quando se observam os direitos elencados em tratados em que o Brasil seja signatário, entende-se que esses direitos têm força normativa, no que diz respeito à tutela e garantia dos direitos humanos.

Após estas breves considerações, passa-se ao estudo dos direitos relacionados ao trabalho da pessoa presa dispostos na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

### **1.1.2 Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948**

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Resolução nº 217 da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de

dezembro de 1948, teve aprovação unânime de 48 Estados, com 08 abstenções, não houve nenhuma reserva feita pelos Estados aos princípios da Declaração, gerando um consenso entre os Estados dos valores a serem seguidos, delineando uma ordem pública mundial fundada no respeito à dignidade humana, consagrando valores básicos como universais (PIOVESAN, 2006, p. 130-131).

A Declaração foi adotada sob a forma de resolução e não de tratado, por isso não apresentaria força de lei. Todavia, devido seu objetivo principal ser a promoção dos direitos humanos e liberdades fundamentais e, assim devendo ser concebida como interpretação autorizada da expressão “direitos humanos” conforme Carta das Nações Unidas, apresenta, por este motivo, força jurídica vinculante (PIOVESAN, 2006, p.137).

Com relação ao reconhecimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, no entendimento de Comparato (2007, p. 227):

Reconhece-se hoje, em toda parte, que a vigência dos direitos humanos independe de suas declarações em constituições, leis e tratados internacionais, exatamente por que se está diante de exigências de respeito à dignidade humana, exercidas contra todos os poderes estabelecidos, oficiais ou não.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (Declaração), primando pelo ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, estabeleceu a igualdade em dignidade e direitos a todas as pessoas, e que estas devem agir com espírito de fraternidade em relação umas às outras (artigo I) e, ainda, que estas pessoas possam gozar de direitos e liberdades, sem sofrer qualquer distinção, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição (artigo II). Neste instrumento jurídico são assegurados os direitos: à vida, à liberdade, à segurança pessoal (artigo III). Da mesma forma estabelece que ninguém poderá ser submetido a tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante, tendo o direito de ser, em todos os lugares, reconhecida como pessoa perante a lei (artigo VI). Enfim o artigo VII desta Declaração irá reiterar que “todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente



Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação” (DHNET, 2014a).

Na seara do direito ao trabalho, a Declaração estabelece, no artigo XXIII, 1, 2 e 3 que: toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego, garantindo igual remuneração por igual trabalho, devendo esta ser justa e satisfatória. O artigo XXIV da Declaração garante os direitos a repouso e lazer, limites nas horas de trabalho e férias periódicas remuneradas. (DHNET, 2014a).

Em momento algum a Declaração faz menção a pessoas submetidas a regime de privação de liberdade, do que é possível inferir a necessidade de superar o entendimento restritivo, como direitos presumidamente garantidos somente a pessoas livres, para que não haja mais distinção de qualquer tipo em relação à titularidade e efetivo exercício dos direitos elencados, já que direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos independente de sua condição social, religiosa, cultural, enfim, o que se deve buscar é o reconhecimento do outro como sujeito de direito e dignidade.

Após analisar os direitos elencados nesta Declaração, que conforme apontado não distingue o direito ao trabalho do homem livre, com o daquele em privação de liberdade. Passa-se a seguir ao elenco de direitos previstos na Convenção nº 29 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

### **1.1.3 Convenção nº 29 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Trabalho Forçado ou Obrigatório**

Criada com a finalidade de promover padrões internacionais de bem-estar e condições de trabalho, sessenta anos após a sua criação com mais de uma centena de Convenções internacionais promulgadas, assegurando dignidade nas condições de trabalho, com parâmetros globais mínimos em nível mundial, esta Convenção contribuiu para o processo de internacionalização dos direitos humanos (PIOVESAN, 2006, p.111-112).

Na Conferência Mundial de Direitos Humanos de 1993, a OIT propôs um documento que apresentava os principais grupos protegidos pela Organização, a saber: trabalhadores e empregados exercendo a liberdade de associação, as mulheres, as crianças e os trabalhadores imigrantes, entre outros grupos. Seu principal objetivo estava ligado à proteção dos direitos humanos fundamentais no âmbito da atividade econômica, e afirmou ainda o relatório que não havia país algum no

mundo que não apresentasse problemas de discriminação originadas em diferenças culturais, étnicas, religiosas entre outras, e ainda que a discriminação<sup>1</sup> contra a mulher era resultante dos “fatores culturais” que acabavam atribuindo diferentes funções sociais ao homem e à mulher nas esferas pública e privada (CANÇADO TRINDADE, 2003, p. 304-305).

Se essa situação é constatada em trabalhadores livres, pode-se, a princípio, pelo menos indagar se a condição da mulher em situação de privação de liberdade não é potencialmente ainda mais discriminada, primeiro pela condição de mulher e, segundo, pelo estigma da prisão. Sobre este assunto, no próximo capítulo será apresentada a operacionalização “*in loco*” obtida através da observação etnográfica utilizada como procedimento de pesquisa.

A Convenção nº 29 da OIT, ratificada pelo Brasil através do Decreto Nº 41.721, de 25 de Junho de 1957, prevê a obrigatoriedade de suprimir o emprego do trabalho forçado ou obrigatório sob todas as suas formas no mais curto prazo possível (artigo 1,1). Sobre o entendimento do que seria “trabalho forçado ou obrigatório”, compreende-se todo trabalho ou serviço exigido de um indivíduo sob ameaça de qualquer penalidade e para o qual ele não se ofereceu de espontânea vontade (artigo 2,1). Entretanto no inciso 2, “c” do mesmo artigo, a referida expressão não compreenderá o trabalho ou serviço exigido a uma pessoa como consequência de condenação, pronunciada por sentença judicial, desde que sob vigilância de autoridade pública e não de particulares, empresas ou pessoas privadas. Ainda que previsto em casos específicos a possibilidade de utilização de trabalho forçado, ao longo da leitura desta Convenção, o trabalhador preso é equiparado às mesmas condições do trabalhador livre, ou seja, deve ter direito a remuneração igual à percebida pelo trabalhador livre em igual condição, descanso semanal, limite de horas trabalhadas por semana, o trajeto de ida e volta computado como hora trabalhada, indenização por acidente ou doença, subsistência aos

---

<sup>1</sup> O trabalho da OIT no combate à discriminação contra a mulher tem se baseado em dois pontos, a saber: primeiro, a garantia da igualdade de oportunidades e treinamento (no tocante a acesso a treinamento, emprego, organização de trabalho, promoção, processo decisório, assim como as condições iguais de remuneração, benefícios, previdência social); e, segundo, a proteção em relação a condições de trabalho que possam “acarretar riscos para a maternidade”. (ONU, documento A/CONF.157/PC/61/Add.10, de 03.03.1993, p.3, e cf. p.4. *in* CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos. Porto Alegre: Fabris, 2003, p. 204-305).

dependentes em caso de morte ou invalidez resultante do trabalho. Enfim, são diversos aspectos elencados na Convenção, para abolição do trabalho forçado, permitindo exceções em casos bem específicos e, ainda que permita, garante praticamente direitos idênticos aos do trabalhador livre (BRASIL, 2014c).

Desta forma, partindo-se de um olhar crítico do conteúdo deste documento resulta evidente que o trabalho realizado por alguém em cumprimento de pena deveria estar garantido pelos mesmos direitos previstos para o trabalhador livre, vez que a incidência da **vulnerabilidade na relação de emprego se agrava** pela condição de apenado e, depois em liberdade, pelo estigma dos antecedentes criminais.

Por se tratar de documento internacional específico dos direitos do trabalhador que prevê condições de dignidade no exercício do trabalho realizado e ainda afirmar que o trabalho forçado deverá ser entendido como aquele em que o trabalhador não se ofereceu espontaneamente ou ainda possa sofrer penalidades em consequência do mesmo, parece haver incongruências com dispositivos da Lei de Execução Penal (LEP), que é uma legislação infraconstitucional, conforme se verá adiante ainda neste capítulo.

Ainda tratando das principais normas do sistema mundial de Direitos Humanos relativas ao tema específico deste trabalho, a seguir passa-se à análise do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966.

#### **1.1.4 Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais- 1966**

O Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966 foi adotado pela Resolução 2.200 A (XXI), da Assembleia Geral das Nações Unidas, e somente foi aprovado no Brasil em 1991 e promulgado através do Decreto nº 591, de 6 de Julho de 1992 (BRASIL, 2014d). Como em outros tratados internacionais, este criou obrigações aos Estados-partes em caso de violações dos direitos nele previstos, estabelecendo deveres endereçados ao Estado, visto que estas obrigações estão condicionadas a sua atuação, devendo-se implementar medidas que satisfaçam a efetivação dos direitos nele elencados (PIOVESAN, 2006, p. 168-169).

Inicialmente, este pacto estabelece o comprometimento dos Estados Partes na garantia dos direitos nele enunciados, que deverão ser exercidos sem discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou

social, situação econômica, nascimento ou qualquer outra situação (artigo 2º). Logo em seguida preconiza que sejam assegurados a homens e mulheres igualdade no gozo de todos os direitos econômicos, sociais e culturais enunciados no mesmo texto (artigo 3º). Então, no artigo 6º dará reconhecimento ao direito do trabalho, que compreenderá como o direito de toda pessoa ter a possibilidade de ganhar a vida mediante um trabalho livremente escolhido ou aceito. Reconhecendo expressamente o direito a todas as pessoas de gozarem de condições justas e favoráveis, assegurando uma remuneração a todos os trabalhadores: com salário equitativo, remuneração igual por um trabalho de igual valor, sem qualquer distinção; em particular, as mulheres deverão ter a garantia de condições de trabalho não inferiores às dos homens e receber a mesma remuneração por trabalho igual. Somente neste documento pode-se observar um olhar específico sobre a mulher, buscando garantir condições de trabalho e salário em igualdade com os homens, o que parece ser um avanço, mas não aponta para as desigualdades referentes a mulher branca e negra. (BRASIL, 2014d).

Dispõe, na continuação, no artigo 7, a “i”, b, c e d, sobre a segurança e a higiene no trabalho, a possibilidade de promoção, o descanso, o lazer, a limitação razoável das horas de trabalho e férias periódicas remuneradas (BRASIL, 2014d).

Neste documento também não houve previsão de direitos específicos para pessoas presas, o que deixa transparecer no seu conteúdo normativo não haver nenhuma intenção em distinguir os direitos ou condição da pessoa presa daquela em liberdade, apenas dizer expressamente ao Estado que busque garantir progressivamente os direitos elencados à luz dos direitos humanos.

Expostos os principais instrumentos jurídicos concernentes ao tema desta pesquisa no âmbito internacional, passe-se, na próxima subseção, a apresentar o documento do sistema interamericano de maior importância, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, também conhecida como Pacto de São José da Costa Rica.

### **1.1.5 Convenção Americana sobre Direitos Humanos de 1969 (Pacto de São José da Costa Rica)**

A Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Convenção) é considerada o instrumento de maior importância no sistema interamericano, foi assinada em 1969 na Costa Rica, e começou a vigorar em 1978, mas o Brasil somente aderiu à mesma através do Decreto nº

678, de 6 de Novembro de 1992 (PIOVESAN, 2006, p. 227; BRASIL, 2014e).

A Convenção inicialmente aponta para o comprometimento dos Estados Partes em respeitar os direitos e liberdades nela reconhecidos e garantir a toda pessoa (pessoa é todo ser humano, conforme o artigo 1º, 2) que esteja sujeita a sua jurisdição, sem discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição social. (artigo 1º, 1). Elenca direito específico a pessoa privada de sua liberdade, a partir do artigo 5º, onde garante o direito à integridade pessoal. Atentando-se para a leitura do inciso 2 do artigo 5º, “Toda pessoa privada da liberdade deve ser tratada com respeito devido à dignidade inerente ao ser humano” percebe-se que o conteúdo disposto, já estava garantido no artigo 1º, todavia, o que não evidencia a disposição específica, é se o direito e respeito a todas as pessoas inicialmente disposto, refere-se somente a pessoas livres, ou se, optou por elencar direitos específicos da condição de pessoa presa, para auferir maior segurança na garantia de direitos àqueles em situação mais vulnerável (BRASIL, 2014e).

Dando continuidade ao artigo 5º, os incisos 1, 2, 3, 4 e 6 dispõem que ninguém deve ser submetido a torturas nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, o respeito à integridade física, psíquica e moral, a pena não pode passar do delinquente, as pessoas que estiverem presas sem condenação deverão ficar separadas dos condenados e que as penas privativas de liberdade devem ter por finalidade a readaptação social do condenado (BRASIL, 2014e).

E, finalmente, aborda a problemática dos trabalhos forçados ou obrigatórios, afirmando, no artigo 6º, 3 “a”, que os trabalhos exigidos para a pessoa reclusa em cumprimento de sentença ou resolução formal expedida pela autoridade judiciária competente, não constitui trabalho forçado (BRASIL, 2014e).

As obrigações dos Estados-parte, não consistem somente em respeitar os direitos nela elencados, mas também assegurar o seu exercício.

Como se pode perceber, neste instrumento jurídico, assim como na Declaração Universal dos Direitos Humanos, existe grande preocupação com a proteção e preservação da integridade física, moral ou psíquica de todo ser humano. Além de a presente Convenção também dispor de vários artigos relacionados à liberdade pessoal, das garantias judiciais e dos princípios da legalidade e da retroatividade, que não serão aqui

desenvolvidos, não por serem menos importantes, mas unicamente por não fazerem parte da especificidade do objeto proposto.

A seguir, voltando ao âmbito internacional, porém agora tutelando a condição da pessoa presa, serão apresentadas as Regras Mínimas da ONU para tratamento de prisioneiros de 1955, documento que somente se apresenta como conjunto de parâmetros a serem seguidos por cada país ao criar suas próprias regras de acordo com seus costumes, e em consonância com os termos definidos como regras mínimas.

### **1.1.6 Regras Mínimas da ONU para Tratamento de Prisioneiros de 1955**

Ao analisar inicialmente as observações preliminares 1, 2 e 3, elencadas nas Regras Mínimas da ONU para Tratamento de Prisioneiros, adotadas pelo 1º Congresso da ONU sobre Prevenção do Delito e Tratamento de Delinquentes, realizado em Genebra em 1955, depreende-se que seu objetivo não é descrever como deve ser o sistema modelo, mas servir de modelo a ser seguido pelos países, levando em consideração o tratamento digno da pessoa presa, e sendo um referencial a ser delineado para adoção das regras determinadas pela ONU. Visto que alguns critérios constantes nas regras pela sua constante evolução, não tem a intenção de excluir práticas que se coadunem com o propósito das regras deste documento e por isso a administração prisional sempre poderá autorizar qualquer exceção às mesmas (DHNET, 2014c).

Na abordagem deste documento, que trata especificamente da condição da pessoa presa, optou-se por tratar do direito específico proposto nesta pesquisa, ou seja, o direito/dever ao trabalho realizado pelas pessoas presas. Reiterando que, os demais artigos são de grande relevância para garantir as disposições do assunto específico deste trabalho, na condição de direitos de todos aqueles que estão em privação de liberdade, mesmo que no plano abstrato ou ideológico.

A matéria está particularmente prevista em título específico e inicia no artigo 71, 1, 2, 3, 4, 5 e 6, recomendando que o trabalho na prisão não deva ser penoso, mas, de outra banda, afirma a obrigatoriedade do trabalho a todos os reclusos que forem condenados, respeitando suas aptidões física e mental, conforme determinação médica. O trabalho oferecido aos presos deve ser útil para mantê-los ativos durante o labor e proporcionando o aumento de suas capacidades através da profissionalização, com a finalidade de garantir uma vida honesta quando este conquistar a liberdade. Permitindo ao recluso a escolha do tipo de

trabalho a ser desenvolvido, desde que compatível com uma seleção profissional e exigências da administração penitenciária (DHNET, 2014c).

Com relação à organização e os métodos do trabalho desenvolvidos no estabelecimento prisional, conforme artigo 72, 1 e 2, devem ser semelhantes ao trabalho fora da prisão, sempre sob o discurso de preparar o recluso para a vida em liberdade e, ainda, que não se deva subordinar a formação profissional do recluso à realização de benefícios econômicos através do trabalho dentro do estabelecimento penitenciário (DHNET, 2014c).

No artigo 73, 1 e 2, é previsto que as indústrias e a exploração agrícola devem preferencialmente ser comandadas pela administração e não por empresários privados. E caso venham a ser empregues em trabalho onde a administração não controle, cabe a vigilância ao pessoal penitenciário, salvo quando comandados por outros departamentos do Estado. O pagamento deve ser feito à administração (remuneração normal exigível para determinado trabalho), levando-se em conta a remuneração auferida pelo recluso (DHNET, 2014c).

Mais uma vez, são declaradas também neste instrumento as garantias ao trabalhador preso dos mesmos direitos dos trabalhadores em liberdade no que concerne à proteção da “saúde e segurança”, adotando dispositivos, conforme artigo 74, 1 e 2, que possibilitem a indenização por acidente de trabalho e doenças profissionais (DHNET, 2014c).

As horas de trabalho diárias e semanais, segundo o artigo 75, 1 e 2, devem ser fixadas por lei ou regulamento administrativo, respeitando os costumes locais concernentes ao trabalho em liberdade, permitindo um descanso semanal e tempo para a educação e outras atividades que contribuam para a reinserção da pessoa presa (DHNET, 2014c).

E, finalmente, no artigo 76, 1, 2 e 3, quando aborda a remuneração das pessoas presas que trabalham no estabelecimento prisional, esta somente expressa que deverá ser equitativa, e que o recluso pode utilizar pelo menos uma parte dessa remuneração para adquirir objetos de uso pessoal ou enviar à sua família e, ainda, reservar uma parte do salário na administração, com intuito de constituir poupança a ser utilizada quando em liberdade (DHNET, 2014c). Neste momento percebe-se claramente, nenhuma intenção em garantir direitos a uma remuneração igual ao do trabalhador livre, pois ao se referir em remuneração justa, não o equipara em momento algum, resultado de decisões políticas previamente estabelecidas, o que propositalmente ensejará em total inexistência dos benefícios em igualdade à relação de emprego. Diante do exposto, são

exatamente as lacunas encontradas em determinados documentos que ensejam seu negligenciamento.

A seguir, no intuito demonstrar como em casos concretos o descumprimento das garantias previstas nos instrumentos jurídicos internacionais apresentados até o momento ensejam recomendações para que o país violador de direitos tome iniciativas para cessar a violência ocasionada com a sua ação e/ou omissão, seguem os casos em que o Brasil foi acionado perante a Comissão e a Corte Interamericana de Direito Humanos.

### **1.1.7 Casos de Violações de Direitos Humanos no Brasil perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CmIDH) e a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CrIDH)**

No intuito de corroborar a importância dos documentos elencados acima, aponta-se que o Brasil já foi condenado em alguns casos referentes a violações de direitos humanos. Assim, serão apresentados a seguir quatro casos em que o Brasil foi acionado e obrigado a acatar medidas provisórias apresentadas pela CmIDH e CrIDH.

Antes de descrever os casos de violações, importante tecer algumas considerações sobre as funções e competências da CmIDH e CrIDH.

A CmIDH tem competência para atingir todos os Estados-partes da Convenção Americana de Direitos Humanos, os Estados-membro da Organização dos Estados Americanos (OEA), no referente aos direitos da Declaração Americana de 1948, sua finalidade é de promoção e proteção do Direitos Humanos nas Américas. (PIOVESAN, 2006, p. 230). Ainda, conforme artigo 44 da Convenção Americana de Direitos Humanos: Qualquer pessoa ou grupo de pessoas, ou entidade não-governamental legalmente reconhecida em um ou mais Estados-membros da Organização, pode apresentar à Comissão petições que contenham denúncias ou queixas de violação desta Convenção por um Estado-parte (BRASIL, 2014e).

A Comissão faz recomendações aos Estados-partes, prevendo adoção de medidas que protejam os direitos elencados na Convenção; preparando estudos e relatórios; solicita informações aos governos sobre quais foram as medidas adotadas para a aplicação da Convenção e ainda deve encaminhar relatório anual à Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (PIOVESAN, 2006, p. 231). Conforme dispõe o artigo 41 da Convenção tem as seguintes funções e atribuições:



- a) estimular a consciência dos direitos humanos nos povos da América;
- b) formular recomendações aos governos dos Estados-membros, quando considerar conveniente, no sentido de que adotem medidas progressivas em prol dos direitos humanos no âmbito de suas leis internas e seus preceitos constitucionais, bem como disposições apropriadas para promover o devido respeito a esses direitos;
- c) preparar estudos ou relatórios que considerar convenientes para o desempenho de suas funções;
- d) solicitar aos governos dos Estados-membros que lhe proporcionem informações sobre as medidas que adotarem em matéria de direitos humanos;
- e) atender às consultas que, por meio da Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos, lhe formularem os Estados-membros sobre questões relacionadas com os direitos humanos e, dentro de suas possibilidades, prestar-lhes o assessoramento que lhes solicitarem;
- f) atuar com respeito às petições e outras comunicações, no exercício de sua autoridade, de conformidade com o disposto nos artigos 44 a 51 desta Convenção; e
- g) apresentar um relatório anual à Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (BRASIL, 2014e)

Com relação à competência da CrIDH, conforme os artigos 61, 1 e 2 da Convenção, somente podem submeter um caso à decisão da Corte os Estados-parte e a Comissão, visto que há um elenco de procedimentos que devem ser esgotados para que a Corte possa dar conhecimento ao caso. O artigo 62, 3 da Convenção trata dos casos em que pode-se solicitar interpretação consultiva “[...] relativo à interpretação e aplicação das disposições desta Convenção, que lhe seja submetido, desde que os Estados-partes no caso tenham reconhecido ou reconheçam a referida competência, seja por declaração especial [...]” e, sobre a atuação como instância contenciosa, dispõe o 63, 1 do referido instrumento que:

Quando decidir que houve violação de um direito ou liberdade protegidos nesta Convenção, a Corte determinará que se assegure ao prejudicado o gozo do seu direito ou liberdade violados. Determinará também, se isso for procedente, que sejam

reparadas as consequências da medida ou situação que haja configurado a violação desses direitos, bem como o pagamento de indenização justa à parte lesada (BRASIL, 2014e).

Os casos em que o Brasil foi acionado para manifestação e cumprimento de medidas serão descritos brevemente a seguir:

O Caso do presídio Urso Branco (Casa de Detenção José Mário Alves, situada em Porto Velho, Rondônia).

Em 2002, houve uma chacina no presídio de Urso Branco que ficou marcada pela brutalidade dos assassinatos (choque, decapitação e enforcamento), com o assassinato de 37 internos entre 1º de janeiro e 5 de junho de 2002, só não teve mais mortes que o Carandiru. Este presídio ao longo de cinco anos registrou mais de cem mortes, conforme relatório do observatório de segurança, que afirma divergência entre informações prestadas, sendo absurdo o descaso do Estado, perante àqueles que estão sob sua tutela. Ocorreram diversas rebeliões com morte ao longo dos anos de 2001 à 2009, conforme relatório do observatório e CmIDH (VENTURA; CETRA, 2014).

Os itens reivindicados pelos presos tratavam de pedidos que já deveriam ter sido cumpridos conforme previsão legal da própria LEP, a saber: respeito com os familiares, direito a receber visita dos filhos, atendimento jurídico, ambulatorial, igreja, energia elétrica, autorização para a entrada dos remédios trazidos por familiares, entre outros. Nota-se que eles reivindicavam somente o que é direito previsto em lei, dos 22 itens exigidos pelos presos, chamou a atenção foi o item nº 14: “Queremos trabalho e possibilidade de remição de pena; (Independente das providências da administração, o Departamento Penitenciário Nacional providenciaria convênio contemplando o estabelecimento penal José Mário Alves da Silva com trabalho para os presos)” (JUSTIÇA GLOBAL; COMISSÃO JUSTIÇA E PAZ DA ARQUIDIOCESE DE PORTO VELHO, 2014).

E para confirmar a situação o grupo que elaborou o relatório da situação do presídio referente às atividades laborais e educacionais, apresentou as seguintes informações:

Os internos do presídio Urso Branco permanecem em total ociosidade: não realizam nenhuma atividade efetiva e organizada pela direção do presídio ou pela SEAPEN. O artesanato feito por alguns presos somente é possível porque os familiares lhes fornecem o material de trabalho. A

situação beira a tamanho absurdo que os próprios presos, com seus recursos financeiros e auxílio de seus familiares, adquiriram material para a montagem de uma pequena fábrica de tijolos. De igual modo, durante todo o ano de 2005, vários presos reuniram seus recursos financeiros e construíram uma serreria (que fabricava cadeiras de ferro) que funcionava próximo à quadra do banho de sol. Essa serreria foi fechada por determinação judicial, uma vez que possibilitava a fabricação de armas artesanais (JUSTIÇA GLOBAL; COMISSÃO JUSTIÇA E PAZ DA ARQUIDIOCESE DE PORTO VELHO, 2014).

Ainda em outra visita realizada por representantes da Justiça Global e da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Porto Velho, em 30 de agosto de 2007, constatou-se a mesma realidade. Todos os presos reclamaram da ausência de qualquer atividade de trabalho ou estudo, o que prejudicava ainda mais a situação visto que o número excessivo de pessoas no interior das celas e a falta de banho de sol, tornava o “presídio Urso Branco um verdadeiro barril de pólvora, prestes a explodir”. Nesta mesma visita os presos mostravam com orgulho algumas obras feitas com material trazido pelos seus familiares, sem apoio algum do Estado, agravando ainda mais esta situação o fato de que o trabalho realizado por eles não refletia em nenhum benefício de remição de pena, muito embora tal dispositivo encontra-se disposto na LEP (JUSTIÇA GLOBAL; COMISSÃO JUSTIÇA E PAZ DA ARQUIDIOCESE DE PORTO VELHO, 2014).

A Corte ordenou medidas provisórias para evitar novas mortes na penitenciária Urso Branco e, ao longo de nove anos, foram expedidas dez resoluções da jurisdição interamericana. Foi firmado um pacto entre a União (Ministério da Justiça, Departamento Penitenciário Nacional, Secretaria de Direitos Humanos, Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e Ministério das Relações Exteriores), o Governo do Estado de Rondônia, e o Ministério Público, a Defensoria Pública e o Poder Judiciário estaduais, tendo a *Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Porto Velho* e a organização *Justiça Global* (peticionárias junto ao SIDH) como intervenientes responsáveis pelo monitoramento da implementação de suas cláusulas, que visavam especificamente ao levantamento das “medidas provisórias” ordenadas pela Corte. Neste caso somente em 25 de agosto de 2011, a Corte

reconheceu os esforços do Brasil para o cumprimento da sentença, e determinou seu arquivamento (VENTURA; CETRA, 2014).

Outro caso relacionado às pessoas em privação de liberdade foi o da Penitenciária “Dr. Sebastião Martins Silveira” em Araraquara, São Paulo, os problemas apontados foram a superlotação e a violência. A Corte emitiu três resoluções e, em 2008, o caso foi arquivado, visto terem sido reconhecidas as diligências estatais (VENTURA, CETRA, 2014).

No caso em que figuravam como vítimas de maus tratos, violência, tortura e superlotação, crianças e adolescentes privadas de liberdade no Complexo do Tatuapé da Fundação CASA, foram adotadas pela Corte em 2005, “medidas provisórias” destinadas ao enfrentamento de situações de violação aos direitos humanos. Foi na sexta resolução dedicada ao processo, que se reiterou que situação das casas de detenção de menores no Brasil necessitavam de planos de curto, médio e longo prazo que só podiam ser analisados em sentenças de mérito. Embora a Corte tenha reconhecido que houve avanços no cumprimento das medidas provisórias, terminando o processo de transferência de todos os beneficiários a outros centros, o Complexo do Tatuapé foi completamente desativado e por fim que a Corte considerou o esforço realizado pelo Estado e que os fatos que motivaram a adoção das medidas já não subsistiam (VENTURA; CETRA, 2014).

O caso da Unidade de Internação Socioeducativa (UNIS), localizada em Cariacica, Espírito Santo, ainda encontra-se vigente no Brasil. Em fevereiro de 2011 iniciou-se o endereçamento das quatro resoluções ao Estado brasileiro, relativas à violência praticada por agentes estatais ou internos, assim como os graves atos de automutilação e tentativas de suicídio envolvendo crianças e adolescentes privados de liberdade, o que configurou uma situação de extrema gravidade, urgência e de risco iminente (VENTURA; CETRA, 2014).

Conforme Justiça Global Brasil (2014):

A corte ordenou ao Brasil que emitisse informações sobre a evolução das medidas adotadas e seu impacto na erradicação da situação de risco. Exige também que o Brasil proteja a vida e integridade pessoal dos internos, incluído atendimento médico e psicológico aos adolescentes.

Este caso continua sendo verificado pela Corte, e o Brasil devia ter tomado as providências exigidas nas medidas exaradas pela Corte até o final de 2014. Não se tem notícia até a presente data do cumprimento e nem de nova manifestação da Corte neste caso.

O objetivo de apresentar estes casos em que o Brasil foi acionado perante a Corte, para cumprir as medidas impostas no intuito de cessar as violações de direitos, tem a finalidade de demonstrar a importância dos acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário já que, quando comprovada a violação de direitos inerentes ao ser humano, existe a responsabilidade do Estado em não permitir que se perpetue tal situação, bem como a obrigação de reparar os danos produzidos pelos seus agentes.

Após o tratamento da questão aqui suscitada no marco jurídico internacional, passa-se na continuação ao estudo do direito/dever ao trabalho da pessoa em privação de liberdade no marco do ordenamento jurídico brasileiro.

## **1.2 O TRABALHO COMO DIREITO/DEVER DO(A) DAS PESSOAS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE NOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS NACIONAIS**

No âmbito interno, o cumprimento das penas privativas de liberdade é disciplinado pela CRFB/1988, que prevê em cláusula pétreia no seu artigo 5º, inciso XLIX, a integridade física e moral dos detentos (BRASIL, 2014a); o Código Penal dispõe no artigo 38 que o preso conserva todos aqueles direitos não atingidos pela perda da liberdade como, por exemplo, alimentação suficiente e vestuário, proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, descanso e recreação, assistência à saúde, jurídica e à educação (BRASIL, 2014b). Regulamentado mais especificamente pela Lei 7210/84, a Lei de Execuções Penais (LEP), que tem como foco a ressocialização do apenado (BRASIL, 2014g), contemplando ainda, Leis Complementares, Resoluções e Termos de Convênio.

### **1.2.1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88)**

Importante, inicialmente, tecer algumas considerações a respeito da CRFB/88, o mais importante instrumento jurídico que vigora em todo o território brasileiro, à luz dos direitos fundamentais.

Existe grande discussão a respeito da aplicabilidade dos direitos elencados na CRFB/88, que são considerados direitos fundamentais. Como a intenção desta seção é somente elencar os instrumentos jurídicos e mostrar todos os direitos neles garantidos pelo menos no plano abstrato, opta-se apenas por esclarecer o posicionamento que acredita-se ser o que mais se coaduna com uma leitura da Constituição afinada com o respeito à dignidade da pessoa humana, ou seja, aquela que reconhece que os direitos fundamentais devem ser efetivos e maximizados, como preconiza o artigo 5º § 1º da CRFB/1988: “As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais, têm aplicabilidade imediata” (BRASIL, 2014a). Não cabe, no entendimento aqui proposto, qualquer possibilidade de não aplicação das garantias previstas na CRFB/88.

A humanização das penas é expressamente prevista na CRFB/88 que proíbe, no art. 5º, inc. XLVII: “as penas de morte, salvo em caso de guerra declarada, trabalhos forçados, banimento e penas cruéis de todo gênero” (BRASIL, 2014a).

Ao proibir penas cruéis, conforme define Zaffaroni (2007, p. 672):

[...] exclui as penas tradicionalmente consideradas corporais como os açoites, que estavam expressamente previstos no Código Imperial, cujo artigo 60 estabelecia “Se o réu for escravo, e incorrer em pena que não seja a capital ou de galés, será condenado na de açoites, e, depois de sofrer, será entregue ao seu senhor, que se obrigará a trazê-lo com um ferro pelo tempo e maneira que o juiz designar”.

Cabe aqui apontar e relembrar que no contexto do Brasil, as penas corporais foram as primeiras formas do controle punitivo, muito embora se tenham proibido estas penas cruéis, elas ainda permanecem na realidade de várias instituições de controle, ou melhor nunca saíram de cena (ANDRADE, 2012).

Conforme apresentado nos instrumentos antecedentes, todos apontam para a igualdade entre homens e mulheres, desta forma é importante elencar o conteúdo afirmativo do artigo 5º, I da CRFB/1988:

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à

igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta constituição (BRASIL, 2014a)

A CRFB/88 tem como um de seus fundamentos, os valores sociais do trabalho (artigo 1º, IV), o que demonstra uma preocupação do legislador em afirmar a importância do mesmo, elencando-o juntamente com o princípio da dignidade da pessoa humana.

Conforme Ramos (2006, p. 241), a dignidade da pessoa humana:

[...] não é constituída pelo ordenamento jurídico, mas sim reconhecida e, ainda que não seja, continua a existir como um valor a ser tutelado. A dignidade da pessoa humana é um valor universal, pois onde houver ser humano e expressão de sua condição haverá dignidade da pessoa humana.

Na sequência, no rol dos direitos fundamentais, é estabelecida a liberdade de exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão (artigo 5º, XIII).

Ao longo do artigo 5º que trata dos direitos e garantias fundamentais, são elencados diversos dispositivos que abordam a condição da pessoa presa, condenada ou não. Assegurando-se aos presos no artigo 5ª, XLIX o respeito à integridade física e moral e, no artigo 5º L, único explicitamente referenciado à mulher presa, com o direito para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação (BRASIL, 2014a).

Pelos limites aqui estabelecidos, não se discorrerá sobre vários artigos que abordam direitos amplos para o universo ora delimitado. Partindo para a análise dos direitos sociais, constatou-se a grande problemática atinente à não configuração da relação de trabalho entre as mulheres privadas de liberdade que trabalham dentro do estabelecimento penitenciário e aqueles que exploram o trabalho prestado, sejam órgãos da administração pública ou empresas privadas.

Ao observar o rol de direitos elencados no artigo 7º em seus trinta e quatro incisos, pôde-se constatar a intenção do legislador em não fazer incidir a legislação trabalhista sob o trabalho prestado pela pessoa presa, conforme previsto na Lei de Execuções Penais. Grave problema positivado pelo legislador, através de acordos políticos, favorecendo sempre os detentores da propriedade privada dos meios de produção, isto

é, a classe dos empresários capitalistas. Assim, torna-se perceptível a configuração da relação de emprego e também a sua negação entre quem somente possui sua força de trabalho para sobreviver e que a fornece a outro (empregador) que é o proprietário dos meios de produção (RAMOS, 2006, p. 91) e ainda, analisando esta relação entre empregado e empregador, este aparece como parte em vantagem desproporcional enquanto aquele, em condição de hipossuficiência ainda mais agravada, visto que carrega consigo toda vulnerabilidade inerente à sua condição.

Apenas para pontuar alguns desses direitos que supostamente são garantidos ao trabalhador livre e não a trabalhadora presa citam-se: seguro desemprego, fundo de garantia, salário nunca inferior ao mínimo, décimo terceiro salário, participação nos lucros, repouso, férias, aposentadoria, seguro... Este assunto será abordado na última seção desta dissertação, em que a autora desta pesquisa, mediante etnografia participante poderá demonstrar através da escuta, como os empresários, especialistas na exploração da mão de obra encarcerada, comentavam a respeito do excelente negócio na contratação de pessoas presas para o trabalho, ou melhor, para a violação de direitos, visto que o trabalho da pessoa encarcerada não é regido pela CLT, garantindo ao empresário uma redução de 50% no valor do custo da mão de obra de um trabalhador livre e, em contra partida, o que se repetia por diversas vezes, era a geração de oportunidades de “ressocializar” as pessoas encarceradas com a oferta de trabalho nas instituições penitenciárias. Essas afirmações foram apresentadas pelos próprios empresários na 1ª Mostra Laboral do Sistema Penitenciário de Santa Catarina, realizada nos dias 25 e 26 de março de 2014, no Centro Integrado de Cultura-CIC, evento em que foi possível escutar e perceber como este discurso é legitimado pelas autoridades prisionais, juízes de direito, promotores de justiça. Das escutas no referido evento, foi possível constatar o sucesso e sobrevivência das funções simbólicas da prisão, através das “ideologias (res)”: ressocializar, reeducar, readaptar, reinserir, reintegrar por meio da prisão. (ANDRADE, 2012, p. 311). Assim, o mais importante instrumento jurídico do país, permitiu que os direitos garantidos ao trabalhador livre, não fossem estendidos ao trabalhador que exerce atividades no interior da prisão em cumprimento de pena. A seguir serão apresentados os direitos elencados no instrumento interno específico para execução de pena, a Lei de Execuções Penais de 1984.



### 1.2.2 Lei de Execuções Penais- Lei 7.210/1984

O trabalho da pessoa presa é regulamentado pela Lei de Execução Penal (LEP), Lei nº. 7.210, de 11 de julho de 1984. Esta legislação específica tem como objetivos declarados estabelecer as regras para o cumprimento da pena e promover a integração social do preso.

Uma das formas enunciadas pelos artigos 30 e 31 da LEP para se possibilitar esta integração é assegurar, àquele recolhido em estabelecimento prisional, o exercício de uma atividade laborativa na medida de suas aptidões, condição pessoal, as necessidades futuras e ainda as oportunidades oferecidas pelo mercado (BRASIL, 2014g).

O trabalho exercido deverá acomodar qualificação (educativo) e experiência profissional (produtivo), a fim de garantir ao egresso condições de desenvolver alguma atividade laboral após cumprimento de sua pena. Conforme artigo 28 §2º da LEP, durante o período em que o apenado estiver trabalhando dentro ou fora do estabelecimento prisional este não será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (BRASIL, 2014g). Importante esclarecer que, diante deste impedimento, sobre trabalho realizado pelo preso não refletirão direitos básicos como a percepção do 13º salário, férias anuais com o terço constitucional e os depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

O caso do benefício de auxílio reclusão<sup>2</sup>, trata de benefício específico garantido aos dependentes daquele que se encontrar em regime fechado ou semiaberto, que tenha contribuído para previdência social de forma facultativa ou não, antes de se encontrar recolhido a um estabelecimento prisional e que sua remuneração esteja dentro do estabelecido pela portaria do Ministério da Previdência Social, no ano de 2014 o valor da remuneração percebida deverá ser igual ou inferior a (1.025,00) um mil e vinte e cinco reais. Existe uma série de requisitos para a garantia e manutenção deste benefício, que estão disponibilizados

---

<sup>2</sup> Para obtenção do auxílio reclusão é necessário o preenchimento de alguns requisitos: Por ser um benefício legalmente devido aos dependentes de trabalhadores que contribuem para a Previdência Social. Ele é pago enquanto o segurado estiver preso sob regime fechado ou semiaberto e não receba qualquer remuneração da empresa para a qual trabalha, nem auxílio doença, aposentadoria ou abono de permanência em serviço. Dependentes do segurado que estiver em livramento condicional ou em regime aberto perdem o direito de receber o benefício, pode ser solicitado com agendamento prévio, pelo portal da Previdência Social e pela Central 135 (<http://www.previdencia.gov.br/perguntas-e-respostas-frequentes/>).

no próprio site do Ministério da Previdência Social (BRASIL, 2014f). Importante tornar público estas informações para evitar toda campanha difamatória e falaciosa que foi amplamente veiculada pela internet em correntes de e-mails que manifestavam repúdio a tal benefício, vez que, as informações difundidas eram de viés estritamente negativo e equivocado.

O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 (três quartos) do salário mínimo, atendendo, segundo o estabelecido no artigo 29 §1º e 2º da LEP:

- a) à indenização dos danos causados pelo crime, desde que determinados judicialmente e não reparados por outros meios;
- b) à assistência à família;
- c) a pequenas despesas pessoais;
- d) ao ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado, em proporção a ser fixada e sem prejuízo da destinação prevista nas letras anteriores.

§ 2º Ressalvadas outras aplicações legais, será depositada a parte restante para constituição do pecúlio, em Caderneta de Poupança, que será entregue ao condenado quando posto em liberdade (BRASIL, 2014g).

No caso de haver indenização pelos danos causados pelo crime, conforme alínea “a”, esta deve constar na decisão do juiz que proferir a sentença condenatória.

Ainda no tocante ao artigo antecedente, percebe-se que, ao fazer menção, que a remuneração pelo trabalho prestado pelo preso não possa ser inferior a  $\frac{3}{4}$  do salário mínimo, este colide com as garantias constitucionais previstas no art. 7º, da CRFB/1988, que estabelece que ninguém poderá receber menos que um salário mínimo vigente no país (BRASIL, 2014a). Outro ponto que chama atenção no que diz respeito ao trabalho do preso refere-se ao direito ao trabalho e à sua remuneração (artigo 41, II da LEP) e da obrigatoriedade ao cumprimento de atividade laborativa ao preso condenado (artigo 31da LEP). Enquanto este direito fundamental previsto na CRFB/1988 permite, ao indivíduo a escolha de trabalhar ou não, a LEP o confirma como obrigação, prevendo como caso de cometimento de falta grave, àquele que, em cumprimento de pena privativa de liberdade, inobservar o dever ao trabalho (artigo 50, VI da

LEP), aplicando-se a mesma penalidade ao preso provisório (BRASIL, 2014g).

As consequências para o cometimento de falta grave são a perda da remição, impossibilidade de progressão de regime e do livramento condicional.

A jornada de trabalho diária, conforme o artigo 36 da LEP, não será inferior a 6 (seis) horas, nem superior a 8 (oito) horas, com descanso nos domingos e feriados, nos casos dos presos que exercem atividade na conservação e manutenção do estabelecimento prisional, poderá ser atribuído horário especial (BRASIL, 2014g).

De acordo com o artigo 36 § 1º, 2º e 3º da LEP, o trabalho poderá ser exercido no interior do estabelecimento prisional (trabalho interno) ou realizado extramuros (trabalho externo). O trabalho externo será admissível para os presos em regime fechado somente em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da Administração Direta ou Indireta, ou entidades privadas, desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina, com limite máximo do número de presos será de 10% (dez por cento) do total de empregados na obra, cabendo ao órgão da administração, à entidade ou à empresa empreiteira a remuneração desse trabalho, sendo que se a prestação de trabalho for a entidade privada, dependerá do consentimento expreso do preso (BRASIL, 2014g).

Os requisitos exigidos para a prestação de trabalho externo, a ser autorizado pela direção do estabelecimento prisional dependerão, segundo o artigo 37 da LEP: de aptidão, disciplina e responsabilidade, além do cumprimento mínimo de 1/6 (um sexto) da pena (BRASIL, 2014g). Existem os requisitos objetivos e subjetivos exigidos pela Vara de Execuções Penais da Comarca da Capital e Tribunal de Justiça de Santa Catarina para autorização do trabalho externo, com relação aos requisitos objetivos: cumprimento de 1/6 da pena, encontrar-se em regime semiaberto e no que se refere aos requisitos subjetivos: possuir bom comportamento dentro do estabelecimento prisional e não ter cometido falta grave nos últimos 6 (seis) meses anteriores a formulação do pedido.

O trabalho interno, de acordo ao estabelecidos nos artigos 34 §1º e 2º e 35 da LEP, poderá ser gerenciado por fundação, ou empresa pública, com autonomia administrativa, e terá por objetivo a formação profissional do condenado, cabendo à entidade gerenciadora promover e supervisionar a produção, com critérios e métodos empresariais, encarregando-se de sua comercialização, bem como suportar despesas, inclusive pagamento de remuneração adequada. Os governos federal, estadual e municipal poderão celebrar convênio com a iniciativa privada, para implantação de oficinas de trabalho referentes a setores de apoio dos presídios. Os órgãos

da Administração Direta ou Indireta da União, Estados, Territórios, Distrito Federal e dos Municípios adquirirão, com dispensa de concorrência pública, os bens ou produtos do trabalho prisional, sempre que não for possível ou recomendável realizar-se a venda a particulares, lembrando que as importâncias arrecadadas com as vendas reverterão em favor da fundação ou empresa pública a que alude o artigo anterior ou, na sua falta, do estabelecimento penal (BRASIL, 2014g).

O ponto de grande importância para aquele que exerce atividade laborativa durante o cumprimento de pena, além do direito a uma remuneração é o direito a remir a pena pelo trabalho exercido. Conforme previsto no artigo 126 da LEP, o condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena (artigo 126 da LEP). A contagem do tempo para fins de remição por trabalho (artigo 126, I e II da LEP) é de 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho e para fins de estudo de 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias (BRASIL, 2014g).

Conforme previsto no artigo 126, § 2º, 3º, 5º, 6º e 7º da LEP, as modalidades de estudo poderão ser presencial ou a distância desde que devidamente certificadas pelo órgão competente, caso o apenado conclua o ensino fundamental, médio ou superior, o tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido de 1/3 (um terço); há ainda a possibilidade de cumular as horas de trabalho e de estudo desde que compatíveis, estas possibilidades de remição se estendem àqueles que se encontrarem em regime aberto, liberdade condicional e nos casos de prisões cautelares (BRASIL, 2014g).

No caso de cometimento de falta grave (artigo 127 da LEP), o juiz poderá revogar até 1/3 (um terço) do tempo remido, observado o disposto no art. 57, recomençando a contagem a partir da data da infração disciplinar (BRASIL, 2014g).

Ainda, os artigos 128 e 129 §1º e 2º da LEP, preveem que o tempo remido será computado como pena cumprida, para todos os efeitos, devendo a autoridade administrativa encaminhar mensalmente ao juízo da execução cópia do registro de todos os condenados que estejam trabalhando ou estudando, com informação dos dias de trabalho ou das horas de frequência escolar ou de atividades de ensino de cada um deles, já o condenado autorizado a estudar fora do estabelecimento penal deverá comprovar mensalmente, por meio de declaração da respectiva unidade de ensino, a frequência e o aproveitamento escolar. Também, o

condenado deverá receber ciência de seus dias remidos (BRASIL, 2014g).

Após análise da LEP, principal referência no acompanhamento da execução da pena, descreve-se a seguir a resolução nº 14 de 1994, que foi criada para atender as regras mínimas para tratamento de prisioneiros.

### **1.2.3 Resolução nº 14, de 11 de novembro de 1994**

Conforme recomendação do Comitê Permanente de Prevenção ao Crime e Justiça Penal das Nações Unidas, do qual o Brasil é Membro, e também pelas disposições da LEP, em 1994 o Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCC), fixou as Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil (DHNET, 2014c).

O artigo 1º do primeiro capítulo do documento afirma que as normas dispostas, obedecem aos princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem e daqueles inseridos nos Tratados, Convenções e regras internacionais de que o Brasil é signatário, devendo ser aplicadas sem distinção de natureza racial, social, sexual, política, idiomática ou de qualquer outra ordem (DHNET, 2014c).

Assim como nos demais documentos elencados, somente será objeto de análise nesta pesquisa, aqueles dispositivos que fazem menção ao trabalho executado pelas pessoas encarceradas.

No capítulo XXI, o artigo 56 elenca oito incisos relacionados ao trabalho:

- I - o trabalho não deverá ter caráter afliitivo;
- II – ao condenado será garantido trabalho remunerado conforme sua aptidão e condição pessoal, respeitada a determinação médica;
- III – será proporcionado ao condenado trabalho educativo e produtivo;
- IV – devem ser consideradas as necessidades futuras do condenado, bem como, as oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho;
- V – nos estabelecimentos prisionais devem ser tomadas as mesmas precauções prescritas para proteger a segurança e a saúde dos trabalhadores livres;
- VI – serão tomadas medidas para indenizar os presos por acidentes de trabalho e doenças profissionais, em condições semelhantes às que a lei dispõe para os trabalhadores livres;

VII – a lei ou regulamento fixará a jornada de trabalho diária e semanal para os condenados, observada a destinação de tempo para lazer, descanso. Educação e outras atividades que se exigem como parte do tratamento e com vistas a reinserção social;

VIII – a remuneração aos condenados deverá possibilitar a indenização pelos danos causados pelo crime, aquisição de objetos de uso pessoal, ajuda à família, constituição de pecúlio que lhe será entregue quando colocado em liberdade (DHNET, 2014c).

Como pode-se observar no conteúdo disposto acima, este documento não traz nenhuma novidade em relação aos direitos já elencados em outros dispositivos, apenas reforça aqueles artigos contidos na LEP.

De outra banda, na perspectiva de implementar iniciativa que possibilite a oportunização de novas vagas de trabalho para pessoas privadas de liberdade foi elaborada, no marco do projeto do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) “Começar de novo”, a cartilha do empregador que será apresentada a seguir.

#### **1.2.4 Cartilha do Empregador elaborada pelo Conselho Nacional de Justiça**

A Cartilha do Empregador elaborada pelo Conselho Nacional de Justiça contém, segundo divulgado no portal oficial da instituição, “[...] informações sobre como os empresários podem aderir ao programa e as vantagens da contratação de detentos. Dentre as quais, a redução do peso da folha salarial das empresas. Um dos exemplos é a isenção de encargos como férias, décimo terceiro salário, FGTS e outras obrigações previstas na CLT.” (CNJ, 2014b)

O documento inicia com o princípio da dignidade da pessoa humana inscrito no inciso III do art. 1º da CRFB/88 entendido como núcleo básico e informador de todo e qualquer ordenamento jurídico. Diferentemente dos outros documentos elencados, este ressalta a ideia-força contida no princípio da dignidade da pessoa humana, que também alcança as pessoas que, por algum ato delitivo praticado, foram privadas da liberdade e, por isso, ainda cumprem ou já cumpriram pena imposta pelo Estado, por meio do Poder Judiciário (CNJ, 2014a).

A visão do CNJ é que não se pode ser indiferente à realidade do sistema prisional, pois isso somente contribui para retroalimentar os ciclos de criminalidade e reincidência, a proposta está assentada no trabalho prisional e ao egresso. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) instituiu em 2009, o Projeto Começar de Novo e, após, a Cartilha do Empregador, com o objetivo de fomentar, em âmbito nacional, as propostas de trabalho e de cursos de capacitação profissional para presos e egressos do sistema penitenciário. Apresenta informações ao futuro empregador e reafirma-se que no valor do trabalho lícito estão: a força motriz de toda a sociedade e o campo fértil para o resgate da autoestima do preso e do egresso (CNJ, 2014a).

A cartilha foi elaborada para auxiliar empresas e instituições que utilizam força de trabalho de apenados e egressos. Como um instrumento de apoio ao Programa Começar de Novo do CNJ, este visa sensibilizar, órgãos públicos e sociedade civil para que oportunizem vagas de trabalho e cursos de capacitação profissional aos presos e egressos. O objetivo declarado pelo programa é promoção da cidadania e, consequentemente, a diminuição da reincidência (CNJ, 2014a).

Conforme dados oportunizados na cartilha, o Brasil conta com aproximadamente 500 mil pessoas que cumprem pena privativa de liberdade. Por isso, afirma-se que se o Estado e a sociedade não criarem mecanismos efetivos de reinserção será impossível o reingresso dessas pessoas à sociedade com a posição de cidadão consciente de sua dignidade e de suas obrigações (CNJ, 2014a).

Sobre a função do trabalho da pessoa privada de liberdade, entende o CNJ (2014a) que:

A atividade laborativa do preso visa a sua reinserção no meio social, tendo o trabalho finalidade educativa e produtiva, com escopo de dever social e resgate da dignidade humana. O trabalho serve para afastar o condenado da inércia e possibilita a oportunidade de recuperar a autoestima e sua valorização como ser humano. Ele garante ao indivíduo dignidade dentro de seu meio familiar e social.

Ainda é explanado no documento que oferecer trabalho ao preso não é colocá-lo para fazer serviços que ninguém queira executar, ou ainda, em condições inadequadas. Afirma que não pode ser esse o sentido do trabalho no processo “ressocializador” e de resgate da dignidade humana

do preso enquanto indivíduo. Por isso a empresa ao utilizar a mão de obra prisional, deve atender aos ditames de responsabilidade social e de participação no desenvolvimento da cidadania e resgate da dignidade do apenado. Para que exista mudança cultural todos os indivíduos que constituem a sociedade, em sentido amplo, devem assumir a sua responsabilidade pela concretização da justiça social (CNJ, 2014a).

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) criou o Portal de Oportunidades. São vagas de trabalho e cursos de capacitação oferecidos para presos e egressos do sistema carcerário disponibilizadas na internet, mas especificamente na página do CNJ, estas oportunidades são oferecidas tanto por instituições públicas quanto por entidades privadas, que também são responsáveis por atualizar o Portal. Cabendo aos Tribunais de Justiça indicado pelo CNJ, algum responsável (magistrado, servidor ou outro) que ficará responsável pela intermediação entre o candidato e a vaga. Esse realizará a seleção de candidatos e encaminhará às empresas e instituições empregadoras. Caso o preso ou egresso se interesse em uma oferta de emprego ou curso, entrará em contato direto com o responsável indicado pelo Tribunal. Sendo que o interessado nunca irá diretamente à instituição empregadora (CNJ, 2014a).

Diante de todo o discurso apresentado pelo conselho, mais uma vez observa-se que o conteúdo é bem intencionado, mas considerando-se a sua efetividade, fica evidente a dificuldade de implementar um projeto nestas proporções, o que poderia resultar na diminuição de danos, mas não ultrapassaria esta situação.

A Lei de Execução Penal (LEP) e o Regulamento da Previdência Social (Decreto n. 3.048/99) estabelecem, conforme informação divulgada na referida Cartilha, os seguintes incentivos ao empresário (CNJ, 2014a):

- O trabalho do preso no regime fechado e semiaberto não está sujeito ao regime da CLT. Portanto, o empresário fica isento de encargos como férias, 13<sup>o</sup> e FGTS. Dependendo do piso salarial, a redução nos custos da mão de obra pode chegar a 50%;
- A remuneração mínima corresponde a  $\frac{3}{4}$  do salário mínimo. Normalmente, nos convênios firmados entre empresas e presídios é estipulado um salário mínimo como pagamento;
- Os apenados, enquanto permanecerem nos regimes fechado e semiaberto, são considerados contribuintes facultativos da Previdência e não



- segurados obrigatórios na condição de contribuintes individuais (Decreto n. 7.054/2009);
- Somente são encaminhados às vagas de trabalho externo candidatos selecionados pela Comissão Técnica de Classificação (CTC) de cada unidade penal, a qual é presidida pelo Diretor da unidade e composta por equipe multidisciplinar;
  - O trabalho externo em instituições privadas e órgãos públicos é supervisionado pela Administração Penitenciária ou órgão instituído para esse fim, por meio de inspeções periódicas, de forma não ostensiva;
  - Nas licitações para obras de construção, reforma, ampliação e manutenção de estabelecimento prisional, a proposta de aproveitamento, mediante contrato, de mão de obra de presos, poderá ser considerada fator de pontuação, a critério da legislação estadual ou municipal;
  - Ao empregador cabe apenas o pagamento de salário, alimentação e transporte, salvo nos casos de contratação com registro em Carteira de Trabalho, hipótese em que o preso tem todos os direitos de um trabalhador livre;
    - O trabalho dos detentos também é uma ação de responsabilidade social. Ajuda na ressocialização assim como na redução da pena – a cada três dias de trabalho o detento tem um dia a menos de pena a cumprir.

Portanto, na contratação de um apenado o custo pode ser bem menor do que um empregado comum, quase 50 % menos, especialmente naqueles Estados que instituem incentivos fiscais às empresas contratantes.

Sobre os deveres da instituição contratante (CNJ, 2014a):

Aplicam-se à relação contratual com o apenado os métodos e programas de saúde, higiene e segurança do trabalho aos observados para os trabalhadores em geral;

A jornada de trabalho não pode ser superior a 8 (oito) horas diárias nem inferior a 6 (seis) horas diárias, com descanso aos domingos e feriados, atendidas as peculiaridades do estabelecimento penal e da atividade a ser desenvolvida;

É obrigatório seguro contra acidente de trabalho;  
Deverá ser imediatamente comunicada à penitenciária a ocorrência de acidente, falta grave ou evasão, perdendo o sentenciado, nas duas últimas hipóteses, o direito à prestação de trabalho externo.

Relevante elencar as observações importantes da cartilha (CNJ, 2014a): apesar da lei ser omissa a respeito, deve-se entender pela existência de vínculo empregatício e, por tanto, com remuneração igual à do trabalhador livre, no caso em que o trabalho for prestado por pessoa presa em regime aberto e domiciliar. Isto significa que a relação de trabalho do apenado em regime aberto e domiciliar que preenche os requisitos que caracterizam vínculo de emprego será regida pela CLT em condições iguais às dos demais trabalhadores.

Além do mais, o preso **em regime aberto ou domiciliar** contratado sem vínculo empregatício será considerado segurado obrigatório da Previdência Social, na condição de contribuinte individual. Dessa maneira, o contratante – instituição pública ou privada – deverá estar ciente do regime de cumprimento de pena em que se encontra o candidato (CNJ, 2014a).

A contratante tem de acompanhar a situação prisional do contratado mensalmente para, quando corresponder, alterar o regime de contratação e iniciar o recolhimento das contribuições previdenciárias e demais encargos sociais a partir do momento em que o preso progredir para o regime aberto (CNJ, 2014a).

Instituições públicas e empresas privadas, sobretudo grandes corporações, possuem a opção de celebrar **convênios** com o órgão estadual competente para tal atribuição, com a finalidade de a relação contratual seja firmada apenas com o Estado. Sendo assim, a contratante receberá os trabalhadores na qualidade de “tomadora de serviços”, conforme o regime de terceirização, e obrigada a repassar à instituição intermediadora, mensalmente, os valores correspondentes ao pagamento da folha e eventuais outros encargos previstos na legislação local (CNJ, 2014a).

Como é possível perceber, as iniciativas promovidas pelo CNJ tentam limitar a negação de direitos do trabalho prestado por presos e, consequentemente, a exploração da sua força de trabalho para além do mínimo legal. Todavia, não é possível a valorização do trabalho humano das pessoas presas, nas condições que estão colocadas. A seguir descreve-se como são elaborados pelo Departamento de Administração Prisional-

DEAP, os convênios com as empresas privadas que se instalam no interior das unidades penitenciárias, com objetivo da exploração da força de trabalho encarcerada.

### **1.2.5 Termo de Cooperação (TC) para realização de convênios Secretaria de Estado Justiça e Cidadania- SJC e Departamento de Administração Prisional-DEAP**

Cabe inicialmente informar que o documento objeto de análise neste subitem foi fornecido pela Gerência de acompanhamento de atividades laborais da DEAP, que prontamente se colocou à disposição para esclarecer eventuais dúvidas durante a pesquisa, como também disponibilizou outro modelo de convênio para celebrar o compromisso de prestação de serviços com mão de obra de egressos, o documento consta em anexo, o termo reeducando foi mantido, apesar de não ser o termo utilizado pela autora quando se refere as mulheres presas. Como até a data da redação deste trabalho o referido projeto de inserir o egresso no mercado de trabalho formal, ainda não estava sendo realizado, não serão aqui abordados o seu conteúdo e pretensão e, desta forma, somente serão delineadas observações do convênio entre empresas privadas e mão de obra encarcerada.

Os termos específicos para realização de convênios entre SJC, DEAP e empresas privadas é, conforme a cláusula primeira do Termo de Cooperação (TC), elaborado com o objetivo de proporcionar aos “reeducandos” uma oportunidade de trabalho e consequentemente sua “ressocialização” (SANTA CATARINA, 2014b).

Sua fundamentação legal encontra-se respaldada pela Lei de Execuções Penais, consideradas todas as suas alterações posteriores, bem como o Decreto nº 307 de 04 de junho de 2003, Lei Complementar nº 381 de 07 de maio de 2007 e a Lei nº 14.410 de 16 de abril de 2008, esta última abordando o trabalho especificamente enquanto o Decreto e a Lei complementar são documentos relacionados à atividade administrativa para firmação de convênios de entes públicos com o setor privado. O TC, na cláusula segunda e parágrafo único, outorga ao Fundo Rotativo/Penitenciária com a supervisão da DEAP o cumprimento das obrigações assumidas pela Secretaria, facultando ao Conselho da Comunidade seu acompanhamento (SANTA CATARINA, 2014b).

No que tange às obrigações da SJC, DEAP, Fundo Rotativo e Presídio, elenca a cláusula terceira, I, II e III do TC que estes devem possibilitar que as atividades previstas nos convênios sejam executadas nos dias e horários definidos em conjunto com a empresa. Coordenando

e fiscalizando o trabalho para que todos os detentos utilizem os equipamentos de proteção individual (EPI'S), não permitindo a execução do trabalho sem a sua utilização. Os valores destinados aos “reeducandos” devem ser repassados imediatamente aos seus destinatários, com recibo emitido pela empresa, estes valores devem atender: à indenização pelos danos do crime causado com determinação judicial; assistência à família; pequenas despesas pessoais; e ressarcir o Estado das despesas para manutenção do condenado, proporcionalmente fixada e sem prejuízo da destinação elencada nos itens anteriores (SANTA CATARINA, 2014b).

Compete ainda à SJC, DEAP, Fundo Rotativo e Presídio, pelo disposto na cláusula terceira, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X e XI do TC, a indicação dos detentos que participarão do programa de trabalho, podendo substituí-los caso não demonstrem interesse na atividade laboral ou deixando ainda a critério da empresa a substituição. Inspecionar no momento de entrada e saída da unidade os veículos das empresas instaladas na unidade e também responsabilizar-se pela segurança contra fuga e em favor da disciplina, bem como a segurança de todos os integrantes do programa. Providenciar a abertura de uma caderneta de poupança para os apenados, para o recebimento do pagamento referente ao trabalho executado e deste valor deduzir 1/3 (um terço) para indenizar danos causados pelo crime com determinação judicial, caso não tenha decisão judicial, o valor correspondente deve ser depositado em caderneta de poupança que será entregue ao apenado no momento em que for colocado em liberdade, de igual modo se procederá caso o apenado não possua familiares; 1/3 para assistir à família e repassar 1/3 ao reeducando para despesas pessoais. Devendo ser encaminhado até o 5º dia útil após o recebimento dos valores, o comprovante de depósito ao DEAP, permanecendo sob os cuidados da Gerência de Orientação e Assistência ao Egresso (SANTA CATARINA, 2014b).

Referente às obrigações da empresa ao celebrar convênio para funcionar dentro do estabelecimento prisional, cabe destacar, conforme previsto na cláusula quarta, I, II, III, IV, V e parágrafo único do TC, que aquela deve fornecer os equipamentos de proteção individual, as matérias-primas, ferramentas e todo material necessário para seu funcionamento, dispondo de espaço adequado para desenvolvimento seguro das atividades descritas no termo, observando as normas de segurança e medicina no trabalho. O pagamento da remuneração pelo trabalho exercido pelo “reeducando” deve atender ao elencado nos artigos 29 e 138 da LEP, na ordem de um salário mínimo vigente no país. A alimentação deve ser fornecida gratuitamente pela empresa, os 25% descontados do valor da remuneração dos “reeducandos” devem ser

depositados com identificação, mensalmente até o 5º dia do mês subsequente em favor do Fundo Rotativo em conta distinta dos 75% (setenta e cinco) referentes ao pagamento percebidos pelos serviços executados pelos “reeducandos”. Os valores referentes aos 25% (vinte e cinco por cento) recebidos através do fundo rotativo terão destinação prevista em convenio, respeitando as normas orçamentárias (SANTA CATARINA, 2014b).

Sobre o trabalho dos apenados apenas é afirmado, na cláusula quinta, I e II e na cláusula sexta do TC, que as obrigações da Secretaria serão assumidas pelo Presídio, com supervisão do DEAP e facultativamente pelo Conselho da Comunidade, que a duração diária do trabalho realizado não será inferior a 06 (seis) horas e nem superior a 08 (oito) horas, respeitando domingos e feriados. E ainda que a orientação do trabalho, horários, quantidade de “reeducandos” e demais atividades são de competência exclusiva do presídio, não gerando desta forma quaisquer vinculações, responsabilidade social, previdenciária ou trabalhista, da empresa para com os “reeducandos”, conforme elencado nos artigos 81 da LEP. O prazo de vigência dos convênios firmados é de 05 (cinco) anos, contados após publicação em Diário Oficial do Estado (SANTA CATARINA, 2014b).

Assim, é possível observar que o Termo de Cooperação elaborado para a celebração de convênios com as empresas, é respaldado por legislação estadual e fundamentalmente pela LEP. Infelizmente a negação de direitos referente ao trabalho prestado por presos é sustentada pela legislação mais específica no cumprimento de execução da pena e, desta forma, avanços no sentido de garantir igualdade de direitos com o trabalhador livre é algo que permanece muito distante da operacionalização atual.

Será através da pesquisa de campo em seção específica que serão confrontados o discurso normativo apresentado, com a realidade vivida pelas mulheres presas que exercem atividade laborativa para as empresas conveniadas com o Estado. A seguir elenca-se a Lei 14.410 de 2008, utilizada como fonte de referência para elaboração do TC.

### **1.2.6 Lei estadual 14.410 de 16 de abril de 2008**

A lei 14.410 do Estado de Santa Catarina, conta com somente nove artigos e foi criada, conforme artigos 1º, 4º § 1, 2 e 4, I, II, III e IV e § 5º, para autorizar o Poder Executivo a destinar estruturas físicas e também incentivar parcerias com entidades privadas para a efetivação da atividade laboral por parte dos sentenciados do sistema prisional de Santa Catarina.

Garante que o trabalho realizado pelo condenado seja remunerado, atenda a finalidade educativa e produtiva, e seja executado com as precauções devidas de higiene e segurança. Estabelece que seja cumprida a carga horária prevista pela LEP, bem como, ao que e a quem deve atender essa remuneração, na mesma ordem, ressalvadas outras aplicações legais, onde permite o depósito do valor restante para constituição de pecúlio (SANTA CATARINA, 2014a).

O trabalho do apenado deverá constar no contra cheque mensal, conforme artigo 5º da referida lei: “I - salário bruto recebido; II - salário líquido; III - quantia depositada em Caderneta de Poupança; IV - dias trabalhados; e V - dias de remissão” (SANTA CATARINA, 2014a).

Finalmente, os artigos 5º, 6º e 8º da Lei 14.410/08, dispõem que deverá ser enviada uma relação mensal dos sentenciados que estiverem trabalhado à vara de execuções penais da comarca correspondente, disponibilizados cursos profissionalizantes e seus respectivos certificados e, por fim, ao executivo estadual cabe dispor de parte da remuneração do condenado, obtida com o trabalho, para assistência familiar (SANTA CATARINA, 2014a).

Conforme observado, no conteúdo normativo elencado ao longo deste capítulo, seja este em âmbito internacional ou nacional, há previsão ainda que no plano abstrato em alguns direitos de grande importância para aquelas mulheres que se encontram recolhidas em estabelecimentos prisionais, privadas de liberdade e exercendo atividade laborativa no interior das prisões. Porém a operacionalização observada através da pesquisa empírica no PFF que será tratado na próxima seção, vai confrontar o discurso disposto juridicamente que está muito distante daquilo que de fato se observa na realidade concreta.

## **2 A OPERACIONALIZAÇÃO PRISIONAL: O TRABALHO REAL DAS MULHERES NO PRESÍDIO FEMININO DE FLORIANÓPOLIS – PESQUISA ETNOGRÁFICA**

Dando continuidade ao assunto abordado na primeira seção deste trabalho que descreveu os direitos consagrados em declarações e tratados internacionais, bem como na CRFB/88 e em legislação infraconstitucional, em particular, do direito/dever das pessoas aprisionadas, neste capítulo será analisada a operacionalização observada no PFF a partir de pesquisa etnográfica.

### **2.1 O PROBLEMA E AS ESCOLHAS: O TRABALHO DE CAMPO ANTROPOLÓGICO E O LÓCUS DA PESQUISA**

O objetivo desta pesquisa é verificar o trabalho realizado pelas mulheres presas no PFF, direito/dever elencado em vários instrumentos jurídicos, em específico na LEP, funciona conforme suas funções declaradas ou se, pelo contrário cumpre outra(s) função(ões) latente(s). Que contornos assume e quais os significados do trabalho realizado pelas mulheres presas. A investigação é norteadada pela hipótese de que, em face da operacionalização da pena de prisão no PFF, pode-se afirmar que o trabalho realizado pelas mulheres presas cumpre função não apenas diversa, mas inversa à declarada no discurso oficial, restando deste uma eficácia meramente simbólica e legitimadora do aprisionamento. Neste caso, será evidenciada a função efetiva e os interesses a que serve o trabalho dentro da referida instituição. Este tópico será abordado no último capítulo. Para isso foi necessário realizar uma pesquisa de campo, com a observação participante e análise qualitativa dos questionários utilizados, além dos referenciais antropológicos das pesquisas etnográficas de Flávia de Mattos Motta, Cláudia Fonseca e outras pesquisas realizadas em locais similares com pesquisa de campo como os de Julita Lemgruber (1983) no presídio de Talavera Bruce, no Rio de Janeiro; Olga Espinoza (2004) na penitenciária feminina da capital, em São Paulo; Yuri Frederico Dutra (2008) na penitenciária masculina da capital, em Florianópolis e minha pesquisa do trabalho de conclusão do curso de graduação em Direito (2011) no presídio feminino, em Florianópolis.

O PFF, foi escolhido como universo desta pesquisa, por motivos de grande relevância, inicialmente destaca-se o fato de poder observar

uma prisão exclusivamente feminina, com todas as suas especificidades<sup>3</sup>, características e problemáticas, contrapondo o discurso das funções declaradas que, apesar da linguagem jurídica universalista, é latentemente um discurso androcêntrico, o que contribui para a invisibilização da especificidade do gênero feminino. Outro motivo diz respeito ao fato de ter desenvolvido um trabalho de controle e peticionamento de direitos relativos ao cumprimento de pena, das mulheres encarceradas, durante os anos de 2007 à 2012, quando atuei no setor penal da unidade prisional. E também, durante o mestrado no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina, tive a oportunidade de participar do Projeto de Pesquisa e Extensão Universidade sem Muros - USM, coordenado pela Professora Doutora Vera Regina Pereira de Andrade e, mais uma vez, atuar em defesa dos direitos daquelas mulheres. O que supostamente me tornava mais familiarizada com aquele ambiente e facilitaria a obtenção de autorização para um contato mais direto e intensivo com as mulheres presas, conforme os cânones do trabalho de campo antropológico, e assim poder retratar a rotina das mulheres que trabalham na prisão.

A pesquisa etnográfica sobre a rotina de trabalho das mulheres presas no PFF, foi realizada com a intenção de dar visibilidade a um universo que se encontra propositalmente oculto e esquecido perante a sociedade e, em específico a catarinense. Esta ideia foi cultivada pela orientadora Vera Regina Pereira de Andrade, com a necessidade em dar voz àquelas mulheres, vítimas da sociedade patriarcal que criminaliza a figura da mulher que foge aos estereótipos como por exemplo o de “mulher honesta”, termo já utilizado pelo antigo código civil brasileiro e vítimas do controle penal.

Para concretizar o objetivo da pesquisa, que se desenvolveu, além do marco teórico da criminologia crítica, também na área da antropologia, fui apresentada à Professora Doutora Flavia de Mattos Mota que me ensinou com muita experiência e sabedoria, a metodologia para realizar uma pesquisa etnográfica, na qual se pudesse traduzir com maior riqueza os detalhes de uma pesquisa de campo e, sem a interferência da observadora, retratar a operacionalização daquele grupo específico, analisando diários elaborados e roteiro de perguntas, que será descrita a seguir.

---

<sup>3</sup> Especificidades inerentes a mulher, como aparelhos necessários para a realização de exame ginecológicos, medicamentos contraceptivos, produtos de higiene pessoal, beleza, além de material para produção de crochê entre outros.



## 2.2 METODOLOGIA UTILIZADA

Convencida de que, para entender os significados e as funções não declaradas do trabalho das mulheres presas, seria necessária uma visão a partir de dentro do presídio e do convívio direto com as detentas e demais sujeitos envolvidos na questão “trabalho”, busquei no instrumental antropológico a metodologia da pesquisa, fundamentalmente a observação participante e a entrevista semiestruturada. Para a entrevista, elaborei um roteiro de questões que nortearam minhas conversas com cada uma das detentas entrevistadas. O roteiro tinha 25 questões abordando um pouco da trajetória de vida antes do encarceramento, vínculos familiares e principalmente a questão do trabalho exercido na prisão, foco da pesquisa.

As entrevistas não foram gravadas, devido à proibição de utilizar qualquer aparelho eletrônico no interior da unidade prisional; desta forma foi utilizada uma prancheta onde anotava tudo o que via e ouvia naquele local e, durante todo o trabalho de campo, mantive um diário onde registrava detalhadamente tudo aquilo que observava.

Enquanto elas trabalhavam, eu ia perguntando sobre a atividade que estavam realizando, sobre suas vidas, mudanças forçadas de hábitos, sentimentos gerados com o aprisionamento. Enfim, conversávamos sobre vários assuntos e, durante as entrevistas, poucas vezes elas pararam as atividades para somente conversar comigo; na maioria das vezes, o trabalho exercido por elas não permitia parar. Assim, a conversa fluiu naturalmente e não como uma entrevista inquisitiva. Foi mais agradável para elas e, conseqüentemente, benéfico para a pesquisa que se desenrolou sem pressão e sim como uma conversa natural. O uso do bloco de notas / prancheta deveria reforçar minha identidade de pesquisadora, mas muitas vezes esta foi superada pela função que exerci na unidade peticionando, junto à Vara de Execuções Penais de Florianópolis, os benefícios previstos àquelas mulheres referentes à execução de pena como: progressão de regime, saída temporária, autorização para trabalho e estudo extramuros, auxílio reclusão e, ainda, guarda de filhos, entre outros.

A princípio pensava que isso pudesse de alguma forma prejudicar o andamento da pesquisa mas, pelo contrário, revelou que a minha identidade como pesquisadora, ou como advogada, para aquelas mulheres, antes de tudo foi marcada pela preocupação que sempre tive com os direitos daquelas mulheres, quase sempre negligenciados.

Para o desenvolvimento do trabalho de campo, por nove semanas, convivi com as mulheres do presídio, acompanhando suas atividades em

média 04 vezes por semana. A maioria das entrevistas foi realizada na fábrica onde ficavam instaladas as empresas: Bouticão, Malharia Social e Bijuterias e também realizada na cozinha onde são preparadas as refeições destinadas a atender à totalidade do PFF, comandada pela empresa Vida Mais. Por meio deste convívio pude ter acesso e conhecer um pouco mais sobre a visão de mundo e as emoções dessas mulheres, seu senso estético, moral, as características do seu humor, coisas que escapam às vezes a um questionário friamente aplicado e que complementaram a entrevista e minha visão delas.

Seguindo os moldes da pesquisa antropológica, o diário de campo e o conteúdo das entrevistas representaram a fonte para a produção de um texto etnográfico, ou seja, a descrição interpretativa das práticas sociais observadas.

Desta forma, para elaborar e sintetizar os dados obtidos através dos questionários aplicados e observação participante, foram necessárias várias leituras de tudo o que havia anotado no diário de campo durante os dois meses em que estive convivendo diretamente com as mulheres presas em seus locais de atividade laborativa, analisando a rotina e as respostas obtidas através da aplicação dos questionários, bem como tudo o que vi, ouvi e senti naqueles momentos que jamais poderiam ser descritos se não fosse a observação participante.

A pesquisa de campo permitiu também a coleta de dados quantificáveis, que possibilitou traçar um perfil da mulher encarcerada, o que será abordado ainda neste capítulo.

Foram realizadas 10 entrevistas, com 08 detentas que exercem atividade laborativa na unidade, destas: 02 trabalham na cozinha, 02 trabalham com bijuteria, 02 trabalham com confecção de roupas para Pet Shop Bouticão e 02 trabalham para a Malharia Social confeccionando peças diversas, mais 01 agente penitenciário e a diretora da unidade, em dias diferentes e nunca seguidos, sempre aguardando o momento mais propício para que o desenrolar das falas não fosse prejudicado pela presença de alguém ou pela possibilidade de prejuízo ou constrangimento com a interrupção do trabalho intenso realizado por elas. Desta forma iniciei a pesquisa, que será apresentada na próxima subseção.

## 2.3 (DES)CONHECER O CONHECIDO: VOLTANDO AO PRESÍDIO E DESCREVENDO SUA ESTRUTURA

Para iniciar à pesquisa de campo, fui diretamente ao Departamento de Administração Prisional- DEAP, órgão da Secretaria de Justiça e Cidadania do Governo do Estado de Santa Catarina, solicitar a

autorização para entrar na Unidade Prisional. Depois de várias idas e vindas, após protocolo formal do pedido com cópia do projeto de pesquisa, finalmente consegui a devida autorização para dar andamento a minha pesquisa etnográfica.

Quando fui até o PFF, sabia da dificuldade inicial que seria enfrentar o senso comum estampado na figura da direção do presídio e, para confirmar o que eu já previa, de fato, ali eu não fui bem vinda. Expliquei que iria iniciar uma pesquisa de campo, com aplicação de questionários, mas o primeiro que ouvi foi se eu não poderia encaminhar as perguntas por e-mail, que alguém entregaria para as detentas que responderiam com calma e, tão logo estivesse pronto me entregariam as respostas. Evidente que, além da minha presença o que eu poderia saber através da escuta daquelas mulheres também poderia incomodar. Respondi no mesmo momento da impossibilidade de proceder desta forma, visto se tratar de uma pesquisa etnográfica, cujos métodos são incompatíveis com a mera aplicação de questionários, sem uma interação direta entre pesquisadora e pesquisadas. Superado esse entrave, foram colocados alguns óbices iniciais para o contato com as detentas, tudo em nome da “segurança”, não se sabia ao certo de quem, obstáculos que posteriormente também foram transpostos.

Quando consegui entrar no Presídio para, assim, dar início ao trabalho de campo, passei pela portaria e fui atendida pelos agentes penitenciários masculinos que trabalham na segurança, fazem a revista das pessoas que entram na unidade e controlam a parte externa do presídio. Como qualquer pessoa que entra em uma unidade prisional, deixei meu nome e expliquei o motivo da minha presença. Logo tive acesso à parte interna do presídio e consequentemente o contato visual com as internas, a reação daquelas mulheres foi instantânea, logo ouvi gritos, acenos e um grande alvoroço, perguntavam se eu estava ali como advogada, se retornara para dar continuidade a um projeto em que participei durante o primeiro ano do mestrado, projeto criado em 2006 pela Professora Doutora Vera Regina Pereira de Andrade, neguei acenando com a cabeça e logo percebi a frustração delas. Ainda assim, com o passar dos dias e oportunamente esclarecendo o motivo da minha pesquisa, fui muito bem recepcionada por aquelas mulheres.

Nos seis anos em que tive a oportunidade de trabalhar na execução penal do PFF, muitas vezes cruzei os portões, grades, cadeados daquela estrutura antiga que, apesar de algumas reformas, ela e algumas mulheres ainda eram as mesmas, mas para realizar um trabalho antropológico, eu “tinha que vestir a capa de etnólogo” e “estranhar”, para conhecer teria que desconhecer – conforme a máxima do antropólogo brasileiro Roberto

Da Matta: tornar o exótico familiar e tornar familiar o exótico. De fato, quando o etnólogo consegue se familiarizar com uma cultura diferente da sua, ele adquire competências nesta cultura que o autor chama de ponto de chegada. E, como o ponto de partida, diz que a única maneira de se estudar por exemplo um ritual brasileiro, que é o de torna-lo exótico (MATTA, 1978, p. 4-6). É nesse momento que se pode compreender o “Anthropological Blues” uma revelação de sentimentos e emoções, que se insinuam na pesquisa de campo, mas não se esperam. E lembrava da fala da Professora Doutora Flávia de Mattos Motta, no dia da defesa do meu projeto de dissertação quando ao final da defesa, manifestou preocupação pelo fato de eu conhecer muito meu objeto de pesquisa e, por isso ter dificuldade em “estranhar”.

O PFF está situado no mesmo complexo penitenciário que compreende o presídio masculino, penitenciária masculina, hospital de custódia e tratamento psiquiátrico- HCTP, 5ª delegacia de polícia e casa do albergado. Localizado no bairro Trindade, próximo ao Centro Integrado de Cultura-CIC, Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC e vários estabelecimentos comerciais, mas na época em que foi construído o complexo penitenciário em 1930, ainda era considerado área rural. Conforme Dutra (2007, p. 67):

Na época em que foi construída a Penitenciária de Florianópolis, sua localização era distante do centro e da moradia das famílias oligárquicas, sendo cercada por áreas inabitadas com fazendas e matos e uma vista frontal de cartão postal para o Oceano Atlântico. Não obstante, atualmente a Penitenciária de Florianópolis está integrada à malha urbana com viadutos e avenidas, como a Avenida Beira -Mar e uma reserva ambiental de mangue.

Figura 1: Foto da Penitenciária Estadual de Florianópolis, inaugurada em 1930.



Fonte: Acervo da penitenciária estadual

A criação da Penitenciária Masculina de Florianópolis ocorreu por intermédio da Lei nº 1.547, de 21 de Outubro de 1926, que determinou a criação de um estabelecimento penal, denominada Penitenciária Estadual de Pedra Grande (POYER, 2010).

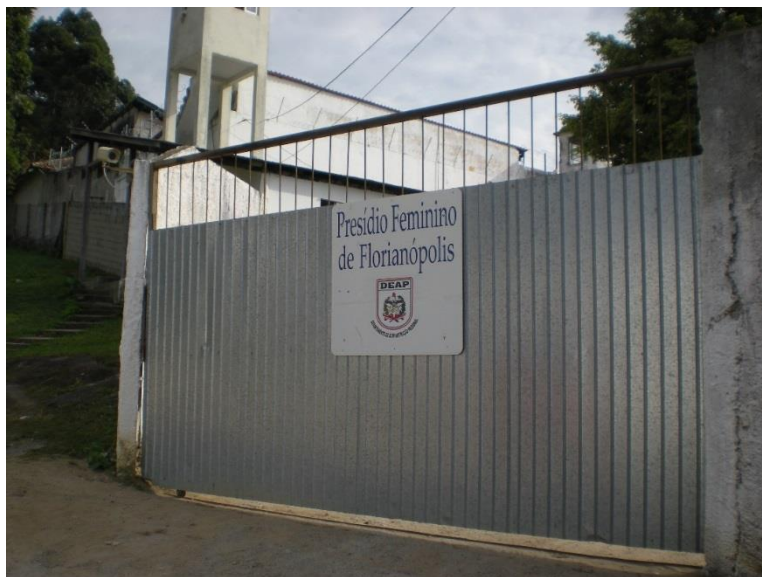
Conforme Oliveira (1984), nos anos de 1930 a 1940, a penitenciária constituía-se somente por um pavilhão com capacidade para sessenta sentenciados divididos em duas alas, sul e norte, hoje este pavilhão é identificado pelos funcionários e internos como “Casa Velha”.

Em 1989 foi construída uma casa aos fundos da Parte Interna, a Máxima, local onde são internados aqueles julgados perigosos e os que cometem faltas disciplinares, hoje a Máxima é formada por 22 cubículos, em cada um há uma pequena janela, com pouca ventilação e forte umidade. O local é dividido em ala sul e norte e os internos têm o direito ao banho de sol durante duas horas, cada ala possui o seu pátio, evitando assim, o contato dos detentos entre si. (OLIVEIRA, 1984).

E no mesmo ano, uma parte dos fundos do complexo que antes servia para abrigar presos políticos, passou a receber mulheres e assim passou a ser o primeiro presídio feminino. Antes disso as mulheres que eram presas em Florianópolis ficavam recolhidas em uma ala que ficava

situada no 2º andar da cadeia pública, também no mesmo complexo (LEMA, 2011, p. 25).

Figura 2: Foto da entrada principal da unidade prisional.



Fonte: registros fotográficos da etnografia.

O presídio feminino de Florianópolis não foi construído para abrigar mulheres, sua estrutura física é antiga e, apesar de ainda até hoje passar por várias reformas, o que resultou em ampliações em cima de uma estrutura obsoleta, continua um local sem ventilação, sem espaço físico adequado para comportar a população carcerária atual, sem condições de abrigar pessoas com dificuldade de locomoção, deficientes, gestantes ou ainda seus filhos.

A entrada das mulheres na prisão é relatada na pesquisa etnográfica de Brito (2207, p. 34):

Elas chegam *escortadas* por policiais, as mãos algemadas, o olhar baixo, o corpo geralmente franzino e vestimentas sujas, cabelos despenteados. Vêm de uma estada em alguma cadeia, delegacia de polícia, da rua, da sua casa, de outro presídio (transferência); ou de uma audiência no Fórum. A entrada na prisão é um ato normativo: é lavrado um

documento de entrega, a ser assinado pela agente prisional que a recebe. O documento transfere a responsabilidade imediata da presa para o Estado, através da direção do presídio, segundo a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/84), que corresponde ao dever *de assistir o/a preso/a, prevenir o crime e orientá-lo(a) ao retorno familiar*.

O procedimento continua o mesmo e a estética das mulheres permitem transcrever o mesmo perfil e estado de ânimo

Figura 3: Foto da estrutura que abrange o presídio, do lado direito ficam as galerias A e B, no fundo alojamento regime semiaberto, na parte esquerda, berçário, semiaberto e alojamento das mulheres que trabalham e são “regalias” na unidade.



Fonte: registros fotográficos da etnografia.

Um presídio que abriga exclusivamente mulheres e não oferece espaços específicos para que os bebês que estão sendo amamentados possam permanecer com suas mães até o sexto mês de vida, em segurança, é realmente um grande descaso com a condição do ser mulher,

mãe e, pior, das crianças que são submetidas ao abandono generalizado, que negligencia direitos e agrava os problemas atingindo inclusive, seus filhos. Os berços foram introduzidos somente no ano de 2011, mais ainda não atendem à demanda da unidade em certos períodos. Antes disso os bebês dividiam a mesma cama com a mãe, no chão ou até mesmo na parte superior do beliche.

Na figura abaixo pode-se observar uma parte do alojamento destinado às mulheres presas, gestantes ou parturientes.

Figura 4: Alojamento “berçário”.



Fonte: registros fotográficos da etnografia.

No mesmo sentido, ultrapassando uma interpretação positivista da palavra “pena” que a entende como aquela pena em abstrato dos tipos penais, ou ainda a pena no caso concreto das sentenças, a expressão contida no artigo 5º, XLV da CRFB/1988: “nenhuma pena passará da pessoa do condenado[...]”, deve ser entendida com todos os efeitos negativos sofridos por qualquer familiar de preso (DUTRA, 2007, p.39).



No caso específico do presídio feminino pode-se concluir que os bebês que por direito poderiam permanecer com suas mães em segurança, acabam sofrendo os mesmos efeitos da prisão. Assim, afirma Vera Regina Pereira de Andrade (2012, p. 352): “Importante enfatizar que a pena de prisão “passa”, exorbita da pessoa dos condenados (ou presos provisórios, cada vez mais numerosos) para estender sua violência para os trabalhadores da prisão e especialmente sobre os familiares dos presos”.

O PFF tem capacidade para abrigar 66 pessoas, mas atualmente conta com uma população carcerária que oscila em torno do número de 120 mulheres. As celas são chamadas de alojamentos, abrigando em média 10 mulheres cada uma, a separação é feita pelo regime de cumprimento de pena, mas como não há espaço suficiente para cumprir com o que determina a LEP, algumas mulheres que estão aguardando julgamento acabam permanecendo junto com outras que já foram condenadas e cumprem pena em regime fechado, estes alojamentos destinados ao regime fechado são denominados de galerias A e B.

Figura 5: Foto do alojamento destinado às mulheres que estão em regime semiaberto, considerado um dos melhores da unidade.



Fonte: registros fotográficos da etnografia.

Figura 6: Foto do banheiro do alojamento semiaberto.



Fonte: registros fotográficos da etnografia.

Atualmente as galerias estão separadas uma da outra, por uma parede recém construída entre elas que, conforme relatado nas entrevistas, ocasionou um grave problema de ausência de circulação de ar e, ainda, conforme afirmado por uma agente penitenciária: “no caso de acontecer uma emergência por motivo de incêndio no interior das galerias, muito provavelmente resultaria no sufocamento daquelas mulheres, visto que em dias normais, elas já afirmaram não conseguir respirar direito”.

Os demais alojamentos são destinados às mulheres que cumprem pena em regime semiaberto, que, em Florianópolis, funciona como se fosse um regime fechado. Somente conseguem sair para realizar trabalho extra muros, aquelas que obtêm um trabalho de carteira assinada, através do peticionamento de advogado constituído, junto à vara de execuções penais da capital. Atualmente somente uma mulher tem concedido esse benefício, isto se deve ao fato da maioria delas não possuírem advogado para acompanhamento do processo durante a execução da pena e, evidentemente, pela dificuldade de conhecer algum empregador que aceite que uma pessoa em cumprimento de pena, exerça algum tipo de atividade em suas empresas. Assim, constata-se a afirmação de Francisco

Bissoli Filho (1998, p. 185) quando entende que, ao haver a condenação de um determinado indivíduo pela prática de um certo tipo de crime, “o castigo, na verdade, é uma indicação de que as etiquetas negativas estão sendo aplicadas. E as etiquetas negativas podem criar expectativas negativas, auto-imagens em certas condutas [...]”.

A defensoria na execução da pena, é praticamente inexistente dentro da unidade prisional. As mulheres presas se encontram em total abandono e esquecimento por parte do Estado, que deveria garantir o atendimento da defensoria durante todo o cumprimento da pena, como o Estado de Santa Catarina instituiu recentemente a criação da Defensoria Pública Estadual, ainda não há defensores para atender toda a população carcerária. O que ocorre de fato é que este trabalho, que deveria ser prestado por um defensor público do Estado, acaba sendo executado pelas funcionárias da unidade, na tentativa de resguardar algum direito àquelas recolhidas junto à instituição.

Continuando a descrever a estrutura física da unidade, no PFF existem duas cozinhas, logo situadas ao lado do portão de acesso ao espaço interno. Do lado esquerdo do portão, a cozinha maior e principal onde são produzidas as refeições para atender à totalidade da unidade e do lado direito, a outra, menor ou não industrial, onde são preparadas as refeições dos funcionários, localizada no mesmo espaço onde fica o alojamento das agentes, contando com somente uma parede de separação entre eles. Não foi possível fazer registro fotográfico deste local pela falta de autorização para tal.

A unidade dispõe também de uma sala de visitas localizada bem no meio do presídio, entre as galerias e a carceragem. Uma parte da área de visitação é coberta, permitindo que os familiares das mulheres presas possam, nos dias determinados pela administração prisional, mesmo em dias de chuva, permanecer na visita social, e outra parte descoberta, com alguns bancos espalhados pelo local.

Figura 7: Na parte direita da foto pode-se observar a área destinada a visitação e o pátio em frente, descoberto.



Fonte: registros fotográficos da etnografia.

A carceragem é o local destinado ao trabalho das agentes, o espaço é pequeno mas com grande campo de visualização das galerias e demais alojamentos e, também, é onde as agentes permanecem fazendo a vigilância através das câmeras de monitoramento espalhadas pelo presídio. Ao lado da carceragem fica outro alojamento das agentes, o banheiro que faz parte da carceragem também é utilizado pelas agentes de plantão.

No mesmo espaço térreo existe um consultório odontológico que não atende casos de tratamento de canal ou obturação, conforme foi informado pelas próprias presas. Uma delas ainda disse assim: “[...] aqui eles só arrancam dente, se dói arranca!” O presídio possui também uma sala de enfermagem, com alguns equipamentos de ultrassom bem antigos que foram doados por uma médica voluntária que trabalhou durante alguns anos na unidade; anexo a esta sala, fica uma pequena farmácia, que possui alguns remédios fornecidos pela farmácia do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico do mesmo complexo prisional da Trindade, bem como por outros tipos de doação. A sala de aula, denominada de

biblioteca, possui somente alguns poucos livros, ainda por cima sujos, desatualizados e cheios de ácaro. Um absurdo denominar um local daqueles de biblioteca. E, ao lado da sala de aula ou biblioteca, está localizada a fábrica onde as mulheres presas trabalham, o barulho das máquinas de costura, misturado com o rádio em volume alto, evidencia que estudar torna-se bastante prejudicado nestas condições.

Figura 8- Maquinário utilizado na fábrica empresas Malharia Social e Bouticão.



Fonte: registros fotográficos da etnografia.

Figura 9- Foto de bolsa confeccionada pelas mulheres presas no PFF para a Empresa Dudalina, contratada pela Malharia Social.



Fonte: registros fotográficos da etnografia.

Somente a título de esclarecimento, a Dudalina é uma empresa cuja marca é muito bem conceituada, em termos de *status* ou prestígio social do usuário, no Estado de Santa Catarina e seu principal produto de venda são camisas masculinas e femininas comercializadas em média ao preço de R\$ 350 a R\$400.

Durante a pesquisa, estavam em obras, terminando de construir a sala da psicologia e outro local destinado a observação/vigilância executada pelas agentes, com a função fiscalizar o que se passa naquela parte do presídio que faz limite com os fundos do muro externo e também onde estão localizadas as celas destinadas ao cumprimento de medida disciplinar e triagem, denominada de “cela especial”, local onde não há iluminação e nem água quente.



Figura 10: Cella de triagem.



Fonte: registros fotográficos da etnografia.

A cela especial também denominada de cela Zero, é descrita através do olhar da etnografia realizada por Brito (2007, p. 152):

Quando o olhar da mulher que é empurrada para dentro da cela zero encontra o de quem a assiste, ele se baixa rapidamente. Entende-se que este é o início de uma sucessão de várias e diferentes violências que se expressam nos olhares punitivos de quem as deixa na cela zero, mas também na falta de condições de manter o mínimo exigido pela lei de execução penal, como o número ideal de presas por cela, atendimento psicológico especializado, assistência social, e acesso à saúde.

Figura 11: cela de triagem e “castigo”.



Fonte: registros fotográficos da etnografia.



Figura 12: banheiro da cela de triagem, ou “boi”, conforme denominado pelas mulheres presas; é neste mesmo local que fica o chuveiro.



Fonte: registros fotográficos da etnografia.

As obras realizadas na unidade prisional utilizam a força de trabalho de homens presos que cumprem pena na penitenciária masculina ou ainda na casa do albergado, estes são denominados de “regalias” por realizarem serviços de manutenção para a instituição prisional e, supostamente, terem algum tipo de benefício em contrapartida, quiçá a remição.

Fora da área interna do presídio, logo na entrada do portão principal que dá acesso ao setor administrativo e à portaria de

identificação, ficam as salas de revista e alojamento dos agentes masculinos, a sala de revista íntima é um local pequeno, com um armário para guardar pertences dos familiares visitantes, um espelho utilizado para a revista vexatória e um banco de raio X, onde as visitas se sentam para verificar se algum objeto foi introduzido nas partes íntimas, procedimento de segurança utilizado pelos estabelecimentos prisionais, para inibir a entrada de itens proibidos pela direção de cada unidade. Todos, sem exceção, são obrigados a passar por este constrangimento, na frente de uma pessoa totalmente desconhecida: a visita tem que retirar toda a roupa, passar por um detector de metais e ainda assim tem que agachar por cima de um espelho por no mínimo três vezes, para que o (a) agente possa verificar se a pessoa está ou não com algo introduzido nas partes íntimas. Cabe esclarecer que esta é uma prática diária e obrigatória em quase todas as unidades prisionais no Estado de Santa Catarina. As crianças e adolescentes até 14 anos incompletos passam pelo mesmo ritual com exceção do agachamento no espelho, não se pode esquecer, fato mais violento é a revista em bebês, onde são expostos, seus pequenos e indefesos corpos a uma prática cruel que degrada, humilha e viola a dignidade humana garantida na CRFB/1988.

Figura 13: sala de revista.



Fonte: registros fotográficos da etnografia.

Ainda na casa da revista são realizadas outras funções, como o recebimento e vistoria dos alimentos entregues pelos familiares, local muito similar ao descrito por Dutra (2007, p.76): “A casa da revista é o local onde os agentes prisionais fazem a identificação das pessoas que entram na Penitenciária, recebem as compras, provenientes dos familiares, com objetos destinados aos detentos, recebem as correspondências, fazem o cadastramento dos novos visitantes.”

Até o ano de 2010 os agentes masculinos trabalhavam diretamente com as presas, não era cumprido desta forma a determinação da LEP. Depois desta data houve a efetiva separação das atividades e o trabalho realizado pelos agentes masculinos se restringiu apenas à revista de parentes de presas, do sexo masculino, entre outras atividades que não tenham contato direto com as mulheres presas.

Ainda na parte externa ao local em que se encontram recolhidas as detentas fica o setor administrativo da unidade, local destinado ao trabalho da direção, técnicos administrativos, setor penal e almoxarifado.

No pátio do estacionamento interno do presídio, existe uma edificação com uma sala/quarto com banheiro que é destinada aos encontros íntimos. Quando alguma mulher tem parceiro ou parceira, com união estável comprovada em cartório, ou filhos em comum é concedido o direito ao encontro íntimo em dias determinados e previamente autorizados pela direção da unidade. O PFF compreende estas áreas acima detalhadas e toda a parte externa, sendo que esta fica sob responsabilidade e vigilância da segurança privada.

Iniciei minha observação pela cozinha, situada logo após o portão de acesso ao espaço interno da unidade. Cheguei, me apresentei, alguns rostos pareciam conhecidos, da época em que trabalhei no setor de execuções penais da referida instituição. A princípio tive receio de não conseguir me despir de tudo o que eu já tinha visto antes e que isto pudesse comprometer a realização da etnografia mas, com o passar do tempo, me senti preparada para a realização dos objetivos propostos neste trabalho. A seguir será apresentado o perfil das mulheres participantes da pesquisa.

## **2.4 A POPULAÇÃO CARCERÁRIA DO PRESÍDIO FEMININO DE FLORIANÓPOLIS E O PERFIL DAS MULHERES PARTICIPANTES DA PESQUISA**

### **2.4.1. A população carcerária: montando o quebra-cabeças de dados dispersos**

Nesta subseção, o objetivo inicial era trazer todos os dados relacionados com o perfil das mulheres presas no presídio feminino de Florianópolis, que são mensalmente encaminhados ao Sistema de Informações Penitenciárias - INFOPEN do Ministério da Justiça - MJ, porém, apesar de grande parte destes dados terem sido disponibilizados pela própria instituição prisional e pelo DEAP/SC, não obtive a autorização expressa do Ministério da Justiça para publicar informações que ainda não foram estatisticamente elaboradas pelo setor responsável de execução penal no próprio Ministério.

Desta forma, para que pudesse ao menos descrever alguns dados referente ao perfil daquelas mulheres, busquei dados consolidados que, apesar de não serem totalmente fidedignos, contribuem para demonstrar

e confirmar dados já anteriormente apresentados em outros anos pelo site oficial do Ministério da Justiça.

Em Santa Catarina existem somente dois estabelecimentos prisionais exclusivamente femininos: o Presídio Feminino de Florianópolis e a Cadeia Pública de Anchieta, no resto do Estado de Santa Catarina, as mulheres estão recolhidas em unidades mistas.

Os dados disponibilizados em nível nacional, conforme informado pelo INFOPEN, no ano de 2011 registravam o número de 34.0582 mulheres encarceradas no Brasil, o que representa cerca de 7% do total da população carcerária brasileira. Preocupado com percentual crescente de mulheres encarceradas o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), através da Diretoria de Políticas Penitenciárias, criou em 2011 o Projeto *Efetivação dos Direitos das Mulheres no Sistema Penal*, que objetiva atender às necessidades da população carcerária feminina, estruturando políticas e ações voltadas a esse público e também com ações voltadas à pesquisa de dados da população feminina carcerária e egressa do Sistema Penal Brasileiro. Foi observado através dos dados extraídos do INFOPEN, no que se refere ao universo prisional feminino, que há necessidade de reformulação do próprio Sistema Nacional de Informações Penitenciárias para incluir o recorte de gênero, mas a vulnerabilidade da mulher negra passou “despercebida” pelo departamento, que não se posicionou a respeito. Conforme afirmado pela própria Comissão Especial sobre o Encarceramento Feminino do DEPEN, já se estão reformulando novos indicadores, objetivando a criação do **Infopen Mulher**, visto que vários indicadores estão ausentes no sistema, como: convivência familiar e comunitária, da atenção à criança, das múltiplas diversidades, entre outros (DEPEN/MJ, 2014).

Importante informar que neste mesmo relatório apresentado pela Comissão, na tabela de quantidade de estabelecimentos prisionais femininos no Brasil, o Estado de Santa Catarina não apresenta nenhuma unidade penitenciária feminina<sup>4</sup>, mas conta com uma população carcerária de 1.255 mulheres presas, o que equivale a 8,38% da população carcerária estadual e 3,77% da população carcerária feminina nacional. No mesmo relatório o Estado de Santa Catarina informou possuir 599 vagas para presas o que ocasiona um déficit de 659 vagas (109,51% das vagas femininas). No ano de 2009 o Estado possuía 973 mulheres presas, no ano de 2010 já contava-se 1.093 mulheres e em 2011 a população subiu

---

<sup>4</sup> Sobre as informações prestadas pelo Estado, a Comissão aponta para algumas inconsistências.

para 1.255 mulheres, o que demonstra um crescimento de 28,98% em apenas 3 anos (DEPEN/MJ, 2014).

Em relação ao nível de instrução, a escolaridade das mulheres presas em Santa Catarina aparece desenhada em quantidade percentual na seguinte tabela:

Analfabeto	49	3,9%
Alfabetizado	69	5,49%
Ensino Fundamental Incompleto	557	45,97%
Ensino Fundamental Completo	315	25,09%
Ensino Médio Incompleto	140	11,15%
Ensino Médio Completo	161	12,82%
Ensino Superior Incompleto	29	2,31%
Ensino Superior Completo	10	0,79%
Ensino acima de Superior Completo	0	0%
Não Informado	4	0,31%

Fonte: DEPEN/MJ-2014

Conforme se depreende da tabela acima, quase metade da população carcerária feminina no Estado de Santa Catarina possui somente o ensino fundamental incompleto, se for considerada a quantidade de analfabetas, alfabetizadas e ensino fundamental completo e incompleto, chega-se a quase 75% das mulheres presas, ou seja, o grau de instrução das mulheres recolhidas na prisão é muito baixo, o que demonstra que a clientela selecionada permanece sempre voltada àquelas que não tiveram igualdade de condições para frequentar e concluir uma formação escolar que possibilite condições mínimas de dignidade e exercício efetivo da cidadania.

Como não foram divulgados e nem disponibilizados dados atuais referentes à população carcerária do PFF, apenas para sustentar as informações em nível estadual, serão comparados os dados com os anos de 2008 e 2009, quando realizei pesquisa anterior naquela mesma unidade.

Nos anos de 2008 e 2009 a população carcerária do PFF possuía o seguinte grau de instrução: 52% não concluiu o ensino fundamental, 20% apenas conseguiu concluir o ensino fundamental, 18% não concluiu o ensino médio e somente 8% completou o nível médio. Naquele momento foi possível interpretar os dados como um sinal de que a clientela habitual do PFF é oriunda do fracasso escolar ou da falta contenção por parte do

sistema formal de educação, fato que incrementa a possibilidade de recrutamento nos mecanismos de criminalização (LEMA, 2011).

Apesar dos dados não serem atuais, com a pesquisa e entrevista realizada no ano de 2014, pode-se perceber que a realidade hoje é muito semelhante àquela encontrada em 2009. Mulheres que não permaneceram na escola, por motivos diversos e que, devido à sua vulnerabilidade, passaram a fazer parte da clientela preferencial de um sistema que as seleciona pela sua condição.

Sobre as atividades laborais e, analisando dados referente ao ano 2011, o Sistema Penitenciário de Santa Catarina, informou que cerca de 51% das mulheres recolhidas nas unidades prisionais do Estado exerciam atividade laboral, sendo que, deste percentual, 47,6% estavam exercendo atividades internamente e apenas 3,3% em atividade externas à unidade prisional (DEPEN/MJ, 2014).

Os dados em nível estadual referentes ao trabalho externo são bastante similares aos observados no PFF, visto que durante o período dedicado à pesquisa de campo, a direção da unidade informou que somente uma mulher realizava atividade extra muros. Neste caso específico, a apenada era, jovem, branca o que muito provavelmente contribuiu para a conquista da vaga, além de possuir advogado particular constituído.

Esta situação é agravada pela falta de políticas de inserção do apenado no mercado de trabalho, uma vez que este encontra-se em cumprimento de pena em regime semiaberto, preparando-se para a vida egressa, mas a maioria esmagadora somente exerce atividades no interior da instituição, quando deveriam lhe ser proporcionadas alternativas de trabalho em locais externos à prisão para que, desta forma, sua realidade fosse mais parecida com a de um indivíduo livre, diminuindo o peso do estigma e da institucionalização sofrida pela vivência no cárcere.

Já no que diz respeito ao percentual de mulheres em atividade interna no presídio, os dados não são, pelo menos na constatação da pesquisa de campo, parecidos aos informados em nível estadual. Quando do início desta pesquisa, a direção da unidade informou que cerca de 90% das mulheres presas exerciam alguma atividade laboral. Porém, o que se observou de fato é que poucas mulheres efetivamente trabalham na unidade; como os dados oscilam muito, no momento da pesquisa, houve desistências e outras passaram a ocupar as vagas disponíveis, mas o que se pode contabilizar foi, máximo 30 mulheres trabalhando, contando as que estão sob experiência e até mesmo aquelas que são ajudantes. Não foram consideradas para contagem desta pesquisa o trabalho artesanal desenvolvido no interior dos alojamentos, como por exemplo o crochê, e

nem os serviços prestados em atividades de manutenção da unidade prisional, ou, ainda, os casos em que algumas mulheres fazem a limpeza da cela e lavam roupas das demais colegas em troca de comida (antes quando ainda era permitido fumar na unidade, a troca era por cigarro), essas atividades foram propositalmente deixadas de lado pelo motivo de não serem consideradas como trabalho e sim, pelo contrário, como tarefas realizadas sem a percepção de salário, fato que se agrava na condição das tarefas rotineiras e habituais da mulher presa.

Muito foi divulgado na mídia acerca do trabalho realizado pelas mulheres presas no PFF, informações que não correspondem à operacionalização daquela unidade, como por exemplo no Jornal Notícias do Dia, veiculado em 15 de julho de 2014: “Sistema humanizado do presídio feminino da Capital tem mais de 90% de detentas trabalhando. Das 130 presas, 120 fazem algum tipo de trabalho”, ou no Jornal Ric Mais, veiculado em 05 de novembro de 2014: “Presídio feminino é exemplo de trabalho e recuperação para detentas, as 115 mulheres que cumprem pena ou esperam condenação na unidade têm a oportunidade de trabalhar em seis oficinas diferentes”.

Nestes casos, a mídia, conivente em apresentar matérias inverídicas ou, no mínimo, superficiais e sem o mínimo de conteúdo e análise crítica, compactua e nutre na grande maioria das pessoas a sensação de que as condições e oferta de trabalho são mais favoráveis às presidiárias do que aos “cidadãos de bem”.

Nos casos dos tipos de crimes mais cometidos por mulheres no Estado de Santa Catarina, os dados oficiais informam que é o tráfico de drogas que aparece com maior percentual de criminalização, com 55,45%, seguido dos crimes contra o patrimônio com 17,29%, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Crimes contra a pessoa	5,17%
Crimes contra o patrimônio	17,29%
Crimes contra a paz pública	1,27%
Crimes contra a fé pública	0,15%
Tráfico	55,45%
Tráfico internacional	7,72%

Fonte: DEPEN/MJ, 2014



Importante frisar que estes dados consideram somente os registros oficiais do total de crimes cometidos por mulheres que chegam ao conhecimento das autoridades públicas.

Com relação à idade das mulheres presas em Santa Catarina, o relatório do DEPEN aponta os seguintes dados:

Entre 18 e 24 anos	28,68%
Entre 25 e 29 anos	21,83%
Entre 30 e 34 anos	18,08%
Entre 35 e 45 anos	16,97%
Entre 45 e 60 anos	8,28%
mais de 60 anos	0,95%

Fonte: DEPEN/MJ, 2014

Observando os dados acima, referentes à faixa etária das mulheres recolhidas em estabelecimentos prisionais no Estado de Santa Catarina, confirma-se que, em sua grande maioria, isto é, quase 70%, são mulheres jovens, com menos de 35 anos de idade. A propósito, em comparativo com pesquisa anterior no PFF nos anos de 2008 e 2009, estes dados são muito semelhantes, a porcentagem de mulheres com menos de 35 anos era de 78%. O que se constatou naquele momento e que se repete na realidade atual é “[...] um grave problema socioeconômico, jovens de estratos sociais empobrecidos e grau mínimo de instrução, não conseguem se inserir dentro do mercado de trabalho o que consequentemente as exclui da sociedade do consumo “lícito” (LEMA, 2011).

Corroborando com todo o exposto, os questionários e observação de campo também permitiram confirmar que o perfil que sobressai da mulher presa no PFF é o de mulheres extremamente jovens.

Outro dado a ser descrito refere-se à cor da pele / etnia das mulheres que compõem a totalidade de pessoas presas no Estado de Santa Catarina, lembrando que estes dados são alimentados por cada unidade prisional das cidades que possuem estabelecimento prisional no Estado, ou seja, o agente penitenciário é o responsável por inserir os dados no sistema integrado de informações penitenciárias - IPEN, no momento em que determinada pessoa é encaminhada para a respectiva unidade prisional, desta forma, ficando a critério do funcionário do presídio determinar quem é branco e quem é negro ou pardo, os dados muitas vezes podem não corresponder de fato.

Destes dados se obtém o seguinte resultado: a população carcerária feminina no Estado de Santa Catarina é predominantemente branca, ocupando um percentual de 64,78%, sendo que a quantidade de afrodescendentes atingiria 28,36%. Comparando com os dados obtidos em 2008 e 2009 sobre mulheres recolhidas no PFF, estes se assemelham com o número de negras e pardas, conforme os registros oficiais, no total de 28% e com uma pequena elevação nos números de mulheres brancas, com 72% da população feminina (LEMA, 2011). Estes são os dados oficiais referentes à população carcerária feminina do Estado de Santa Catarina:

Branças	64,78%
Pardas	16,33%
Negras	12,03%
Indígenas	0,07%
Amarelas	0,15%

Fonte: DEPEN/MJ, 2014.

Ao que tudo indica, deve-se considerar que estes dados não podem ser observados abstratamente, mas em relação à composição étnica geral do Estado.

É plausível que isto se deva à condição histórica específica do Estado de Santa Catarina, onde não existiu o latifúndio da monocultura extensiva e o trabalho escravo afrodescendente como principais componentes da atividade econômica, mas sim uma predominante ocupação do território pela colonização açoriana, num primeiro momento, que sobrevivia mediante atividades econômicas de subsistência no litoral e, posteriormente, pela ocupação do interior por colonos europeus, principalmente alemães, italianos e poloneses, em atividades agrícolas subsidiadas pelo Estado, na modalidade de pequenos grangeiros, paulatinamente empobrecidos e tornados matutos nas suas pequenas propriedades rurais quando da posterior concentração de terras (RIBEIRO, 2008, p. 386-387).

Todavia, é importante analisar estes dados confrontando-os com os dados da população residente por cor ou raça com abrangência no Estado de Santa Catarina, elaborados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas/IBGE no ano de 2011 (IBGE/2014).

## Unidade territorial: Santa Catarina

Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
85,75%	2,81%	0,1%	11,09%	0,26%

Fonte: Pesquisa nacional por amostras de domicílio/ano 2011(PNAD/2014).

Conforme se observa nos percentuais obtidos pelo PNAD/2011 e considerando o somatório das etnias afrodescendentes (“cor” “preta” e “parda”), este percentual aparece como 13,9% da população do Estado de Santa Catarina. Já os dados da população feminina encarcerada em todo o Estado, também somando as “cores preta e parda”, o percentual se eleva para 28%, dados idênticos aos do PFF nos anos de 2008 e 2009, conforme já elencados anteriormente. Diante do exposto pode-se concluir que a porcentagem de mulheres afrodescendentes encarceradas no Estado de Santa Catarina é muito alta, considerando a porcentagem de “negros e pardos” em todo o Estado. Os dados permitem confirmar que, mesmo numa totalidade predominantemente branca da população carcerária, a proporção de negros é muito maior, o que corrobora o perfil étnico selecionado como clientela habitual mais vulnerável ao processo de criminalização e, em decorrência, à população carcerária.

Sobre a clientela do sistema penal afirma FLAUZINA (2006, p. 126):

[...] a clientela do sistema penal está originalmente conformada pelo racismo, que aparece como grande âncora da seletividade. Dizer que o sistema age preferencialmente sobre os negros, que os prefere, portanto significa dizer- como acompanhamos no decurso do processo histórico- que esse é um aparelho formatado, num primeiro plano, para as pessoas negras e que, conseqüentemente, para além das questões de classe subjacentes terá seu alvo principal centrado em sua corporalidade.

Todavia, estes dados devem ser lidos, no entendimento aqui sustentado, na perspectiva da orientadora deste trabalho, compartilhada aqui quando manifesta: “Não gosto de estatísticas, porque elas nos ensinam a contar vidas matematicamente, roubando-lhes a biografia e a história” (ANDRADE, 2012, p. 307). Por isso, no intuito de entender o substrato humano das estatísticas, será apresentada, na próxima subseção,

a análise da empiria obtida na observação participante, dando voz às mulheres presas no PFF.

#### **2.4.2. Quem são as mulheres que trabalham no presídio? A vida por detrás dos números**

Para poder descrever quem realmente são as mulheres presas que exercem alguma atividade laborativa remunerada na prisão, não questionei em momento algum o motivo que ensejou o ingresso no presídio, apesar da maioria delas falarem tranquilamente dos crimes que as levaram conhecer o outro lado do muro, procurei dar ênfase às suas vidas, como mulheres, mães, tentando a partir destes critérios entender suas falas.

Foram entrevistadas nove mulheres, com as quais tive oportunidade de conversar, observar e escutar por diversas vezes, durante o período compreendido entre julho e setembro de 2014. Antes de iniciar a observação de campo, expliquei a finalidade da pesquisa e também deixei claro que haveria sigilo absoluto sobre a identidade de todas as pessoas que espontaneamente participassem respondendo ao questionário ou concordando com a minha observação. Apesar de todas as mulheres entrevistadas não se oporem à divulgação de seus nomes, todos os dados que pudessem identificá-las foram alterados a fim de salvaguardar os direitos, a segurança, o bem estar e a dignidade das mulheres que participaram.

Ouvi as histórias daquelas mulheres por um longo tempo e, no meio de suas falas, inseria as perguntas, as conversas foram agradáveis justamente por não parecer que estávamos diante de um questionário e sim como uma conversa espontânea, concordava com a cabeça, conforme me ensinou minha coorientadora Professora Doutora Flávia de Mattos Motta, no intuito de estimular a conversa, sem que houvesse algum corte ou dissintonia.

Durante as entrevistas, aconteceu de outras moças pedirem para conversar, não queriam ser entrevistadas, mas precisavam de alguém para ouvi-las. Um dos grandes problemas que enfrentam, em meio àqueles gerados pela prisão, é a dificuldade / ausência de alguém de fora do contexto prisional para poder desabafar, e o fato de poderem se sentir escutadas revelou-se deveras importante para elas. A emoção ao falar do contexto familiar, foi semelhante em várias falas, olhares cabisbaixos, mãos inquietas, voz embriagada. Elas tinham vontade de chorar, várias acabaram se permitindo o choro mas sempre se desculpando por liberar

sentimentos que como elas falavam: “devemos deixá-los do lado de fora, aqui todo mundo perdeu alguma coisa, é só mais uma.”

Soraya, mulher branca de aparência triste foi a primeira pessoa a se aproximar de mim, apesar do receio que tinha nos olhos, a necessidade dela de poder conversar prevaleceu e conseguimos manter uma conversa agradável, muito embora o assunto se fazia bastante tenso em alguns momentos. Soraya já foi presa outras vezes, seguindo sua argumentação, apesar de conhecer bem o presídio, afirmou ser difícil se manter longe das pessoas que a incentivavam na prática de pequenos furtos. Hoje com 49 anos e três filhos adultos só recebe visita deles no dia das mães, ela disse que, como são trabalhadores não encontram tempo para poder visitá-la com frequência, com exceção de uma das filhas, que está presa em outro presídio e já faz tempo que não a vê. Quando estava em liberdade, não estudou, concluiu o ensino fundamental dentro da prisão e parou por aí. Suas experiências profissionais antes de ser presa foram como auxiliar de serviços gerais. No presídio fez um curso de bordado e bijuteria, prestou serviço para uma empresa de confecção de sacolas de papelão instalada na unidade e depois conseguiu o trabalho na cozinha, como ajudante, preparando os alimentos e fazendo a limpeza das panelas e apetrechos de cozinha, é neste local onde são preparadas todas as refeições do dia, para atender à totalidade da prisão.

Evelin é uma mulher jovem, branca, de apenas 22 anos de idade, sorridente e com olhar cabisbaixo, concluiu o ensino fundamental, está solteira mas já foi casada antes de ir para a prisão, da relação não houve filhos. Morava com a mãe, mas foi criada pela avó. Nunca foi presa antes e nem imaginava que isso pudesse lhe acontecer. Conforme relatou, está presa por um crime que não cometeu, mas que infelizmente sabia que poderia ocorrer devido a companhias erradas. Envolveu-se em um caso de latrocínio que repercutiu bastante no bairro onde morava. Sempre trabalhou enquanto esteve em liberdade, ocupou funções de camareira e recepcionista. Hoje na prisão não se corresponde com ninguém por carta e nem recebe visitas, a não ser a da sua mãe, com quem gostaria de passar o natal junto.

Raquel mais uma jovem, branca, bastante sorridente, de apenas 23 anos de idade, com ensino fundamental completo. Apesar de sempre estar sorrindo, a tristeza nos olhos era difícil de disfarçar. Foi casada por seis anos e teve um filho desta relação. O relacionamento durou o período em que o marido esteve preso, logo que ele alcançou a liberdade e ela continuava presa, a relação teve fim. Isto confirma o abandono da mulher encarcerada pelos maridos e família, enquanto o papel da mulher, pelo contrário, é o de fiel e companheira quando é o homem quem está preso.

O caso dessa moça é bastante comum entre as histórias das meninas envolvidas no mundo do tráfico pelos namorados, companheiros ou maridos. Conforme pesquisa de Elaine Cristina Pimentel Costa, que argumenta em sua obra, através de relatos obtidos em entrevista realizada com várias mulheres presas, muitas delas assumindo o negócio de seus companheiros, muitas afirmaram, que fizeram por amor, o que evidenciou o modelo patriarcal de submissão da mulher para com o homem e, portando de dominação masculina (COSTA, 2008, p. 88). Moça jovem, não conheceu o pai, a mãe faleceu enquanto ainda era criança e não tem nenhum irmão, parece que se agarra somente na figura do filho, que se encontra sob os cuidados da avó paterna, para ter perspectiva de vida fora da prisão. Antes de ir para o presídio, trabalhava desde os seus dezesseis anos como costureira. Está trabalhando no PFF há quatro meses e cumprindo uma pena de quase dez anos por tráfico de drogas.

Jussara tem 43 anos de idade, é branca, de aparência cansada devido ao consumo exagerado de álcool durante vários anos e “noites sem dormir”, conforme ela afirma ter vivido antes de ir para a prisão, está se recuperando da dependência do álcool e parece contrariar as estatísticas. Terminou o segundo grau no presídio, está em tratamento para se recuperar do alcoolismo, apesar do jeito bastante eufórico, aparentava lucidez e bastante coerência na sua fala. Utilizava um vocabulário incomum dentro da prisão e falou de seus objetivos e perspectivas de progresso na vida quando sair da prisão. Tem três filhos que somente se correspondem por carta e encontram-se sob os cuidados de uma tia, depois de muitos anos de abandono, está tentando recuperar a confiança e o amor dos próprios filhos. Nunca trabalhou fora, tinha uma vida de loucuras e bebedeiras, diz que era difícil manter-se sóbria. Agora está laborando como costureira para uma empresa que confecciona roupas de animais para serem vendidas em *Pet Shops*. Está cumprindo uma pena de treze anos e nunca foi presa antes. Diz-se recuperada “em nome de Jesus”.

Mirela é uma mulher jovem, negra, com 32 anos de idade e algumas passagens pelo sistema penitenciário, ainda não terminou o ensino fundamental, vive uma relação de união estável com outra mulher que se encontra em liberdade, elas se conheceram na prisão mas, mesmo depois de sua companheira conseguir a liberdade, mantêm regularmente a visita social, no caso do encontro íntimo, há uma determinação da instituição prisional que prevê um período de seis meses após egressa, para realizar visita íntima com companheira, elas ainda não haviam cumprido o tempo previsto. Os quatro filhos que possui estão sob os cuidados da avó materna. Sua experiência de trabalho antes da prisão foi como empregada doméstica em casa de família. Já na prisão exerceu

diversas atividades como “regalia”, limpando viaturas, há um ano está trabalhando com bijuterias, sua função é coordenar e supervisionar o trabalho exercido pelas demais detentas que prestam serviço para a mesma empresa.

Suelen, outra jovem, branca, com apenas 26 anos de idade, ensino fundamental completo, mas com intenção de retomar os estudos quando estiver livre. Tem dois filhos, seu companheiro, que estava preso, passou a ser ex, depois que ganhou a liberdade e ela foi para a prisão. Recebe somente a visita da mãe, que aparece uma vez por mês. Os filhos moram, um com o pai e o outro com avô paterno. Sua experiência com trabalho antes da prisão foi somente como faxineira. Está laborando para empresa de bijuterias, mas completamente desanimada e humilhada com a atividade exercida. Sobre este assunto, no terceiro capítulo serão descritos os sentimentos gerados com a realização do trabalho desenvolvido por elas.

Cláudia a mais jovem de todas as entrevistadas, branca, com apenas 21 anos de idade, ensino fundamental completo, é separada e tem um filho pequeno que vive com a avó materna. Trabalhou como auxiliar de cozinha em *fast foods*, já na prisão está atualmente exercendo atividades como costureira para a Malharia Social instalada dentro da unidade. Cláudia aparenta tranquilidade ao falar, mas sempre que se recorda do filho pequeno; os olhos deixam transparecer a dor da saudade, da separação precoce entre mãe e filho, interrompida pela realidade cruel, não só dela, mas da maioria das mulheres criminalizadas que se encontram atrás dos muros da prisão, muros que impedem não somente o contato físico, mas roubam-lhes toda uma história (não) vivida.

Cleusa, mulher branca, falante, com 32 anos de idade e ensino médio completo, é separada e tem dois filhos que vivem com os avós maternos, recebe a visita dos pais e dos filhos, nunca quis trabalhar enquanto presa, somente fazia crochê e, assim ocupava seu tempo, mas como precisava demonstrar bom comportamento, decidiu exercer alguma atividade e como precisavam de costureira aceitou o trabalho. Diz que aprendeu na pele as regras do sistema penitenciário, sofreu e, assim, começou a entender, conforme relata, que era melhor agradecer até por um não. Antes de ir para prisão trabalhava como caixa de supermercado. Durante sua vida pregressa teve alguns incidentes disciplinares que acabaram lhe rendendo mais aumento de pena e perda de remição.

Pois bem, depois de trazer algumas características do perfil das mulheres que exercem atividade laboral no PFF e que espontaneamente optaram por participar desta pesquisa, passa-se, na próxima subseção a tratar dos trabalhos realizados por elas.

## 2.5 O TRABALHO NA COZINHA - SOB O OLHAR E ESCUTA DA ETNOGRAFIA

A opção de iniciar a observação pela cozinha se deveu às obras que estavam sendo realizadas próximas à fábrica, o que dificultava não só a observação mas também a escuta devido ao barulho intenso ocasionado pelas máquinas e equipamentos utilizados para a construção de uma nova área de vigilância situada entre a fábrica e o local destinado às mulheres que, quando chegam ao presídio, são obrigadas a permanecer na triagem por um período de cinco dias e também ao lado cela de cumprimento de medida disciplinar. Assim, nesta subseção será descrito o funcionamento e rotina da cozinha e, na próxima, os da fábrica - os dois principais locais da atividade laborativa no presídio.

A cozinha, ambiente aparentemente limpo, já que não era possível perceber visualizar sujeira nas paredes, chão e nos equipamentos elétricos e fogões mas, pelo contrário, refletiam boas condições de higiene, principalmente para uma cozinha instalada no interior de um presídio. Apesar do frio que fazia na rua, dentro da cozinha a sensação era de calor, acentuado pelos dois fogões industriais com quase todas as bocas acesas. No rádio relógio pequeno, tocava música sertaneja. O plantão de trabalho era de quatro mulheres, elas trabalham um dia e folgam no dia seguinte, portanto, são dois plantões que se revezam. Acordam às 06:00 horas da manhã e se recolhem por volta das 22:00 horas depois de deixar tudo limpo para o plantão do dia seguinte. Todas usam roupa branca, touca, botas e luvas. Na cozinha pode-se notar dois pequenos exaustores que ficam no alto da parede que, até o momento em que questionei o que era aquilo, permaneciam desligados. É, rotineiramente, por volta das 11:30 horas que é servido o almoço e às 15:00 horas o momento de se preparar para servir “pagar<sup>5</sup>” o café da tarde, para todo o presídio, inclusive funcionários. O local de preparo da comida dos agentes é distinto das detentas. Entretanto, alguns preparos são realizados em comum. A divisão das funções de trabalho, são organizadas pela detenta responsável pelo plantão do dia. Uma lava, outra fica no corte de alimentos, outra serve as refeições para as demais, enfim, há uma rotina a ser seguida e respeitada. Quem manda é a chefe da cozinha. Me chamou atenção a proporção de tudo que é preparado naquele local, lembrando que a média de refeições gira em torno de 120, as panelas são gigantes, variando entre 50 e 100 litros, o café é feito em uma dessas panelas enormes e depois servido com uma jarra de plástico, que é introduzida diversas vezes dentro desta panela

---

<sup>5</sup> Outro termo utilizado na prisão que se refere a servir, entregar, dar algo.



para retirar de lá o café e servi-lo em copos de plástico. O café é sempre preto, com leite somente por prescrição médica ou quem compra seu próprio leite. Na cozinha dos agentes que fica próxima à cozinha principal, trabalham duas detentas, já na cozinha “grande” das presas, o plantão é de três mulheres. No plantão 1 todas trabalham há pouco tempo, passando por um período de experiência, durante a fase de experiência não recebem remuneração, conforme foi afirmado por todas as mulheres que trabalham na cozinha, elas aceitam ficar no período de experiência (sem previsão de duração) para garantir depois a vaga daquela que ocupa a função de titular/ chefe da cozinha ou auxiliar que, eventualmente, podem sair do posto por motivos diversos: progressão de regime, acidente, cansaço, por vontade da empresa privada concessionária do serviço de alimentação ou ainda da administração prisional.

Elas estão quase sempre conversando e rindo. Fazendo diversas coisas ao mesmo tempo, separando alimentos em caixas, colocando na geladeira ou em freezers, num dia havia diversas frutas, estavam pegando as bananas para entregar uma para cada detenta. O tempo todo em atividade, não param nem para tomar café com tranquilidade, o ritmo de trabalho na cozinha é incessante. Ao mesmo tempo em que comiam um lanche, preparavam a comida e, ainda quando sobrava um intervalo, não paravam, quem sabia, fazia crochê, no chão da cozinha mesmo, perto da porta. Mas o que mais chamava a atenção é que elas não paravam suas atividades em momento algum, era tudo muito corrido e cansativo.

No plantão da chefe Maria elas faziam pipoca por conta dos jogos de futebol da copa do mundo, a direção do presídio autorizou os familiares das detentas a trazerem milho no dia de entrega das compras realizada pelos parentes. Para quem está acostumado com pipoca de micro-ondas, ver aquela quantidade toda de pipoca dentro de panelas enormes, chega a causar certa estranheza. Mas o que era visível, era a alegria daquelas mulheres em estarem fazendo algo que, para qualquer pessoa seria normal, mas para elas, onde tudo é restrito e proibido, aquela pipoca resultava em algo próprio de ambiente familiar, algo que só se faz quando se está em casa. Acredito que foi por isso que aquelas pipocas traziam tantos sorrisos, talvez um sentimento de vida em liberdade. A chefe da cozinha que acabara de retornar de sua saída temporária de sete dias, estava eufórica. Antes desse dia de jogo da copa do mundo e pipoca, havia observado que falava o tempo todo, dava ordens em tom ríspido com as demais colegas, o retorno é sempre algo muito difícil, por isso, foi possível dimensionar a grande dificuldade em deixar em casa três filhos, um deles com menos de três anos, dizendo que queria ficar com a mamãe, ou que estava com saudades. Ouvi sua fala, e nos seus olhos estava nítida

a dor da separação dos filhos deixados para trás, do marido, para um próximo reencontro, muitas vezes, não tão próximo assim. A pipoca naquele dia parecia aproximá-la novamente da liberdade, da vida caseira, ou, de alguma forma, aliviar a dor da separação.

Nesta mesma semana mudou a chefia de segurança da unidade, algo que sempre gera insegurança entre as detentas, visto que nunca se sabe quem será e como será a forma de trabalho da funcionária nova que chega para ocupar uma função tão áspera e hostil, na maioria das vezes disponibilizada para pessoas com vocação de carrasco. A rádio sempre tocando música sertaneja, às vezes em volume um pouco mais baixo. É praticamente diária a feitura de um bolo de chocolate para as(os) funcionárias(os), perguntei se elas podiam comer também, mas disseram que somente se sobrar. O que não era muito comum acontecer, pelo menos a cobertura do bolo ela podia lamber da panela, já que isso não podiam ver. A cada tempo livre, as agulhas de crochê estavam se mexendo a todo vapor. A funcionária da empresa Vida Mais que presta serviços de alimentação para a unidade com a mão de obra das detentas e que vem algumas vezes por semana fiscalizar o trabalho, organização, higiene e demais procedimentos, além de sempre cobrar e repetir, isso não pode! trouxe alguns produtos de limpeza e logo advertiu que já estava sabendo que tinha meninas que estavam usando o cloro, que serve para higienizar a salada, em limpeza de roupas pessoais e, em tom ríspido, afirmou que se isso continuasse a acontecer o comunicaria à administração. Também avisou para que as detentas não se esquecessem de assinar a folha de ponto para ganhar a remição pelo trabalho, com uma folga na semana.

Chamou a atenção o seguinte fato observado: quando a chefe do plantão da cozinha perguntou para a funcionária da empresa o que ocorreria caso ela apresentasse um atestado de dez dias por causa de uma cirurgia que iria fazer, se continuaria recebendo salário sem desconto pelo fato de estar com atestado médico. A funcionária da empresa logo afirmou, a título de resposta que, ela podia apresentar o atestado mas, durante esse período, ficaria sem receber salário. Foi aí que não resisti à oportunidade em perguntar para aquela moça, quem eram seus patrões, que proporção tinha a empresa Vida Mais, se eu poderia ter contato com os proprietários para uma conversa. E, para minha surpresa, ela me respondeu que nunca viu e somente sabe que eles nunca aparecem e nem falam com ninguém, mas que eles já trabalham no ramo não somente em presídios, mas também em escolas e que o negócio não se restringia somente à Grande Florianópolis, mas também estão instalados em praticamente todos os presídios dos estados brasileiros. Fiz minha singela

conclusão na hora, mas calei para não influenciar minhas informantes. Após nossa breve conversa a funcionária exigiu que fosse feita limpeza nos freezers que, segundo ela, estavam imundos e, para mim, estavam bem branquinhos. A faxina na cozinha é feita uma vez por semana, geralmente elas preferem fazê-la aos finais de semana porque, segundo elas, é mais tranquilo.

As detentas, na maioria das vezes, estão bem concentradas, conversando, às vezes menos, outros dias mais, mas, cada vez que alguém, que não é outra detenta, entra na cozinha, a atitude e postura delas muda no mesmo momento. Uma das moças que trabalha na cozinha me perguntou se alguém da direção do presídio teria acesso ao que eu escrevia. Respondendo aos olhos esbugalhados da moça, disse que não, e senti um alívio no rosto dela. As discussões entre elas são bem comuns e versam sobre a chefe do plantão da cozinha, que consideram “mandona” e distribui mal as tarefas. Fiquei sabendo também, isto foi novidade pra mim, que a comida que sobra tem que ser jogada no lixo, que se alguma delas quiser repetir, o que elas chamam de “eco<sup>6</sup>” não pode, isto por ordens da direção do presídio, ou seja, conforme disse Maria Evelin: “está com mais fome, que pena, pois tudo o que sobrou vai para o latão de lixo.”

Em determinada ocasião, durante as visitas, a convivência entre elas parecia bastante artificial, vez que elas não agiam com a mesma naturalidade dos outros dias, pelo contrário, pareciam cumprir o perfil de subordinação, instituído pelo sistema prisional, assim como a punição, a vigilância são poderes destinados a educar (adestrar) as pessoas, para que obedeçam à vontade daqueles que detém o poder. Conforme Foucault (1998, p.143): “O exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar, um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam”. Quando alguma agente penitenciária permanecia na cozinha, o que era incomum mesmo sem a minha presença, segundo as próprias presas que trabalham naquele local, era aparentemente com intuito de escutar o que eu conversava com aquelas mulheres; mesmo de óculos escuros, era possível sentir olhar de fuzilamento da agente, tudo isso por ordem expressa da diretora, sob o mesmo argumento utilizado: “a segurança”. Decidi que quanto mais ela olhasse, mais baixo eu falaria, até que o momento em que, desisti do esforço em vão, e optou por ir embora.

---

<sup>6</sup> Na linguagem utilizada no presídio “eco”, quer dizer o mesmo que repeteco, ou repetir.

O cheiro de gordura na cozinha resultava insuportável. Apesar de existir uma cozinha menor para as agentes, muitas coisas pra elas são preparadas na cozinha das detentas. As duas detentas que trabalham na cozinha menor, comumente fritam quibe e fazem outras guloseimas para as agentes, chegam a decorar o prato com um limão cortado em quatro pedaços, servindo em outra travessa o bolo de chocolate acompanhado de uma garrafa de café. Apesar da presença daquela agente, a rotina de trabalho na cozinha não foi afetada e nem poderia, tudo é servido pontualmente, os horários são bastante rígidos para tudo e a última refeição é servida às 18:00 horas, lembrando que elas somente são liberadas da cozinha por volta das 22:00 horas. Depois da última refeição servida, por sinal, bastante cedo para os padrões brasileiros de vida fora do presídio, caso alguém sinta fome, só poderá comer se tiver alimentos trazidos por parentes nos dias determinados pela direção, isto é, às terças-feiras. Somente neste dia os familiares podem deixar alguns itens de alimentação, higiene pessoal e material de limpeza ou, caso as mulheres presas tenham dinheiro<sup>7</sup> para fazer compras, a direção da unidade disponibiliza uma lista de produtos que podem ser comprados de um fornecedor específico.

Continuei minha observação, mas percebi que minha presença estava pesando um pouco para elas. Neste dia não insisti mais na conversa, pois, quando perguntei se alguém gostaria de responder mais algumas perguntas, uma olhou para a outra e ficou claro que não. O ritmo de trabalho na cozinha era bastante puxado, fato que dificultava a realização das entrevistas, tive que aguardar diversas vezes elas irem entregar a comida para as demais presas, visto que não existe um refeitório para alimentação (as refeições são feitas na própria cela) ou, ainda, preparar o cardápio seguinte, arrumar a louça, enfim, não foi fácil fazê-las parar um pouco suas atividades para conversar comigo e, nesses raros momentos, as colegas de trabalho sempre olhavam com cara feia, pois o serviço acumulava para outra e conforme dito por elas de um modo geral: “ninguém na cadeia quer levar alguém nas costas”. Observando a rotina do lado de fora, sentada no banco em frente à cozinha, confirmei que o ritmo era ainda mais puxado sem a minha presença.

---

<sup>7</sup> Quando se fala dinheiro, é importante esclarecer que este se encontra em poder da administração que controla, através de fichas nominais, os valores recebidos por aquelas que trabalham para alguma empresa estabelecida na unidade prisional ou, ainda, quando familiares depositam algum valor em favor de alguma detenta, sendo que há um limite de depósito mensal. Mais uma forma de controlar quanto elas ganham e com o quê podem gastar.

## 2.6 A ESTRUTURA E ROTINA DO TRABALHO NA FÁBRICA SOB O OLHAR E ESCUTA DA ETNOGRAFIA

Quando passei à observação da fábrica, o procedimento para minha entrada era o mesmo. Passar pela portaria, os funcionários me anunciavam pelos rádios de comunicação interna, então eu subia e me dirigia ao portão principal, algumas vezes fiquei esperando por alguns minutos, detentas passavam e me cumprimentavam enquanto as agentes fingiam que não me viam. Eram comuns os olhares de hostilidade de algumas agentes e as expressões que pareciam manifestar, mal disfarçadas, má vontade ou raiva. Enfim, logo que abriram a fábrica para minha entrada, fiquei surpresa pelo fato de ninguém me acompanhar, e fiquei feliz por saber que a pesquisa tinha tudo para correr tranquilamente. Entrando na fábrica, percebi que havia moças do regime fechado trabalhando na empresa de Bijuteria, eram detentas das galerias A e B. Geralmente no PFF essas mulheres não eram colocadas para exercerem atividade laborativa. Elas me olhavam como se eu fosse um ser diferente, e tentei imaginar como elas se sentem quando as universidades fazem aquelas visitas “guiadas” para conhecer os presídios, ou melhor, sua população “não em extinção” para alegria de alguns.

A rotina de horários na fábrica, onde estão instaladas a empresa de *Pet Shop* Bouticão, a de Bijuterias e a Malharia Social, também é fixa, começa às 07:30 horas e vai até às 11:00 horas e reinicia às 13:30 horas até às 17:30 horas. No sábado fica livre a parte da manhã para quem quiser ficar na fábrica e fazer alguma produção pessoal.

O clima entre elas é um pouco diferente da cozinha, apesar do trabalho também ser puxado, pareceu-me não ser tão exaustivo como uma cozinha industrial. Elas conversavam entre si, riam, cantavam bastante e também escutavam muita música sertaneja, em um rádio pequeno, comprado por elas.

A disposição das máquinas de costura das empresas Bouticão e Malharia Social ocupam praticamente todo o espaço físico do local. São dez máquinas de corte e costura industrial, ao lado ficam seis carteiras escolares destinadas às mulheres que trabalham no polimento e lixando as peças de bijuteria. Tem um banheiro dentro da fábrica, que é higienizado por elas em uma escala de cada dia uma fica responsável pela higiene e manutenção.

O trabalho realizado pelas mulheres que prestam serviço para a empresa de bijuterias é efetivamente insalubre e perigoso. Apesar de ser fornecido um óculos especial de proteção para ser utilizado no momento de lixar as peças, muitas vezes ele não é suficiente para impedir que algum

cisco de metal entre nos olhos de alguém. Salientou Mirela que já aconteceu de uma detenta ter que ser levada ao hospital para a retirada de um pedado de metal dentro dos olhos. O trabalho realizado com as bijuterias funciona basicamente assim: é um processo manual de lixar a peça que é de fato demorado, assim são retirados os defeitos, saliências e as partes ásperas e cortantes, após o procedimento manual com o uso das lixas, a peça passa a ser lixada com o auxílio de uma máquina, que possui um eixo girando e em contato com a lima a peça vai ganhando aparência menos bruta, é somente esta fase do trabalho que é realizada por elas.

Como o produto final, como o banho de prata ou outro, que garante o brilho e a beleza de uma joia não é visto por elas, somente o trabalho mais rústico e mecânico, várias afirmaram não haver estímulo algum, o trabalho é demorado, o pagamento é ínfimo e como todo trabalho em produção, onde não se observa o produto final, acaba se tornando desestimulador e cansativo. A propósito, uma das moças que trabalha na bijuteria afirmou que a colocação de pedras e finalização do produto é desenvolvida em outro presídio, curiosamente masculino. Quando questionei se ela sabia o motivo da discriminação, disse que a dona da empresa prefere o trabalho dos homens para realizar o acabamento das peças, visto que a incidência de furtos das bijuterias prontas é mínimo por parte dos homens, e que sua experiência com mulheres mesmo com mulheres livres, havia sido complicada e desastrosa. Logo em seguida Mirela conclui e diz: “mulher é tudo ladrona mesmo, mulher é que gosta de biju, homem vai roubar pra que? Só se for para dar pra outra...”

As mulheres que trabalham para esta empresa, não permanecem muito tempo no serviço, durante todo o tempo em que estive em contato direto com elas, diferentes rostos apareciam nas cadeiras para trabalhar e mudavam constantemente.

O trabalho realizado pelas mulheres na confecção de roupas e adereços para cães, da empresa Bouticão, parece ser um pouco mais agradável para elas. A proprietária da empresa frequentemente vai até a unidade conversar com suas funcionárias, segundo Raquel, a proprietária do Bouticão permite que elas criem algumas peças e as trata com respeito. Ao conversar com a proprietária da empresa, me surpreendi quando falou que se sentia um pouco mãe delas e que quando estivessem em liberdade teriam trabalho garantido na sua empresa fora da unidade. Naquela semana uma detenta havia conseguido um Habeas Corpus e segundo disseram já estava empregada na empresa Bouticão. O trabalho é ensinado e supervisionado pela proprietária que também costura e parece gostar do que faz.

O pagamento, assim como as demais empresas instaladas na fábrica do presídio, é realizado por produção. Mas as duas costureiras que naquele momento estavam trabalhando, pareciam contentes com o que faziam; concentradas no serviço mas, ao mesmo, tempo alegres.

O trabalho realizado pelas mulheres para a Malharia Social me deixou, inicialmente, com algumas dúvidas. Quando eu fazia algumas perguntas as mulheres presas que ali se encontravam trabalhando se olhavam entre si e torciam o nariz. Depois de algum tempo uma delas comentou que não havia recebido dinheiro algum pelo serviço prestado. Elas pareciam muito insatisfeitas com a condição imposta: trabalharam, cumpriram com a confecção de determinadas peças e não receberam nada pelo trabalho de várias semanas. Questionei porquê elas não conversavam com a proprietária da empresa, para saber o que estava acontecendo e logo me dei conta de que o medo é algo que impera na condição daquelas mulheres. Após alguns dias, uma das detentas me falou que havia conversado com a Manu, proprietária da malharia social, para saber mais informações sobre o pagamento mensal, já que elas não estavam recebendo salário, por supostamente estarem em fase de treinamento. Segundo Raquel que não trabalhava para a malharia, mas era solidária com as demais colegas de máquina de costura: “Ela não paga, é uma vergonha, sabe que fazer isso com uma pessoa presa é fácil, a gente não tem direito nenhum mesmo”.

Me senti um pouco culpada pela situação, já que somente depois da minha presença começaram a questionar a situação que estavam passando. O que elas comentaram naquela ocasião foi a reportagem da TV RBS que passara na semana uma matéria sobre o trabalho realizado por elas, onde se afirmava que 120 mulheres no presídio feminino estavam trabalhando. Isso causou-me estranheza, vez que, no dia que iniciei minha pesquisa a resposta que tive da direção foi de 94 mulheres trabalhando e logo depois, durante minha observação de campo averigui que na fábrica eram 11 mulheres e 09 na cozinha, algo bem distante dos dados oficialmente apresentados na mídia. Sem falar nas moças que fazem crochê na cela e também recebem a remição pela vara de execuções penais. Será que as outras 100 mulheres fazem crochê? Não, eles contabilizam como atividade laborativa, todas as atividades prestadas por elas, como as de manutenção da unidade prisional, que não tem percepção de salário. Mas, ainda assim a conta não fechou, pelo menos foi o que constatei com a pesquisa. Lembrando que a Vara de Execuções Penais homologa nove dias por mês de remição pelo trabalho realizado com crochê, a única exigência é que seja encaminhado fotos dos trabalhos

produzidos por cada detenta, afim de comprovar a veracidade do trabalho o que, segundo a direção da unidade, é cumprido fielmente.

Algumas semanas foram passando e a rotina da fábrica se mostrava a mesma, grande rotatividade de mulheres em determinadas atividades e insatisfação geral com o trabalho produzido e principalmente com a remuneração.

Mas, se a rotatividade era grande, precisavam ser entendidos os critérios utilizados para seleção de quem pode/deve trabalhar e assim compreender o significado desta seleção, assunto a ser tratado a seguir.

## 2.7 O TRABALHO COMO PRÊMIO, REMÉDIO OU INSTRUMENTO DE CONTROLE? CRITÉRIOS DE DEFINIÇÃO E SELEÇÃO

Para compreender como funciona o sistema de seleção das mulheres que podem trabalhar na unidade prisional, além de questionar as mulheres que efetivamente trabalham no presídio, inseri o mesmo questionamento para a gerente do PFF, para entender melhor como são definidos os critérios e como é feita a seleção daquelas mulheres.

A resposta entre as mulheres entrevistadas foi quase unânime em afirmar que: foram agraciadas com o nobre gesto de humanidade da direção em oferecer uma oportunidade para exercer uma atividade durante o cumprimento da pena. Parece irônico, mas elas acreditam que a possibilidade de trabalhar na prisão é dada a elas como um prêmio, visto que essa chance não é garantida a todas. Uma delas disse que a diretora lhe falou bem assim: “Vou te dar uma chance, aproveita e anda na linha”.

Com exceção de uma única moça que já conhece bem o sistema prisional e afirmou: “só pedi pra trabalhar, pra melhorar meu comportamento, aqui eles só me enxergam, parece que tudo de errado que acontece a culpa é da Cleusa.”

O fato que levou esta moça pedir para trabalhar teve como único intuito o de melhorar seu comportamento carcerário na visão da instituição e, assim, quando estivesse no direito de progredir de regime a sua ficha seria encaminhada à vara de execuções penais como “bom” comportamento, no que se refere ao direito subjetivo de progressão de regime, este fica a critério dos funcionários do presídio “[...] quem desconhece o cotidiano de uma prisão, não conseguirá imaginar como uma caneta pode ter tanto poder [...]” (ESPINOZA, 2004, p. 147).

Aliás, importante mencionar como a vida de um ser humano está entregue nas mãos dos funcionários da prisão que elaboram laudos e pareceres sobre o comportamento, respeito e disciplina da pessoa encarcerada, podendo, dependendo do agente, aumentar o tempo de



permanência na prisão. Em muitos casos, o agente insere informações no sistema IPEN que o juiz da vara de execuções tem acesso, sobre os fatos ocorridos no plantão referentes a algum incidente disciplinar, real ou fantasioso e, desta forma, sem possibilidade de defesa prévia, a mulher presa somente ficará sabendo o que se passa com ela, quando for citada para esclarecer os fatos na vara de execuções.

Essa mesma moça que está trabalhando para ser bem vista, sob o olhar da direção, afirmou que, depois de alguns incidentes disciplinares comunicados à vara de execuções penais, já está cumprindo mais tempo do que realmente consta na sua sentença de condenação.

No discurso da direção da instituição, o trabalho realizado pelas mulheres presas aparece como laborterapia, assinalando como principal objetivo do sistema: “a humanização, pois é através do trabalho que se dignifica a pessoa e conseqüentemente melhora o convívio dentro da prisão”. Afirmou também que antes selecionava as mulheres para trabalhar, através da análise do comportamento carcerário dentro da prisão, portanto, só podia trabalhar quem tinha bom comportamento.

A diretora afirmou também que depois de algum tempo, começou a abrir a possibilidade de trabalho também para as mulheres que tinham comportamento ruim. Quando foi oferecido um curso de bordado promovido pela UDESC, foram selecionadas somente mulheres com comportamento ruim e segundo ela, os resultados foram excelentes. Concluiu que, de um modo geral, hoje todas as mulheres têm oportunidade de trabalhar e, se tiver um mínimo de conhecimento para realizar a tarefa, melhor ainda, mas não é sempre que se consegue, pois a maioria não possui cursos profissionalizantes.

Entretanto, se são os próprios funcionários, juntamente com a supervisão da direção, que definem o comportamento das mulheres presas, conseqüentemente a escolha sempre foi baseada em critérios pessoais e discricionários, que tem como finalidade, garantir a ordem e o controle, dependendo do momento e da conveniência.

Se forem levados em consideração os dados que demonstram o baixo grau de instrução das mulheres encarceradas, possuir uma profissionalização se torna algo menos provável de se encontrar na condição daquelas mulheres. Conforme relatado no perfil das mulheres presas em seção anterior, pode-se concluir que a maioria provém de estratos sociais que ensejaram: abandono dos estudos ou, ainda, falta de interesse/estímulo para concluí-los e, com relação às atividades exercidas antes do encarceramento, a maioria também relatou ter exercido atividades que não exigiam qualificação alguma.

O que se pode constatar, através da visão / fala da instituição, que enxerga o trabalho exercido por aquelas mulheres como laborterapia, é que quanto mais tempo as presas passem ocupadas exercendo alguma atividade melhor para o presídio, já que assim este continua a funcionar sem inconvenientes de rebelião, fuga ou outro tipo de incitação, o melhor que se tem a fazer, segundo a direção do PFF, é ocupar a cabeça de todas as mulheres, principalmente daquelas que não cumprem com as regras de disciplina e confinamento na prisão e, quanto mais o trabalho for cansativo, ao final do dia elas somente irão deitar e dormir, então os problemas estarão bem equacionados porque não haverá tempo para pensar nos direitos que lhes são violados diariamente.

Na visão da instituição percebe-se que o trabalho é utilizado sob o argumento da ressocialização, mas o seu objetivo real é a disciplina e a neutralização.

A seguir serão descritas algumas situações vivenciadas durante a etnografia que possibilitaram ir além daquilo que inicialmente havia sido proposto e o “anthropological blues” (MATTA, 1978) mais uma vez surpreendeu.

## 2.8 DO SILENCIAMENTO À ESCUTA

Um dia antes do encerramento da minha pesquisa, elas, as mulheres presas no PFF, não sabiam quando terminaria a observação, nem a aplicação dos questionários, mas sempre perguntavam se eu retornaria no dia seguinte, por isso, não avisei que voltaria somente mais uma vez com a intenção de possibilitar um momento de confraternização e não de despedida.

Neste mesmo dia que antecedia o término do meu trabalho de campo, fui informada por uma das detentas, que as mulheres que trabalhavam para a Malharia Social haviam pedido dispensa do trabalho devido ao motivo de que elas estavam trabalhando de graça, visto que não haviam recebido nenhuma remuneração pelos serviços prestados e continuavam a produção sem interrupção. Questionei o porquê da atitude delas e obtive como resposta que, depois das entrevistas, começaram a pensar e conversar a respeito do trabalho por elas executado e, nas palavras de uma delas, “parece que caiu a ficha!” Acredito que, somente por isso, minha presença naquele local já tinha valido a pena; pareceu-me que, através da pesquisa, foi possível incitar a consciência crítica, estimular uma reflexão sobre como são exploradas em sua força de trabalho, com a agravante da condição de presa.

Pensava que elas não faziam ideia do término da pesquisa, mas também fui objeto de observação delas, e fui surpreendida com o questionamento de algumas moças, que queriam saber se poderiam me fazer algumas perguntas, queriam me escutar; queriam saber o que eu achava do trabalho delas, já que a pesquisa estava chegando ao fim e não havia mais mulheres para serem entrevistadas. A conversa foi muito interessante, aquelas mulheres que todos os dias queriam alguém para ouvi-las, escutavam atentamente cada palavra que eu dizia.

No dia do encerramento, levei uma caixa de salgadinhos de festa e refrigerante coca-cola, todos, devidamente autorizados e revistados pelos agentes de plantão. Achei importante descrever tais fatos que, para qualquer ser humano livre, pareceriam comuns, mas quando se está a falar de pessoas privadas de sua liberdade, algumas, quase seis anos presas, sem poder comer ou beber qualquer coisa diferente do permitido, uma delas gritou quando viu a garrafa de Coca-Cola: “Meu deus faz cinco anos que não tomo coca!” Cabe aqui informar, para quem desconhece a rotina de uma unidade prisional, visto que vários estabelecimentos penitenciários já procedem do mesmo modo, que no PFF não pode entrar refrigerante de cor escura. Quando elas me viram ficaram eufóricas e a felicidade em seus olhares deixou claro como se sentiram importantes por alguém ter pensado em algum momento nelas. Aquelas mulheres não paravam de me agradecer por um gesto tão pequeno que significou muito para elas. Naquele dia levei uma máquina fotográfica e registrei alguns momentos. Foi muito divertido, elas se sentiram à vontade e eu satisfeita pelo retorno recebido. O único pedido que me fizeram foi que eu entregasse para cada uma, a cópia da foto onde eu estava ao lado delas. Concordei e entendi a importância daquele acontecimento na vida daquelas mulheres. Desta forma, aproprio-me das palavras da coorientadora desta pesquisa, quando concorda com os autores Pascual do Valle e Osório: “[...] a verdadeira conversa é aquela em que todos os envolvidos (juntos) saem transformados [...] assim como aprendemos com o informante, a presença do antropólogo no campo não é inócua para o informante, ambos saem “transformados” - um atua sobre o outro.” (MOTTA, 2006, p. 10).

Me despedi com vontade de mudar todo um sistema, me despedi escutando que o tempo em que estive com elas transformou dias difíceis em momentos de alegria, por eu estar ali, olhando, rindo junto e, principalmente, escutando-as.

Pois bem, após as informações obtidas sobre os sentidos do trabalho a partir da perspectiva das mulheres presas no PFF, no próximo capítulo serão confrontadas, a partir do olhar da criminologia crítica, a

função do trabalho declarada nos instrumentos jurídicos com a função latente e realmente cumprida na prisão, através da fala dos empresários, juízes, promotores que legitimam o sistema, sustentando o discurso legitimante da prisão e, de outro lado, a das as mulheres presas que relataram através da vivência daquela realidade a (des)legitimação do cárcere e da atividade laboral dentro dele.

### **3 DAS FUNÇÕES DECLARADAS ÀS FUNÇÕES REAIS: O MITO DA RESSOCIALIZAÇÃO PELO TRABALHO**

Nesta seção serão confrontados, na perspectiva da criminologia crítica, o discurso declarado nos instrumentos jurídicos internacionais e nacionais que garantem direitos àquelas em privação de liberdade, ainda que no plano abstrato, apresentados no primeiro capítulo dessa dissertação, com a operacionalidade, o exercício de poder observados dentro da instituição penitenciária no que diz respeito à atividade laboral desenvolvida pelas mulheres presas que, sistematicamente, não é pautada pela garantia de direitos e sim pelo abuso de poder e a negação de garantias mínimas de dignidade, constatação obtida através da etnografia participante realizada no PFF e com a fala das mulheres encarceradas que exercem atividade laborativa na unidade, disposta no segundo capítulo deste trabalho. Conforme afirmado anteriormente, a investigação é norteadada pela hipótese de que, em face da operacionalização da pena de prisão no PFF, pode-se afirmar que o trabalho realizado pelas mulheres presas cumpre função não apenas diversa, mas inversa à declarada no discurso oficial, restando deste uma eficácia meramente simbólica e legitimadora do aprisionamento. Neste caso, será evidenciada a função efetiva e os interesses a que serve o trabalho dentro da referida instituição. Conforme relatos obtidos na 1ª Mostra laboral do sistema prisional de Santa Catarina através da fala dos empresários, juízes e promotores, que serão apresentados e desenvolvidos a seguir.

#### **3.1 HISTÓRICO DA PRISÃO E SEU REAL FUNCIONAMENTO**

O discurso dos empresários que descobriram na mão de obra da população carcerária uma possibilidade de manter/ampliar um negócio efetivamente lucrativo está condicionado a diversos fatores que serão descritos ao longo do capítulo; a descoberta, aliás, não é recente. A exploração lucrativa da força de trabalho nos estabelecimentos de controle prisional, em vários países e, em momentos distintos, são abordados pela criminologia crítica como a principal função da prisão, para a reprodução da ordem social capitalista, fabricando aqueles que irão fazer parte dela.

Como marco teórico para compreender como foi essa relação entre a prisão e a exploração do trabalho, que surge na Europa, Estados Unidos e depois na realidade brasileira, utilizam-se as obras de críticos como Melossi e Pavarini, Rusche e Kischireimer (2008), Foucault (1998), e Wacquant (2001) que descreveram como este fato se desvelou, naqueles

contextos, quando havia escassez de mão de obra ou quando havia excedente de trabalhadores, sendo a prisão utilizada como método para regulação do mercado e forma de disciplina.

Apesar do contexto histórico brasileiro revestir características específicas que não permitem uma transposição mecânica da interpretação do papel da prisão nos países centrais, é importante analisar as contribuições daquelas obras, em específico o modelo estadunidense de *Alburn* que foi implementado no Brasil, para uma melhor compreensão da função do cárcere, como mecanismo de reprodução da estrutura social desigual. Mesmo não sendo objeto da delimitação específica deste trabalho, a origem do sistema prisional brasileiro, tem suas características peculiares que não podem ser negligenciadas. Conforme afirmado por Andrade (2004, p. 277) há necessidade de adequar a análise à nossa realidade marginal, sob pena de negligenciar outras dimensões de opressão, a exemplo do patriarcalismo e racismo herdados do pesado fardo histórico da dominação colonial que ainda sobrevive na atualidade.

O que se propõe neste momento é demonstrar como a prisão, ao longo da história recente, contribuiu para manter a hegemonia da sociedade capitalista, protagonizada na manutenção dos detentores de poder e aniquilamento daqueles que foram excluídos do pacto<sup>8</sup> ou, sob uma outra ótica, com as técnicas para um bom adestramento: vigilância hierárquica (disciplina através do olhar), sanção normalizadora (penas e recompensas) e exame (ao combinar as duas técnicas anteriores, estabelecendo sobre os indivíduos uma visibilidade na qual são diferenciados e sancionados (FOUCAULT, 1998, p. 143-144), o que possibilitou a perpetuação e aperfeiçoamento das formas de controle e dominação e, consequentemente, exploração do homem pelo homem.

A manifestação do poder tendo como objeto o corpo do indivíduo foi uma forma política existente ao longo da história da humanidade, até o controle do tempo nas sociedades capitalistas, medida utilizada para manter o novo *status quo*, disciplinando seus subordinados para torná-los indivíduos úteis e dóceis (FOUCAULT, 1998, p. 119). A punição e a vigilância eram poderes destinados a educar (adestrar) as pessoas, para que obedecessem à vontade daqueles que detinham o poder.

Antes de serem utilizadas as formas de punição através da prisão, a técnica utilizada era o suplício, mais do que o mal cometido ao corpo,

---

<sup>8</sup> Pacto de uma minoria composta por proprietários, homens, brancos e adultos que excluiu a cidadania de todos que fossem diferentes, ou seja, mulheres, pobres, crianças, não brancos, enfim um “*pactum ad excludendum*” (BARATTA, 2008, p. 146-147)

um ritual público de dominação através do medo, que posteriormente foi transformado em dominação e controle da força de trabalho, da educação e da “domesticação” do trabalhador (FOUCAULT, 1998, p. 32).

Na Europa, final do século XVI, há uma mudança nos métodos de punição e a possibilidade de explorar o trabalho das pessoas prisioneiras passa a chamar a atenção, através da escravidão nas galés e deportação que perdurou por um certo tempo e, a servidão penal através de trabalhos forçados que permanece até o presente (RUSCHE; KIRCHHEIMER, 2003, p. 43).

A consequência desta exploração resultou na criação das casas de correção ou *Workhouses*<sup>9</sup>, chamadas indistintamente de *Bridewells*<sup>10</sup> na Inglaterra e de *Rasphuis*<sup>11</sup> e *Spinhis*<sup>12</sup> em Amsterdã, que tinham como discurso declarado a transformação dos seres humanos em pessoas dignas, através do trabalho obrigatório e da disciplina. Bases do discurso ressocializador da prisão que até hoje é utilizado para a legitimação do sistema penal. Além disso, elas deveriam desencorajar outras pessoas a seguirem o caminho da “vagabundagem” e do ócio, e assegurar o auto-sustento através do trabalho (MELOSSI; PAVARINI, 2006, p. 36). Aqui o discurso é o da prevenção geral e especial da pena, mais uma forma de legitimação da prisão.

As casas de correção *Workhouses*, *Rasphuis* e *Spinhis* tinham a mesma forma de controle da força de trabalho e selecionavam sempre os rotulados como vagabundos, mendigos e prostitutas (MELOSSI; PAVARINI, 2006, p. 55).

As casas de correção que foram criadas para extrair a força de trabalho dos camponeses expropriados da possibilidade de subsistência, tinham a finalidade de disciplina para o trabalho assalariado na manufatura, constituindo a política de controle das massas marginalizadas do mercado de trabalho, que não tinham função na reprodução do capital, mas que eram obrigadas a aceitar empregos por salários miseráveis afim de evitar a internação nas *workhouses*. E também cumpriam a função de prevenção geral e especial, proporcionada pelo menor *eligibility*,

---

<sup>9</sup> Casas da Correção com o objetivo de reformar os internos através do trabalho obrigatório e da disciplina. (Melossi e Pavarini, 2006, p. 36).

<sup>10</sup> Castelo de Bridewell, autorizado pelo rei para acolher vagabundos, os ociosos, os ladrões e os autores de delitos de menor importância. (Melossi e Pavarini, 2006, p. 36)

<sup>11</sup> Surgiu na Holanda na primeira metade do século XVII, uma nova instituição de casa de trabalho, com base celular, porém em cada cela conviviam diversos detidos. (Melossi e Pavarini, 2006, p. 44).

<sup>12</sup> Casa de trabalho destinada a abrigar mulheres. (Tourinho, 2009, p.25).

princípio segundo o qual as condições de vida na prisão deveriam ser piores que as de um trabalhador livre. As casas de correção manufatureiras irão anteceder a primeira forma de prisão moderna, nas quais o objetivo principal não era a recuperação dos presos e sim a exploração da força de trabalho (RUSCHE; KIRCHHEIMER, 2004, p. 99).

As formas de disciplina utilizadas para explorar a força do trabalho encarcerado, iniciam com a manufatura, depois vem a fábrica, sempre reforçadas pela família, escola e outras instituições sociais. Todavia, é na *workhouse* estadunidense, instituição de trabalho agrícola forçado do século XVIII, que se projeta a penitenciária moderna, selecionando os mesmos indivíduos das casas de correção da Europa. Contudo, com o aparecimento da produção manufatureira do capitalismo mercantil, o trabalho agrícola forçado torna-se desnecessário e as *workhouses* se reduzem exclusivamente à punição. Será na sociedade estadunidense, com a formação social capitalista mais desenvolvida da modernidade, que se poderá observar a transformação do sistema penal, através dos modelos de penitenciária de *Filadélfia* e de *Auburn* descritos por Pavarini (CIRINO DOS SANTOS, 2014, p.4).

O *modelo filadelfiano*, do final do século XVIII, de inspiração religiosa *quaker*, foi a alternativa para o trabalho carcerário no período da manufatura. Mas, devido ao fato do trabalho realizado ser individual e isolado e, dessa forma, não ser possível o trabalho coletivo, o que não permitia a industrialização da prisão, o modelo de Filadélfia colocou-se em oposição à demanda de exploração da força de trabalho e a solução foi a adoção do modelo de *Auburn*, que introduziu a exploração capitalista na mão de obra encarcerada e também organizou o trabalho na prisão de modo semelhante ao realizado na fábrica. Este modelo posteriormente ficou conhecido como o sistema penal americano, que se caracterizava pelo trabalho comum durante o dia, o que permitia a entrada de máquinas na prisão, e à noite no isolamento celular sob a lei do silêncio. O modelo entrou em crise devido à ausência de renovação e industrialização da prisão, oposição dos sindicatos e de operários contra exploração da força de trabalho encarcerada, castigos brutais por motivos disciplinares, juízes e empresários buscando prolongar a pena dos condenados, afim de maior extração da mais valia (CIRINO DOS SANTOS, 2014, p. 4).

Nos Estados Unidos, as prisões privadas foram banidas em 1925, após divulgação dos maus-tratos na prisão, e o Estado teve que assumir responsabilidades constitucionais de execução da pena criminal. Mesmo com a catástrofe histórica da exploração privada do trabalho carcerário isto não impediu a aplicação de projetos de exploração da força de



trabalho concentrada nas prisões, sempre ocultando seu principal objetivo: o lucro. Atualmente os Estados Unidos, após a retomada das privatizações das prisões em 1983 e, continuando com o projeto de criminalização da pobreza iniciado no governo Reagan, em 20 anos quintuplicou sua população carcerária. A sociedade estadunidense clama por mais aprisionamento. O sistema gestor das penitenciárias funciona como *full-scale management*, ou seja, gestão total das prisões, o Estado repassa para a empresa privada a administração de todos os serviços da penitenciária, desde a segurança dos encarcerados até a gestão do trabalho realizado pelos próprios presos, assim se evidencia o grande negócio a ser explorado e desenvolvido em todo o país, consolidando-se desta maneira o estado penal (CIRINO DOS SANTOS, 2014, p. 4).

A prisão sempre foi uma forma de controle de classe, seja este um controle disciplinar com seus mecanismos abstratos de funcionamento (FOUCAULT, 1998) ou, ainda, a prisão no contexto político econômico da sociedade, adaptada para atender aos interesses das classes detentoras do poder (MELOSSI; PAVARINI, 2006) e (RUSCHE; KIRSCHIREIMER, 2008). Assim, a prisão vai produzir, conforme a estrutura social correspondente, uma forma de controle que lhe assegure legitimidade para garantia da ordem capitalista.

Após caracterização do papel da prisão nos países centrais, a seguir passa-se à análise da função da prisão, ou antes dela, das formas de punição utilizadas no contexto brasileiro para, assim, poder entender a relação entre trabalho e prisão no contexto brasileiro.

### 3.2 A FORMA DE PUNIR NO CONTEXTO BRASILEIRO

O Brasil, com um contexto histórico específico, apresenta um sistema de punição mais violento, desde a sua formação no período colonial quando o poder era exercido pelos senhores sobre seus escravos, momento em que se iniciam as práticas penais, através do poder punitivo doméstico (ZAFFARONI, 2003, p. 414).

As punições no período colonial eram públicas, estendendo-se até a época imperial, conforme demonstra Roig (2005, p.28):

Tendo em vista que, a partir do século XIX, a prisão passa a ser anunciada como a principal forma de punição institucional em nosso país e que a regulamentação carcerária brasileira remonta fundamentalmente à época imperial, encontramos neste período o marco inicial da análise histórica a

ser empreendida. Vigorava no Brasil até aquele momento, um sistema penal eminentemente privatístico e corporal, marcado pelas punições públicas de senhores sobre seus escravos (açoites) e pela subsistência das penas de morte na forca, galés, desterro, degredo e imposição de trabalhos públicos forçados.

Os métodos punitivos são concretos, e cada método vai corresponder a uma dada estrutura social, a prisão é a pena do capitalismo, assim como o açoite foi a pena do escravismo (ANDRADE, 2012, p. 306).

A primeira menção feita à prisão no Brasil é encontrada no Livro V das Ordenações Filipinas, que designa a Colônia como presídio de degredados. O indivíduo que era condenado a pena de degredo se via obrigado a residir no exato lugar determinado pela sentença criminal, não podendo dela sair durante o tempo fixado por esta, conforme artigo 51 do Código Criminal de 1830 (ROIG, 2005, p. 28).

No fim do período colonial e início do Império, conforme Roig (2005, p. 29): “[...] destacam-se também a utilização, como prisões, de instalações precariamente adaptadas, tais como fortalezas, ilhas, quartéis, e até mesmo navios, subsistindo ainda as prisões eclesiásticas, estabelecidas especialmente em conventos”. As mesmas formas de punição utilizadas nos países centrais, aqui também forma evidenciadas.

No Rio de Janeiro durante período colonial, a Cadeia Velha, construída em 1671 se destacava pelo recebimento de sentenciados, um dos fatos marcantes foi o julgamento dos participantes da Conjuração Mineira em 1789, que resultou na condenação à morte por enforcamento do Alferes Joaquim José da Silva Xavier, Tiradentes. Desativada em 1808, para receber os membros da Corte de Dom João VI, recém foragidos de Portugal. Com o fim da Cadeia Velha e início do período imperial, restaram as prisões de Santa Bárbara, Ilha das Cobras, Calabouço e Aljube (ROIG, 2005, p. 29-30).

A prisão da Ilha das Cobras, onde hoje funciona o Arsenal de Marinha, teve suas masmorras construídas pelos padres jesuítas, destinando-se inicialmente ao recolhimento de militares. Porém a partir de 1834, diante da extrema carência de estabelecimentos prisionais na capital do Império, também passou a abrigar presos civis e escravos (ROIG, 2005, p. 31).

Já a prisão Calabouço era reservada aos escravos fugitivos, capturados por caçadores, que esperavam a vinda de seus donos para reclamá-los, aos escravos que deveriam ser “corrigidos com uma

temporada na prisão” e principalmente aos escravos em geral fugitivos, enviados por seus proprietários para a expiação da pena de açoites (ROIG, 2005, p. 31).

E, por sua vez, o Aljube, foi descrito Roig (2000, p. 34) com as seguintes características:

[...] boa parte dela era subterrânea. De acordo com a investigação de 1830, era tão horrível, úmida, insalubre e inabitável que nem mesmo animais deveriam ser alojados ali. Numa pequena praça externa, uma “multidão” de mulheres e crianças tentava conversar com os prisioneiros através de dois portões. Eles queixavam-se de calor, fome e saúde ruim. Embora a capacidade normal da prisão fosse de 192 prisioneiros em 1835, ela alojava então 390, sendo que em 1833 esse número já chegara a 340. Embaixo do recinto superior lotado ficava a masmorra chamada de Guiné, e quem não pudesse pagar uma taxa de trinta réis era confinado lá. No verão esses prisioneiros morriam frequentemente sufocados. Havia também uma pequena área do aljube separada para mulheres, que era uma “desgraça”, nas palavras da Comissão.

Do exposto se constata que a conjuntura penitenciária brasileira não sofrera significativas modificações após o período colonial, evidenciando uma continuidade que se protraiu ao longo dos séculos, apresentando reflexos diretos na realidade carcerária atual. (ROIG, 2005, p. 34)

Com a mesma finalidade das casas de Correção da Inglaterra e Holanda surge a Casa de Correção no Brasil conforme Roig (2005, p. 37):

[...] inaugurada em 1º de agosto de 1850. Arduamente defendida pelos membros da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional e Inspirada pelos preceitos da Sociedade Inglesa para o melhoramento das Prisões, a Casa de Correção seria o estabelecimento penal capaz de abrigar cativos insurgentes e capoeiras, assim como de reprimir a mendicância, acostumar os vadios ao trabalho, e corrigi-los de seus vícios tão prejudiciais a eles mesmos como à sociedade em geral [...]

Na Europa a origem da pena de prisão estava ligada à necessidade de reestabelecimento da ordem abalada pelas lutas de classes travadas entre a burguesia e o proletariado, da primeira metade do século XIX e por aqui às vicissitudes e ameaças sofridas pela ordem escravista. (ROIG, 2005, p. 39)

Assim foram criadas as Casas de Correção no Brasil que pretenderam adotar o modelo de construção panóptica<sup>13</sup>, de modo que o diretor pudesse ver tudo, saber de tudo e cuidar de tudo (FOUCAULT, 1998). Ficou perceptível, após a conclusão do primeiro pavimento em 1840, que isto não seria possível. Posteriormente tentaram a adoção do sistema de Alburn<sup>14</sup>, que, conforme entendimento de (SALLA, 1999), “[...] não é difícil associar esse sistema a uma maior adequação à sociedade brasileira do século XIX, com a massa de escravos a ser conservada em sua posição no mundo do trabalho, à margem dos direitos garantidos aos demais indivíduos e alvos de uma legislação punitiva discriminatória [...]”.

Em 1851, após diversas polêmicas acerca da arquitetura dos projetos, o governo tenta o modelo da Pensilvânia, tentando estabelecer uma arquitetura moral capaz de congregar os escopos da disciplina, do silêncio, da religião e do confinamento absoluto, o que também não deu certo uma vez que as celas construídas não adotaram o sistema celular e sim celas que comportavam até seis presos (ROIG, 2005, p.41).

Após inúmeras tentativas mal sucedidas na construção de um estabelecimento penal, constatou-se a edificação de um estabelecimento totalmente desfigurado, que passou a agrupar modelos arquitetônicos, presos e regimes disciplinares de natureza diversas, dificultando sobejamente a adoção de uma política penitenciária definida (ROIG, 2005, p. 41). Todo este “fracasso” continua se perpetuando até os dias atuais.

A propósito quando se observa a arquitetura do PFF, é um estabelecimento com as características anteriormente descritas, isto é, sem planejamento físico, servindo apenas como depósito de seres humanos a serem confinados e explorados em sua força de trabalho.

Conforme visto até aqui, o contexto histórico da prisão na Europa reproduzido pela ordem social capitalista, conduziu a forma de controle que melhor se adequasse a exploração da força de trabalho e a manutenção da ordem, assim como nos Estados Unidos que registrou um

---

<sup>13</sup> Modelo idealizado por Bentham. (Roig, 2005, p. 39).

<sup>14</sup> Sistema adaptado a estrutura prisional, implementando oficinas de trabalho durante o dia, perdurando o isolamento noturno. (Roig, 2005, p. 38).

contexto histórico desastroso de exploração do trabalho na prisão, fato que não impediu seu retorno melhor adaptado, a perpetuação da marginalização da pobreza e, conseqüentemente, do grande sucesso econômico das prisões privadas; no Brasil a dominação pelos detentores do poder sobre os grupos dominados também possibilitou desde a sua formação, a afirmação do controle punitivo, antes doméstico através do poder senhorial sobre “seus” escravos e, posteriormente, após longo e tardio período escravocrata, aprimorado para o moderno controle social punitivo.

A lógica das prisões brasileiras, é a crueldade, a tortura e o extermínio, aqui há uma dose muito maior de violência no aprisionamento, e essa violência está intimamente ligada à história concreta da nossa formação social e econômica. A violência contra os corpos se perpetuou, sobretudo dos corpos negros e pobres da periferia (ANDRADE, 2012, p. 309).

Mesmo com as características específicas do contexto histórico brasileiro, é possível traçar um paralelo entre o papel do trabalho do preso no contexto europeu do século XIX, mais especificamente a França de 1840 e a realidade da Bahia na segunda metade do mesmo século, conforme relata a pesquisa de Cláudia Moraes Trindade (2012, p. 63):

Em 1869, o Jornal da Bahia anunciava que as oficinas de charuteiro, sapateiro e marceneiro estavam em plena atividade, “cujos artefatos são vendidos a retalho e por atacado, e por menos do que em outra qualquer parte”. Como vemos, as oficinas concorriam com o mercado de Salvador. O baixo custo anunciado sugere a exploração da mão de obra dos presos. Esse tipo de exploração ocorria também em outros países. Por exemplo, na França, por volta de 1840, em pleno processo industrial, os operários do segmento de luvas reagiram com greves e protestos contra o baixo custo da mão de obra penal. Eles acusavam o governo de incentivar o trabalho prisional e com isso contribuir com a redução dos salários dos demais trabalhadores.

São poucas as pesquisas com olhar crítico no Brasil, que se dispõem a versar sobre como era o trabalho realizado pelas pessoas encarceradas nas prisões brasileiras, e qual a real função do trabalho realizado na prisão em determinados períodos da história. O que se pode constatar são pesquisas que, por ausência de criticidade, acreditam no

mito das ideologias “re” e no discurso declarado do sistema penal. Sobretudo nos últimos anos, em que o discurso da ressocialização do apenado através do trabalho, gerou em determinados Estados um interesse específico na exploração da mão de obra encarcerada, sugerida pelas possibilidades de lucro, através do trabalho em condições díspares às do trabalhador livre.

No intuito da sua (des)legitimação, serão apresentados na próxima subseção, o discurso pragmático dos empresários que exploram a força de trabalho na prisão, o discurso ideológico dos juízes, promotores e do diretor do sistema prisional, que legitimam a prisão ora como remédio, ora como castigo e, enfim, justificam o trabalho do apenado como uma forma de salvação através da prisão e, após estes discursos, que servirão, juntamente com as funções declaradas da prisão nos instrumentos jurídicos (criminalização primária), serão confrontados com a realidade do trabalho na vivência e depoimentos das mulheres presas no PFF.

### 3.3 A EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO ENCARCERADA COMO NEGÓCIO ALTAMENTE LUCRATIVO PRESENTE NA REALIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA E EM ESPECÍFICO NO PFF

O contexto histórico dos países centrais e, em particular, da realidade brasileira, apresentados nas subseções anteriores, permitem abrir caminhos para a compreensão crítica da função da prisão e das suas especificidades em razão da sua realidade própria, no que diz respeito ao trabalho desenvolvido pelas mulheres presas no PFF.

Os direitos das mulheres encarceradas, consagrados em declarações e tratados internacionais, bem como na CRFB/88 e em legislação infraconstitucional, conforme apresentado no primeiro capítulo, encontram-se normalmente negados ou sonegados por uma realidade que os torna mero discurso abstrato a serviço da legitimação da função real ou latente que, sob o olhar da criminologia crítica, define a prisão como uma extensão do sistema penal, a serviço da reprodução da estrutura social correspondente, conservando e reconvertendo a ordem da sociedade capitalista a partir da exploração a força do trabalho encarcerada e, ao lado de outros mecanismos de controle que lhe dão sustentação, como o mercado de trabalho (ANDRADE, 2012, p.306). Assim, possibilita-se a manutenção da clientela que faz parte desse controle, segmento populacional cada vez mais marginalizado e confinado dentro dos muros do gueto contemporâneo, isto é, do cárcere.

No Brasil, o trabalho do condenado é definido por lei como dever social em condições de respeito à dignidade humana do apenado, além da finalidade educativa e produtiva, conforme artigo 28 e §§ da LEP, mas com duas importantes limitações: o trabalho realizado por pessoas condenadas na prisão somente pode ser gerido por fundação ou empresa pública, com objetivo de profissionalizar o apenado, artigo 34 da LEP (CIRINO DOS SANTOS, 2014. p. 4)

Conforme entendimento de Juarez Cirino dos Santos (2014, p. 4) isto quer dizer que:

a) se o trabalho carcerário tem finalidade *educativa e produtiva* – nessa ordem –, então a lei não permite a *exploração lucrativa* da força de trabalho carcerária; b) se a *gerência* do trabalho carcerário é exclusividade de *fundação* ou *empresa pública* e o trabalho carcerário está condicionado ao objetivo de *formação profissional do condenado*, então nem *empresários privados* podem *gerenciar* o trabalho carcerário, nem a força de trabalho encarcerada pode ser objeto de *exploração lucrativa* por empresas privadas – nem públicas.

Assim, entende-se que as condições de trabalho existentes no PFF são ilegais perante a legislação específica no cumprimento da execução penal, em particular no que tange ao trabalho realizado pelas apenadas. Vez que as empresas privadas estão instaladas nas unidades prisionais, legitimadas através de convênios com o próprio departamento prisional, gerenciando o trabalho daquelas em privação de liberdade e obtendo lucro com a exploração da mão de obra encarcerada.

Durante a pesquisa de campo, tentei entrar em contato com o proprietário da empresa Vida Mais, responsável pela empresa conveniada com a DEAP e instalada no PFF, como cozinha industrial responsável pela produção das refeições da referida unidade, com a utilização da mão de obra das mulheres presas, mas lamentavelmente isto não foi possível, visto que o DEAP não disponibilizou informações e os contatos das empresas conveniadas com o departamento, e além disso esses registros não podem ser acessados pelo público. De qualquer forma, foi possível ouvir o que pensam os empresários a respeito do trabalho realizado pelas pessoas presas durante a 1ª Mostra Laboral do Sistema Prisional de Santa Catarina, realizada na cidade de Florianópolis, nos dias 26 e 27 de março de 2014 no Centro Integrado de Cultura-CIC.

Diversos foram os setores empresariais que se apresentaram e que atualmente estão com suas produções funcionando no interior de várias unidades prisionais no Estado. Foram mais de oitenta empresas que estiveram presentes na mostra, através dos produtos em exposição fabricados por detentos dentro das unidades prisionais do Estado. Grandes indústrias como: WEG, Tigre SA, Berlanda, ThermoSystem, Mormay, Ventisol, entre outras. São empresas que produzem: lâmpadas, tubulações e encanamentos, resistências de chuveiros, bicicletas, ventiladores, carretas náuticas, móveis de madeira, roupas, alimentos, eletrodomésticos, joias, barcos e lanchas, enfim são vários os produtos realizados com mão de obra encarcerada.

A 1ª Mostra Laboral, contou também com a participação de vários empresários, juízes de execução penal, promotores de justiça, juiz corregedor de execução penal, OAB, diretor do DEAP, gerentes de presídios, funcionários e algumas pessoas da comunidade que tinham interesse em conhecer o trabalho realizado por presos dentro de instituições prisionais.

O discurso apresentado pelo diretor do DEAP, foi a reprodução fiel do discurso da criminologia tradicional, com seu ideal de transformação do sujeito ontologicamente delinquente, e que a criminologia crítica veio chamar posteriormente de ideologia penal dominante, em referência às funções da pena, mormente a da prisão (ANDRADE, 2012, p. 305).

A fala do representante do DEAP, deixou claro que o objetivo do trabalho dentro das unidades prisionais é de ressocialização do apenado.

Conforme Andrade (2012, p.305): “[...] é o senso comum dos operadores do direito e da sociedade, sobre as funções da prisão [...]”.

O discurso sempre se apoia no trabalho dentro da prisão como solução e modificação do ser humano mau que pode se tornar bom, se adequar-se as normas e condições impostas.

A fala do diretor do DEAP se estendeu, este afirmou-se que o Estado conta hoje com 48% da população carcerária realizando atividade laboral, mas que infelizmente somente metade desse percentual possui convênio com o Estado, o restante continua na informalidade, apesar de asseverar que não deveria haver trabalho nas unidades sem o convênio.

Continuou a arguição e comentou a produção de grampos de roupa, realizado em quase todas as unidades prisionais do Estado de Santa Catarina, e afirmou: “foi um mal necessário”. Ressaltou que o trabalho de produção de grampos de roupa já está quase extinto na maioria das unidades, visto que os problemas de insalubridade ocasionados pelo armazenamento do produto no interior das celas, gerado pelo material tóxico utilizado e, ainda pelo fato de alguns “líderes de facções



criminosas”, se apropriarem do valor recebido por outro detento, que muitas vezes são obrigados a produzir e passar a realização da produção aos “líderes das facções”. Essas empresas de grampo de roupa, nunca formalizaram convênio com o Estado e quando foram convidadas a aderir à formalidade, começaram a desistir do negócio em várias unidades prisionais. Perceberam que poderiam deixar de auferir lucros exorbitantes, visto que na informalidade o que pagam ao trabalhador encarcerado beira à miserabilidade. O PFF foi um que durante muitos anos permitiu a produção de grampos de roupa. Somente em 2011 retiraram totalmente o grampo do PFF como trabalho e inseriram outras opções de atividade para as internas, porém as novas atividades laborais também ensejavam a exploração da força de trabalho assim como a insalubridade. De fato, o que se pode extrair do discurso reproduzido pelos agentes de criminalização secundária, é que insistem em se legitimar através do mito da ressocialização da prisão, focado no trabalho a ser nela realizado, como salvação daquele que transgrediu as regras.

O discurso do proprietário da empresa Nauticar Carretas Náuticas-Daniel Lopes da Rosa, durante a referida mostra laboral, iniciou ressaltando o trabalho realizado dentro dos presídios como “um excelente negócio” e continuou dizendo que, apesar da falta de estrutura planejada nas unidades prisionais para receber as empresas conveniadas, e a falta de consciência de alguns agentes penitenciários em apoiar a entrada de matéria prima e saída de produtos da unidade, ainda vale muito a pena, pois são os empresários que podem possibilitar aos “reeducandos” uma maneira de ser inseridos na sociedade. Mais uma vez, pode se perceber o mito da ressocialização através do trabalho realizado na prisão. Quando começou a falar do ambiente de trabalho dos presos, afirmou que o que mais lhe chama a atenção é a “maravilha do silêncio e da disciplina” no local de produção proporcionado pelo trabalho na prisão, visto que na empresa fora da unidade a situação é outra. Referente à condição do trabalho prestado pelo apenado comentou: “A diferença da mão de obra deles é que eles imploram pelo serviço, não reclamam, é um grande diferencial e com muita qualidade.” Continuou dizendo que percebe, pela aparência, quem não tem condições de trabalhar. Disse também, em tom irônico sobre o perfil do preso, que: “às vezes, assisto a televisão para ver quem acabou de ser detido, será que não prenderam um carpinteiro”. Todos riram. Terminou sua fala dizendo: “tenho a sensação de dever cumprido, obtendo lucro e viabilizando o negócio.”

O que se pode perceber é que o grande negócio é viabilizado legalmente pela LEP, que elenca salário inferior ao salário mínimo, corroborado pela própria CRFB/88 que não equipara o trabalhador preso

ao trabalhador livre, disso pode-se extrair que, entre outros motivos que ensejam o excelente negócio da exploração da mão de obra encarcerada tem-se a isenção dos encargos sociais gerados pela relação de emprego, como: FGTS; aviso prévio indenizado ou não; indenização adicional (Art. 9º Lei 7.238/84); repouso semanal remunerado; feriados e dias santificados; férias + 1/3 constitucional; auxílio enfermidade; 13º salário; licença paternidade/ maternidade; contribuição previdenciária e considerando ainda as isenções fiscais com que estão amparados os empresários pelo fato de garantir trabalho a pessoa encarcerada. Esses dados também foram levantados durante a fala do representante do DEAP, que afirmou que o custo de um trabalhador preso é quase metade de um trabalhador livre.

Proprietário das lojas Berlanda, loja similar às “Casas Bahia”, vende produtos diversos, assim como o proprietário da empresa Fischer, que produz fornos elétricos e aparelhos de cozinha, afirmaram grande satisfação com o trabalho dos apenados. Disseram que a produção dentro dos estabelecimentos prisionais supera de fato a mão de obra livre, e ainda salientou Berlanda: “eles não reclamam de nada, a produção é maior e com mais qualidade”. E continuou dizendo o seguinte: “a maior vantagem é que o preso não precisa sair mais cedo para pegar o filho na escola, não fica olhando relógio para querer ir embora e ainda não tem a mulher ligando o tempo todo, para chegar mais cedo em casa”. Enfim, concluiu que se fosse possível, só teriam empregados presos. O discurso dos empresários foi muito claro, o lucro fácil, através da exploração da força de trabalho encarcerada. É exatamente aquilo que já havia sido afirmado pela criminologia crítica, a prisão vai servir para manter a hegemonia do capital, e aniquilamento daqueles selecionados, clientes habituais enquanto forem úteis para serem explorados.

O discurso do juiz, que de certa forma faz parte daquele da ideologia penal dominante, que acredita no mito da ressocialização da prisão, e também se justifica na visão dos empresários que necessitam ter lucros nos negócios.

Juiz da vara de execuções penais de Itajaí, iniciou a sua fala com a mesma crítica da estrutura das unidades: “eles têm que repensar a arquitetura prisional, facilitar a vida do empresário”. Pois, segundo Pedro Walicoski Carvalho: “devolvemos para a sociedade, várias pessoas com capacitação profissional e eles não voltam a reincidir no crime.” E continuou: “o empresário tem que ter lucro no negócio é claro, tem que ter o social, mas o lucro é mais importante.” Para o juiz, o melhor instrumento de ressocialização é o trabalho, é através dele que se resgata a dignidade do apenado, os valores necessários para reinseri-lo

novamente na sociedade. Concluiu, dizendo que: “como juiz criminal, temos que ser duros e na execução temos que mudar e dar oportunidades”. Diante desse discurso, pode-se constatar que sua função é criminalizar, punir de preferência com penas bem altas e quando chegar no cumprimento da pena (execução), possam ser “deuses” e, concedendo a graça divina, recuperar aqueles que antes pareciam irrecuperáveis. É um discurso que demonstra claramente o senso comum punitivo impregnado sobretudo nos operadores do direito, que reproduzem e legitimam com maior veemência a função real da prisão.

Quando o promotor coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal- Onofre José Carvalho Agostini teve oportunidade de falar, criticou os mutirões carcerários. Afirmou que a prisão continuará sempre sendo um castigo: “tem gente que nasce ruim, então recebe o que merece.” Na função que exerce como fiscalizador de execução penal, afirmou enfaticamente: “Estou só enxugando gelo... sou obrigado a castigar”, e prossegue com o seguinte questionamento: “Qual a minha função em recuperar essas pessoas?” Mas ele mesmo responde seu questionamento: “quem nasceu irrecuperável, nasceu assim, mas tem aquele que ainda tem chance, por isso a sociedade privada é responsável pelo resgate de algumas pessoas”. Seu entendimento sobre o trabalho dentro das unidades prisionais é que este por não haver incidência de encargos trabalhistas ou previdência social, demonstra ser um ótimo negócio, visto que o mercado aberto encontra maior dificuldade com a mão de obra livre como, por exemplo, citou, os atestados que possibilitam o trabalhador livre ficar sem trabalhar e continuar recebendo salário. Após ouvir o discurso do promotor fica claro o caráter retribucionista<sup>15</sup> imbuído e projetado no exercício da sua profissão, seu dever é castigar, além do mais ao falar que a pessoa nasce irrecuperável, continuando a reproduzir que determinados seres humanos são ontologicamente criminosos, o mesmo discurso da criminologia positivista, conforme Andrade (1995, p. 12):

A Criminologia positivista contribui para mistificar os mecanismos de seleção e estigmatização ao mesmo tempo em que lhes confere uma justificação ontológica de base científica (uma base de marginalização científica aos estratos inferiores). Contribui, igualmente, para a produção e

---

<sup>15</sup> A lei consagra a retribuição penal: o legislador determina ao juiz aplicar a pena necessária e suficiente para *reprovação* do crime (art. 59, CP) – por essa via, a retribuição também informa a jurisprudência criminal. CIRINO DOS SANTOS, Juarez. *Direito Penal (parte geral)*. Conceito, 2010, 4a edição, p. 421-423.

reprodução de uma imagem estereotipada e preconceituosa da criminalidade e do criminoso vinculada aos baixos estratos sociais - que condiciona, por sua vez, a seletividade do sistema penal - num círculo de representações extraordinariamente fechado que goza - repita-se - de uma secular vigência no senso comum em geral e nos operadores do sistema penal em particular.

Analisando a fala dos empresários, seguida por juízes, promotores de execução penal e diretor do DEAP, algumas tiveram pontos de vista distintos, outras se estreitavam. Para o diretor do DEAP e para o juiz, o discurso espalhava na ressocialização através da prisão, sobretudo pelo trabalho, já no entendimento dos empresários prevaleceu a maximização do lucro pela exploração intensiva da força de trabalho e para o promotor de justiça o discurso era o do castigo e a prisão a retribuição do mal ocasionado.

No entanto, a visão dos empresários esteve em alguns momentos disfarçada pelo argumento da ressocialização. A operacionalização observada no PFF não deixou dúvidas de que o negócio dentro da prisão é o paraíso do capitalismo, ainda na sua etapa de acumulação originária de capital. Se a exploração da força de trabalho do trabalhador livre é extrair o máximo da sua força e auferir maior lucro, na prisão a situação se agrava, tornando o trabalho encarcerado, uma atividade superexplorada e aumentado ainda mais a miserabilidade do apenado e, em contrapartida, multiplicando a riqueza auferida graças às condições propiciadas pela possibilidade da exploração intensiva e extensiva do trabalho das mulheres presas.

Até aqui foram abordados os discursos dos empresários que multiplicam seus lucros com a exploração da força de trabalho encarcerada, bem como o discurso dos agentes de criminalização secundária que, apesar das suas falas não versarem de forma uníssona sobre os mesmos fatos, foi possível constatar neles o discurso pautado pela legitimação da prisão. Na próxima subseção será trazido à baila o real significado do trabalho realizado na prisão a partir da perspectiva das mulheres que trabalham no PFF.

### 3.4 O TRABALHO DAS MULHERES PRESAS: PROFISSIONALIZAÇÃO, ALTERNATIVA PARA REMIÇÃO DE PENA OU LABORTERAPIA?

Cabe neste momento da dissertação o confronto do discurso declarado nos instrumentos jurídicos, bem como as falas dos empresários que exploram a força de trabalho encarcerada e os depoimentos de agentes da criminalização secundária (juízes, promotores e autoridades executivas) com a função do trabalho na perspectiva das mulheres encarceradas no PFF. Todas as informações aqui trazidas foram obtidas durante a observação de campo e aplicação dos questionários, visto ser esta uma importante possibilidade de conhecer e descobrir o que pensam aquelas mulheres a respeito do trabalho que exercem no interior da referida unidade prisional.

A diretora da unidade deixou bem claro que o trabalho realizado pelas mulheres presas é laborterapia, conforme abordado no segundo capítulo desta dissertação, apesar do discurso apresentado pelo diretor do DEAP, juízes e promotores, sustentarem a ressocialização através da profissionalização do trabalho encarcerado.

O discurso apresentado pela mídia hegemônica, assim como os dados apresentados pelo sistema penitenciário- DEAP, manipulam as informações e muitas vezes transmitem relatos inverídicos a respeito do trabalho na prisão. Reafirmando a legitimação da prisão. Por isso a importância em dar voz àquelas mulheres.

Realmente, foi uma surpresa ao final da pesquisa de campo, analisando os diários e as respostas dos questionários constatar que o principal sentido do trabalho para as mulheres encarceradas era a possibilidade de ocupar o tempo e também não pensar nas condições de vida na prisão: fazer com que aquela situação passasse mais rápido, fosse menos dolorosa, amenizando as angústias produzidas pela separação da família e principalmente dos filhos. Muitas delas afirmaram que depois que começaram a trabalhar, se tornaram pessoas mais calmas, pacientes e não reclamavam mais por qualquer coisa, além do fato de retornar à cela, depois de um dia de trabalho intenso, e o cansaço contribuir para não pensar nos problemas ou na visão da instituição, enfim, criar problemas. Cintia foi uma delas, comentou o seguinte: “Eu era muito preguiçosa, só queria ficar na cama, agora tenho mais ânimo.” Paula foi mais enfática: “ficar na cela pra mim é o fim!”.

O segundo motivo também elencado pela maioria das mulheres foi o instituto da remição da pena, mais uma forma de tentar diminuir o tempo na prisão. Apesar da maioria delas não possuírem condições financeiras

para se manter no presídio, muitas delas precisam do auxílio de familiares, ou, pior ainda, os filhos precisam de algum auxílio delas, mas o quesito remuneração pelo trabalho ficou em último lugar. Raquel disse assim: “Já ganhamos pouco, tirar 25% é um absurdo com a presa, o presídio nem sabonete pra gente dá, pra onde vão os 25%?”

Depois de analisar como são feitos os pagamentos pelo trabalho realizado por elas, ficou claro que o valor percebido é ínfimo, isso quando recebem pelo trabalho prestado, pois o fato de o pagamento ser condicionado à produção individual, acaba contrariando o previsto na LEP, bem como no próprio convênio firmado pelas empresas com a DEAP. Resultou evidenciado que o salário não gera nenhum estímulo e, apesar da empresa Vida Mais/Cozinha, ser a única que paga quase um salário mínimo (menos 25%, que fica para o fundo penitenciário) para as mulheres presas, este também não aparece como principal estímulo, ainda na cozinha com trabalho efetivamente cansativo, a ocupação do tempo foi preponderante na visão daquelas mulheres.

Quando questionadas sobre o trabalho realizado por elas no PFF, se havia de fato a profissionalização em determinada atividade, a maioria delas respondeu que não. Na cozinha, segundo elas, você somente vai trabalhar como chefe da cozinha se já souber cozinhar, e a partir disso não existe nenhuma capacitação para quem está comandando o fogão. Para as ajudantes, estas aprendem olhando as cozinheiras chefes, na elaboração e produção de alimentos, também não há uma profissionalização. Na empresa de bijuterias, o trabalho é mecânico, não existe nenhum tipo de método de ensino, na verdade trata-se somente de lixar as peças, atividade que, devido ao risco do seu procedimento, é uma tarefa para qual é muito difícil de encontrar mão de obra livre disposta a realizá-la.

Na Malharia Social e na Bouticão, existe um certo cuidado em ensinar a atividade, foi proporcionado um curso de corte e costura para as mulheres que tivessem interesse. De qualquer forma, como afirmou elas, para manejar uma máquina de costura é imprescindível algum conhecimento anterior, então evidencia-se que não há um projeto de capacitação ou profissionalização. A proprietária da empresa Bouticão é quem ensina algo para as mulheres, mas, como dito antes, há necessidade de conhecimento prévio com atividade de costura. Assim, resulta falacioso que o trabalho realizado pelas mulheres no PFF, é um trabalho profissionalizante, conforme observado e relatado por elas mesmas, o PFF não oferece cursos profissionalizantes, e quando ofereceu um, há algum tempo atrás, de desenhos artísticos para unhas, conforme afirmado por algumas mulheres, iniciou as aulas e depois que elas haviam produzido todos os desenhos, a mulher que estava ministrando o curso

nunca mais apareceu na unidade, foi embora levando a produção dos desenhos consigo.

Pois bem, após o relato das mulheres encarceradas no PFF sobre o que pensam e como entendem o seu trabalho realizado para as empresas instaladas no interior da unidade, tendo a laborterapia predominado nas falas, seguido pela remição da pena e por último a remuneração recebida pelo trabalho prestado, na próxima subseção será demonstrado, através da fala das mulheres presas, o que elas pensam sobre a ressocialização, em confronto antagônico com o discurso sustentado pela ideologia penal dominante, que pretende legitimar seu discurso com o mito da ressocialização do apenado através do trabalho.

### 3.5 O MITO DA “RESSOCIALIZAÇÃO” (DES)LEGITIMANDO A PRISÃO

O trabalho desenvolvido no interior das prisões é visto pelos legisladores, governantes e por boa parte da população, como remédio capaz de sanar todos os males, é através dele que se legitimaria a prisão.

Segundo o discurso legitimante do sistema prisional o caminho trilhado por aquela que entra no presídio tem sempre como pré-condição o ócio e a desocupação e o combate a esses desvios só poderia ser feito modelando-as com hábitos de disciplina obtidos através do trabalho. Assim, na prisão elas seriam “reeducadas” ou “ressocializadas” e, portanto, estimuladas a uma vida cotidiana, baseada nas atividades laborativas.

Para entender os motivos que tornam o discurso da ressocialização através do trabalho um mito, resulta de fundamental importância dar voz àquelas mulheres que estão aprisionadas e saber o que pensam sobre a ressocialização.

Apesar da resposta a esta indagação não ter sido unânime entre elas, a maioria foi contundente em dizer que a prisão não ressocializa ninguém e, esta situação se agrava se estreitarmos a pergunta, reduzindo-a ao trabalho encarcerado em relação ao mito das ideologias “re”.

Algumas repetiram a mesma fala: “Não, o trabalho não ressocializa, a prisão não ressocializa”. Outras arriscaram um pouco mais, como a Raquel que disse assim, a respeito da ressocialização: “eu acho que não precisaria existir cadeia, não sou bandida! Só foi o meio mais rápido que tive, nunca quis acabar com a vida dos outros. A cadeia me serviu pra sofrer [...]” Ela continuou dizendo que apesar de gostar de costurar, que é o que faz no presídio, entende que não é pelo trabalho que desenvolve que sua vida será diferente quando estiver livre; pelo

contrário, as condições a que rotineiramente está submetida pelo aprisionamento é o principal motivo de não acreditar em mudanças positivas quando egressa.

A propósito, explica Hulsman (1997, p. 62):

[...] o condenado a prisão penetra num universo alienante, onde todas as relações são deformadas. A prisão representa muito mais do que a privação da liberdade com todas as suas sequelas. Ela não é apenas a retirada do mundo normal da atividade e do afeto; a prisão é, também e principalmente, a entrada num universo artificial onde tudo é negativo.

Cleusa foi outra mulher que confirmou a mesma visão sobre ressocialização: “É...oportunidade não existe, apesar da maioria querer mudar, o tempo pra gente aqui, para. Se não fosse minha família, não sei se sobreviveria a isso tudo... e se não for ela quando eu sair...não sei, posso voltar”.

Evelin foi que demonstrou mais indignação com o discurso da ressocialização: “ninguém sai daqui bem! Quando eu sair, não vou ter trabalho, vou ter que fazer coisa errada”.

A privação da liberdade não é um fato qualquer, o simples fato de estar encarcerado, de não poder ir aonde tem vontade, de estar ao ar livre, de não poder estar perto de quem se deseja, já não representa um mal bastante significativo? “O encarceramento é isso” (HULSMAN, 1997, p. 61). Como pode um lugar assim contribuir para alguma melhoria na vida de qualquer ser humano, estender ao trabalho explorado realizado na prisão a possibilidade de ressocialização é continuar acreditando em Papai Noel, conforme afirma Andrade (2012, p. 311): “As funções simbólicas da prisão sobrevivem indefinidamente, nós continuamos a acreditar em Papai Noel, acreditando que nós podemos ressocializar, reeducar, readaptar, reinserir, reintegrar (ideologias res) por meio da prisão.”

Conforme visto nesta dissertação, que descreveu como é realizado o trabalho pelas mulheres no PFF e o que elas pensam sobre a ressocialização na prisão, resulta evidente que a realidade apresenta conforme Andrade (2012, p.305): [...] “o discurso das funções reais da prisão, construído pela Historiografia e Criminologia Crítica, que constitui uma resposta de deslegitimação da prisão”. Desta forma, na próxima subseção serão apresentados argumentos da deslegitimação da



prisão, demonstrando como a seletividade é utilizada como critério delimitador da população carcerária.

### 3.6 A SELETIVIDADE COMO CRITÉRIO DELIMITADOR DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA

A distância entre o previsto em lei (programação normativa) e a operacionalização da unidade prisional se insere no cenário desigual e excludente da realidade brasileira, num contexto de desigualdade econômica, pobreza, desestabilização social e dependência, o que possibilita as condições de reprodução do poder econômico e consequente manutenção das políticas de dominação sobre as classes subalternas.

Diante desse panorama, a realidade observada é dinamizada pela dialética da inclusão na exclusão social gerando marginalização. Um Estado que se propõe garantir o respeito à dignidade da pessoa humana e a busca da inserção do indivíduo em sua ordem estatal como cidadão, deveria reconhecer e assegurar os direitos fundamentais. Contudo, não é o que se observa, devido, entre outros motivos, à seletividade do sistema penal, fenômeno este enraizado na sociedade através do senso comum punitivo, das instituições do controle social e das políticas criminais, produzindo uma negação do ser humano, através da alienação coisificante, isto é, da negação da sua humanidade transformada em objeto de consumo e descarte.

Além de funcionar seletivamente criminalizando preferencialmente as classes populares e reproduzindo a desigualdade social, “o sistema penal engendra mais problemas do que aqueles que se propõe a resolver” (HULSMAN, 1997); (ANDRADE, 2012).

Em relação à seletividade estrutural do sistema penal, aponta Zaffaroni (1989, p. 27): “Os órgãos executivos têm espaço legal para exercer poder repressivo sobre qualquer habitante, mas operam quando e contra quem decidem.” As estatísticas apresentadas pelos censos penitenciários brasileiros, disponibilizados pelo Ministério da Justiça confirmam o perfil das pessoas criminalizadas.

Assim, torna-se possível perceber quem é mais vulnerável a fazer parte da clientela selecionada pelo sistema e, por outro lado, garantindo a invulnerabilidade dos detentores do poder numa sociedade de classes. Conforme Zaffaroni, (1989, p. 108): “Múltiplos são os casos demonstrativos de que, em nossa região marginal, os poderosos só são vulneráveis ao sistema penal quando, em uma luta que se processa na luta hegemônica, colidem com outro poder maior que consegue retirar-lhes a cobertura de invulnerabilidade”.

A exclusão mediante a seletividade pode ser verificada, inclusive, na formulação técnica das normas e aplicação seletiva das mesmas pautando-se na posição ocupada pelo indivíduo na sociedade. Segundo Zaffaroni (2007, p. 16, 26): “A seletividade, a reprodução da violência, a corrupção institucionalizada, a verticalização social, a destruição das relações comunitárias, não são características de determinada conjuntura social, mas de uma estrutura de exercício de poder de todos os sistemas penais”.

Sobre a seletividade afirma Andrade (2012, p.308):

[...] a seletividade do sistema penal no capitalismo se alimenta, conforme estatísticas disponíveis, notadamente dos crimes patrimoniais tradicionais (furtos e roubos, simples e qualificados), criminalizações sucedidas pelos demais crimes patrimoniais contra pessoas e costumes, e a criminalização das drogas [...] Tais são as criminalizações típicas do capitalismo globalizado neoliberal, ou seja, do nosso atual momento planetário do poder do capital, que tem também levado mulheres para parir seus filhos na prisão.

Isso também é confirmado na realidade do PFF, conforme demonstrado no segundo capítulo desta pesquisa, mulheres que conheceram o cárcere assumindo o negócio de seus homens, em alguns casos, ou ainda como autora de determinados crimes, muitas vezes no comando do tráfico de drogas.

Sobre a submissão da mulher, inclusive no comando de uma atividade ilícita afirma Costa (2008, p. 82):

[...] as relações afetivas tendem a ser permeadas por situações em que a mulher, compreendendo-se como um complemento do homem e responsável pela harmonia do lar, procura dar constantes provas de amor e de fidelidade, que podem ser exteriorizadas em gestos simples- como um corte de cabelo ou um tipo de roupa que agrada o marido ou companheiro- ou, no envolvimento de um delito.

A seletividade ocorre de várias formas, uma delas se dá através dos critérios discricionários em que são escolhidas as pessoas definidas como “suspeitas” previamente à pessoa estigmatizada sofrer a atuação policial,

pois pautados no discurso do senso comum impregnado na sociedade em que o agente policial está inserido, a maioria das vezes a abordagem policial recai naqueles que já são rotulados como delinquentes por fazer parte dos estereótipos socialmente definidos.

O fenômeno da seletividade deixa transparecer que a atuação das forças de segurança/policiais é pautada pela escolha de uma clientela habitual, fato que se evidencia, entre outras situações, repisando, quando é feita a abordagem policial sob suspeita do cometimento de um delito e, na falta de provas e formas de justificar a atuação, muitos policiais utilizam-se do poder que lhes é conferido, e violam qualquer garantia de direitos inerentes ao ser humano, contando sempre com a anuência da instituição, a impunidade histórica deste tipo de práticas, e a cordialidade tipicamente patrimonialista<sup>16</sup>, situação recorrente dentro do sistema policial.

Outra forma de seletividade estigmatizante pode ser observada nas decisões pautadas no abstrato, alguns juízes, incapazes de saírem do “mundo burguês” em que vivem e penetrar no mundo do acusado e de serem sensíveis ao conhecimento dos fatos, decidem de forma dedutiva, e não cognoscitiva, legitimando o próprio sistema. Percebe-se que a presunção de inocência não é observada pela maioria dos juízes, que justificam prisões preventivas por pequenos delitos, isso sem falar na morosidade do judiciário, para com aquelas que aguardam o julgamento privadas da sua liberdade. Por isso, afirma-se que a estigmatização antecede, se perpetua durante a prisão e se mantém mesmo após o cumprimento da pena.

A estigmatização é reafirmada diariamente pelos aparelhos políticos, econômicos e sociais, os detentores do poder conseguem justificar essa dominação mediante a divulgação de um discurso ideológico<sup>17</sup> por intermédio não só dos meios de comunicação, principal veículo divulgador, mas também dos próprios dominados.

---

<sup>16</sup> Aqui a referência à cordialidade é no sentido da categoria “homem cordial” da obra de Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. São Paulo. Companhia das Letras, 2006. p. 139 e ss.

<sup>17</sup> Define-se neste trabalho o discurso ideológico como a ideologia da classe dominante que deforma e/ou oculta a realidade conforme os seus interesses. Neste sentido, afirma Marx (1991, p. 72) “[...] Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda sua extensão e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores,

Esse discurso utilizado pela mídia sensacionalista somente desencadeia campanhas contra o crime, aumentando a propaganda do mesmo, à medida que se espalha no imaginário popular, instigando a prática da violência ao divulgar e solidificar estereótipos. Com isso tenta-se legitimar o sistema penal falido que atua de forma ilegítima, seletiva, isto é, baseada em estereótipos o que aumenta, consequentemente, a violência.

Mas se a análise for feita sob outra ótica, afirma Andrade (2012, p. 308): “Do ponto de vista das funções não declaradas, a prisão é um sucesso, ela vem se reproduzindo satisfatoriamente bem, porque os índices de criminalização da pobreza, não cessam de reproduzir”.

A violência cotidiana do sistema penal recai sobre os setores mais vulneráveis da sociedade, marginais, afastados do poder, mas que são o foco da atuação violenta daquele sistema conservador, autoritário, refratário de uma realidade complexa e ansiosa pela construção de uma sociedade justa. Refletindo uma ideologia individualista, busca aniquilar o inimigo, ou seja, aquele que se desvirtue do padrão ideal vigente. Em que pese o conflito entre o atuar do sistema penal e os valores de igualdade social, tolerância, respeito aos direitos humanos, aquele é sustentado por um discurso que oculta sua finalidade, a manutenção da desigualdade social e a sustentação da hegemonia dos grupos de poder na sociedade de classes.

### 3.7 AS CONDIÇÕES DE TRABALHO COMO SUPEREXPLORAÇÃO

Conforme foi visto na seção anterior a seletividade do sistema prisional é condição estrutural para possibilitar seu funcionamento a serviço de uma ordem baseada na dominação injusta, na superexploração da mão de obra encarcerada e no confinamento dos indesejáveis.

A partir desses critérios, a população carcerária vai apresentar o mesmo perfil estigmatizado e serão estas as pessoas que no momento de privação de liberdade irão compor a clientela explorada na sua força de trabalho, agora mais do que nunca pelos grandes empresários que sob o discurso declarado da função da prisão, possibilitariam a “ressocialização” das apenadas.

---

como produtores de idéias; que regulem a produção e a distribuição das idéias de seu tempo e que suas idéias sejam, por isso mesmo as idéias dominantes da época [...]”

Dentro da unidade prisional, o Estado controla a liberdade, o tempo, as atividades, o repouso, o número das refeições, o trabalho exercido pela pessoa encarcerada. Percebe-se a força do poder da instituição em domesticar aquelas privadas de sua liberdade apoderando-se do ser humano por inteiro (FOUCAULT, 1998).

O trabalho desenvolvido no interior das prisões é visto pelos legisladores, governantes e por boa parte da população, como remédio capaz de sanar todos os males.

Como anteriormente afirmado, o discurso legitimante do sistema penal e, em particular, prisional, sustenta que o caminho trilhado por aquela que entra no presídio tem sempre como pressuposto o ócio e a desocupação e o combate a esses desvios só poderia ser feito modelando-as com hábitos da disciplina do trabalho. Sendo que na prisão elas seriam, “reeducadas” ou “ressocializadas” e estimuladas a uma vida cotidiana, baseada nas virtudes do trabalho.

O discurso moralizante retribucionista, próprio do senso comum punitivo, ainda acredita que o trabalho reeduca, deixando de perceber, por ausência de reflexão crítica, que a condição do trabalho assalariado no modo de produção capitalista é, na sua essência, pautado pela exploração e a alienação<sup>18</sup>. Assim, considerando a condição de superexploração e opressão do trabalho dentro dos estabelecimentos penais é praticamente impossível encontrar nele benefícios para o indivíduo preso.

A antítese que se percebe na maioria das unidades prisionais em relação à superexploração da condição desigual que ocupa aquele privado de sua liberdade para com aquele que detém o poder, na condição de proprietário dos meios de produção é extremamente significativa, conforme já observado pelo professor Juarez Cirino dos Santos (2014), é a “institucionalização do trabalho escravo”.

O trabalho executado pelas mulheres presas não tem as mesmas características daquele prestado pelo ser humano livre, pois guarda suas particularidades, ou seja, um tratamento único dado pelo ordenamento jurídico. Desta forma, a atividade desempenhada pelas mulheres presas não é protegida pela Consolidação das Leis do Trabalho- CLT, mas regida

---

<sup>18</sup> Sobre a alienação do trabalho assalariado no modo de produção capitalista, cabe lembrar Marx (1991, p. 104- 105): “A única relação que os indivíduos ainda mantêm com as forças produtivas e com sua própria existência – o trabalho – perdeu para eles toda a aparência de auto-atividade e só conserva sua vida atrofiando-a [...] a vida material aparece como a finalidade, e o criador desta vida material, o trabalho (agora a única forma possível mas, como veremos, negativa, da auto-atividade), aparece como meio.”

pela LEP. O que acarreta diversos problemas, principalmente, conforme já salientado, quanto à remuneração, estabilidade de emprego, férias, FGTS, 13º salário e tantos outros direitos previstos na CLT.

Nesse sentido contribui Juarez Cirino dos Santos (2014, p. 4):

[...] os sistemas de trabalho carcerário que submetam a força de trabalho encarcerada a qualquer outra autoridade diferente do Estado – como, por exemplo, o empresário privado – representam violação inconstitucional da *dignidade da pessoa humana* (art. 1º, CF), por uma razão elementar: a força de trabalho encarcerada não tem o direito de rescindir o contrato de trabalho, ou seja, não possui a única liberdade real do trabalhador na relação de emprego e, por isso, a compulsória subordinação de seres humanos a empresários privados não representa, apenas, simples dominação do *homem pelo homem*, mas a própria institucionalização do trabalho escravo.

As empresas que se aproveitam da força de trabalho desta parcela excluída da sociedade, se instalam dentro das Unidades Prisionais com um claro objetivo: o lucro fácil através da superexploração da força de trabalho, não existindo qualquer contraprestação a título de comprometimento para com a inserção laboral da egressa.

As empresas que estão no PFF atualmente tem uma contrapartida significativa para estarem instaladas naquele local, além da mão de obra barata que parece ser a “menina dos olhos” dos empresários, não pagam aluguel, luz, água, alimentação durante jornada de trabalho, até a limpeza do local é feita com os produtos da unidade prisional. São tantos os benefícios oferecidos aos empresários que resulta evidente o interesse de grandes empresas que estão instaladas em diversas unidades prisionais em todo o Estado.

Essa superexploração e abandono ocorre porque não há uma política de Estado preocupada em promover uma condição menos violenta de cumprimento da pena por aquela privada de sua liberdade e muito menos com as condições de vida da egressa. Assim há cumplicidade e/ou organização do processo por parte das autoridades políticas que, no seio do Estado, tornam este tipo de práticas uma atividade lícita, legitimando-a com o discurso retórico da ressocialização pelo trabalho.

As mulheres que se encontram reclusas na Unidade Prisional de Florianópolis, exploradas pelas empresas na sua força de trabalho, para não dependerem exclusivamente da ajuda familiar para compra de alimentos, produtos de higiene pessoal e materiais de limpeza, acabam por prestar serviços a essas empresas que, em troca da mão de obra barata, sem encargos trabalhistas e responsabilidades sociais, exploram e submetem a um ritmo de produção humanamente impossível de ser cumprido por qualquer trabalhador livre fora dos estabelecimentos prisionais. A situação em que se encontram é que conduz à aceitação da superexploração, uma vez que uma parte do pouco dinheiro que arrecadam com a remuneração do trabalho, é destinada ao sustento da própria família, quase sempre dos filhos deixados para trás.

Observação importante de ser lembrada é o fato de a remuneração das detentas que prestam serviços para as empresas conveniadas ou não com a unidade prisional ser muito inferior àquela prevista pela LEP, ou ainda no próprio TC. Essa situação se agrava ainda mais, devido a algumas empresas instaladas na unidade não terem formalizado sua situação (convênio), o que compromete ainda mais a possibilidade de ilegalidades em detrimento das mulheres presas, além do prejuízo da redução da remuneração.

Conforme relatado por algumas mulheres que trabalham para as empresas instaladas no PFF, muitas não recebiam salário algum, sob o argumento de estarem em período de experiência, esse fato realmente é mais uma violência proporcionada pela prisão. Em nenhum lugar um trabalhador livre vai trabalhar indefinidamente como período de experiência e não receber nada em contrapartida, a não ser nos casos de trabalho escravo.

Outro fator importantíssimo relacionado ao trabalho realizado pelas mulheres presas é o instituto da remição da pena; ou seja, a cada três dias de trabalho realizado, é descontado um dia de pena. Se ela não trabalha, perde os benefícios da remição. Na entrevista realizada com as mulheres que trabalham no PFF, este benefício foi o segundo ponto elencado por elas como motivação para trabalhar na unidade. Importante salientar também a remição da pena pelo tempo dedicado ao estudo, abrindo a possibilidade de beneficiar aquela que deseja dedicar o tempo em que se encontra recolhida na unidade prisional, ao estudo e não a atividade laborativa, ou ainda se fosse possível conciliar os dois, que de fato não ocorre devido à carga horária de trabalho diário não permitir um tempo mínimo nem para dedicar-se a uma leitura.

### 3.8 ALTERNATIVAS PARA REDUZIR A VIOLÊNCIA DO SISTEMA PRISIONAL

Conforme exposto durante todo o trabalho, a partir da análise da criminologia crítica, o discurso jurídico penal verifica-se incongruente com a prática do controle social punitivo exercido pelo Estado através dos órgãos de repressão, entre eles as unidades prisionais.

O sistema Penal não tem legitimidade para justificar a sua existência na sociedade, uma vez que as bases desta são estruturalmente constituídas pela desigualdade e justificadas pela ideologia dominante.

Para a superação do discurso ideológico das classes dominantes, é necessário que a práxis supere constantemente a teoria, permitindo a transformação da realidade social, conforme já afirmaram Marx e Engels (1991, p. 125-126) na II tese sobre Feuerbach:

A questão de saber se cabe ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas *prática*. É na práxis que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno de seu pensamento. A disputa sobre a realidade ou não-realidade de um pensamento que se isola da práxis é uma questão puramente *escolástica*.

Conforme abordado nas seções e subseções anteriores, as pessoas submetidas ao encarceramento, desde o seu ingresso na prisão, ou até mesmo antes, foram excluídas da possibilidade de exercer qualquer direito, ou da condição de cidadão, são seres humanos que ficaram de fora do “contrato social”, sujeitos excluídos pelo “pacto” de uma minoria composta por proprietários, homens, brancos e adultos que excluiu a cidadania de todos que fossem diferentes, ou seja, mulheres, pobres, crianças, não brancos, enfim um “*pactum ad excludendum*” (BARATTA, 2008, p. 146-147).

A população carcerária sofre e vive a violência diariamente, violência que já foi conceituada por Baratta (2008, p. 146) como física, psíquica, individual, institucional e estrutural, mas o seu núcleo fundamental é a “repressão das necessidades reais”, que são as necessidades realmente satisfazíveis, conforme a capacidade de produção de bens (materiais e imateriais) dentro da sociedade, mas que não se satisfazem em função das “injustiças, contradições, destruição da riqueza potencial ou real”.



É necessário despir o mito, a ocultação da violência, e reconhecer que todas as pessoas são (co)responsáveis por esta mistificação. O direito moderno controla a violência, invizibilizando uma série de violências (repressão das necessidades reais) contra os excluídos. O reconhecimento da subjetividade das pessoas, suas formas de resistência na sociedade opressora, não “constrangendo o outro à nossa ótica” é o início para a superação da condição de estrangeiro que impede o indivíduo de ser ele mesmo (BARATTA, 2008, p. 147; 153).

Nas declarações e tratados internacionais bem como no ordenamento jurídico nacional há garantias de direitos a todos e todas em igualdade, porém a operacionalização é bem diferente conforme presenciado diariamente nas instituições de controle, em particular no PFF. Para realizar uma reflexão crítica da operacionalidade da prisão, além do conhecimento teórico, é necessário buscar na empiria as bases que servirão para deslegitimar um sistema que serve somente para criar mais dor, assim “[...] enquanto a teoria não mostrar o significado da prática imediata dos homens, enquanto a experiência comum da vida for mantida sem crítica e sem pensamento, a ideologia se manterá [...]” (CHAUÍ, 1993, p. 87).

Na tentativa de atingir uma síntese provisória do antagonismo evidenciado entre o discurso declarado que, em parte, garante direitos às mulheres presas no PFF e, a realidade do exercício de poder cotidiano nesta instituição, é possível apontar algumas alternativas para diminuir a violência ocasionada pelo controle punitivo e o encarceramento, sobretudo no que diz respeito à atividade laborativa.

Muito embora se tenha claro que a sociedade de classes promete através de lei, igual respeito aos direitos humanos de todas e de todos e nunca tenha efetivado ou possa vir a cumprir essa promessa, é importante resgatar o viés emancipatório dos direitos humanos fundamentais como um instrumento a serviço da transformação social.

Se o encarceramento já mostrou exaustivamente que não serve para “ressocializar” e muito menos para diminuir o crime e a violência (somente como discurso legitimador), há necessidade de compreender a crise do sistema penal como uma crise estrutural de legitimação, da qual a prisão coparticipa. É o modelo que está em xeque, pois a incongruência entre o prometido, o descumprido e o realmente cumprido é inerente ao modelo (ANDRADE, 2012, p. 311). Porém, no intuito de minimizar, ou seja, reduzir os danos provocados pelo sistema penal, serão apresentados na próxima subseção, alguns pontos de reflexão.

### 3.9 ALTERNATIVAS PARA REDUÇÃO DE DANOS

Poderiam ser adotadas com mais frequência as penas alternativas previstas na legislação brasileira e outros modelos, ao invés de continuar, ingenuamente e/ou perversamente, apostando no aumento das penas privativas de liberdade. Todavia, é bom se esclarecer que isto não significaria deixar sem punição aquelas que cometeram crimes, mas sim lhes aplicar penas condizentes com a gravidade de seus crimes, na realidade, o que se espera é que fossem aplicadas as determinações legais já existentes.

Conforme divulgado pela seccional Santa Catarina da Ordem dos Advogados do Brasil: “Sem advogado *não há justiça*; sem justiça *não há democracia*”. Assim, como é possível falar em justiça e em democracia quando, entre outros cidadãos de baixa renda, uma parcela significativa da população do PFF não tem acesso a um advogado que defenda seus direitos, em particular aqueles inerentes à relação de trabalho, visto que não há proteção da CLT e muitos são os casos de impossibilidades de trabalho quando egressas, devido às péssimas condições na qual estão submetidas durante o período de segregação, sem a devida fiscalização ou, ainda, decorrentes de acidente durante a realização das atividades laborativas.

Se a privação de liberdade somente deteriora a condição humana, devem ser buscados caminhos legais para diminuir o tempo aguardado para o retorno ao convívio social. O governo do Estado através dos órgãos competentes, ao celebrar convênio com as empresas que exploram a força de trabalho das detentas, deveria exigir aos empresários conveniados que reservassem uma cota das vagas de trabalho para egressas, a fim de compensar parte dos benefícios obtidos com a exploração da mão de obra encarcerada mediante a inclusão formal daquelas que pretendem se inserir no mundo do trabalho, após o cumprimento da pena, com todos os direitos e garantias previstos pela CLT.

Nessa esteira o Projeto “Começar de Novo” do Conselho Nacional de Justiça apresentou nos seus objetivos iniciais possibilidades para modificar este cenário, todavia o que se percebe é que ainda não há intenção em garantir direitos em igualdade a pessoas privadas de liberdade como se fossem trabalhadores livres. Dessa forma há necessidade de se repensar o fato do trabalho realizado dentro dos estabelecimentos prisionais, que conforme observado na realidade do PFF, negligencia direitos e contribui para a permanência, ou pior agrava, a possibilidade de profissionalização e ascensão ao mercado de trabalho formal daquelas mulheres quando egressas.

Se o Estado é quem define através da pena aplicada pelo poder judiciário o programa de retribuição e prevenção do crime, conforme previsto no artigo 59 do Código Penal, então o programa político-criminal realizado pelo poder executivo, que deveria objetivar a execução da pena tendo em vista a “harmonica integração do condenado” (artigo 1º da LEP), é dever do Poder Público, não podendo este ser delgado a qualquer forma de privatização da execução penal (CIRINO DOS SANTOS, 2014, p. 4).

Se uma pessoa trabalha e contribui compulsoriamente com o Instituto Nacional de Seguridade Social, ela tem em determinadas hipóteses previstas em lei o direito a benefícios previdenciários específicos. Para a pessoa presa, o único benefício é o auxílio-reclusão, ele é devido aos dependentes do segurado recolhido à prisão, durante o período em que estiver preso sob regime fechado ou semi-aberto, somente este benefício é garantido a pessoa privada de sua liberdade e tão criticado pelo senso comum dominante que, apoiado no seu discurso moral condenam o recebimento do benefício, justificando que muitas “pessoas de bem”, não conseguem ter uma renda familiar equivalente ao benefício recebido por aquelas pessoas que se enquadram no exigido pela previdência para fazer *jus* a tal pecúnia e não compreendem a importância da concessão desta remuneração para os dependentes daquela pessoa segregada. A dificuldade de manter o sustento da família, uma vez segregada junto à Unidade Prisional, faz do benefício concedido ser de grande importância para a manutenção das despesas dos dependentes da pessoas recolhidas na instituição prisional, já que auxilia a reduzir a possibilidade da marginalização do resto do núcleo familiar. Os outros benefícios elencados no Código Penal, como auxílio doença e morte, não podem ser levados em consideração visto que para ser concedidos, a pessoa encarcerada deve estar contribuindo como trabalhador avulso. O que é muito improvável de acontecer de fato com alguém que se encontre na prisão.

Diante da impunidade histórica com que a tortura e outros tratamentos cruéis e degradantes perpetrados por agentes do Estado, sobretudo na época do último regime militar, ainda permanecem silenciados pelos tribunais brasileiros, resulta imprescindível a adoção de medidas que visem romper com esta pesada herança através da implementação de programas de reciclagem e treinamento permanentes dos agentes prisionais em matéria de conscientização, respeito e observância do previsto na LEP, na CRFB/88, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto de São José da Costa Rica, Convenção contra Tortura, entre outros.

Estas medidas não pretendem esgotar o elenco de possibilidades que se abrem ao agente público ou ao operador do direito que atua junto às organizações da sociedade civil, dispostos a utilizar a lei como ferramenta libertária na construção de uma sociedade e de instituições pautadas pelo respeito aos direitos humanos fundamentais como horizonte de uma vida mais justa para todas e todos.

Por derradeiro, fundamental, na perspectiva do objeto específico deste trabalho, a releitura dos instrumentos jurídicos internacionais e nacionais para acabar com a discriminação lícita do trabalho desenvolvido pelas mulheres e homens encarcerados em condições de inferioridade de direitos em relação às do trabalhador livre. É inadmissível, repete-se, em tempos de vigência de um Estado democrático de direito, a suprexploração da força de trabalho da população carcerária sob pena de ser conivente com uma mal disfarçada forma de trabalho escravo que é a situação real colocada pelas condições de trabalho dentro das prisões. Se o trabalho assalariado, em regra, constitui um fardo necessário para a sobrevivência do trabalhador livre; este, em hipótese alguma, poderá ensejar condições de dignidade e oportunidades de retorno ao convívio social de quem é obrigado a suportar condições de trabalho ainda mais opressoras e degradantes. Como já afirmado, a libertação da alienação coisificante do trabalho, sob o modo de produção capitalista, intensificada na situação constatada empiricamente dentro do PFF, demanda a invenção urgente, na práxis, de novas formas de produzir a serviço não mais da destruição e sim da desalienação e humanização do ser humano também através do reencontro do produtor da riqueza, isto é, da(o) trabalhadora com o produto do seu trabalho. Enquanto isso não ocorrer, é possível afirmar que a humanidade ainda não faz a própria história e sim, apenas, suporta o pesado fardo do passado que se resiste a sobreviver numa letargia mórbida que retarda, impede, dificulta o nascimento do novo, da nova humanidade liberta das condições de opressão e exploração específicas das sociedades de classes.

## CONCLUSÃO

A possibilidade de (des)conhecer o conhecido representou inicialmente uma tarefa difícil, mas era preciso “vestir a capa de etnólogo” e mergulhar na empreitada que, por diversas vezes, se mostrou solitária e angustiante. Afortunadamente permitiu compensações muito antes do final da pesquisa. Poder conviver com aquelas mulheres, em uma relação diferente daquela por mim já anteriormente conhecida, e analisar o trabalho realizado por elas foi uma oportunidade que para além da experiência ímpar, pôde ser descrita neste trabalho, para que assim, seja de conhecimento de todos o grande negócio realizado dentro dos estabelecimentos prisionais, que explora a força de trabalho de mulheres na sua condição mais vulnerável: a aprisionada.

Conforme veiculado escancaradamente pela mídia sensacionalista (e legitimado pela ocultação do discurso declarado dos instrumentos jurídicos internacionais ou nacionais), a função da prisão tem caráter retribucionista, porém através do trabalho a ser nela realizado as pessoas condenadas podem um dia ser “ressocializadas”, “reeducadas”, “reinseridas” novamente na sociedade.

Diante disso as legislações, tratados e convenções que preveem mesmo que no plano abstrato dignidade a todo ser humano, não passam de discurso ideológico, principalmente no que diz respeito ao trabalho encarcerado. A Declaração Universal de Direitos Humanos assim como o Pacto internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e o Pacto de São José da Costa Rica elencam direitos relacionados ao trabalho, mas não relacionam ao trabalho realizado na prisão. O único documento que demonstra coerência é a Convenção nº 29 da OIT, que entende como trabalho forçado aquele que mesmo resultante de sentença judicial, seja contratado por empresas privadas, assim possibilita a leitura que equipara os mesmos direitos do trabalhador livre à trabalhadora presa. As regras mínimas para o tratamento de prisioneiros é mais um referencial a ser delineado para adoção das regras determinadas pela ONU, e ainda alguns critérios constantes nas regras pela sua constante evolução, não tem a intenção de excluir práticas que se coadunem com o propósito das regras deste documento e por isso a administração prisional sempre poderá autorizar qualquer exceção às mesmas. É assim que as exceções viram regras, daí porque foi criada a resolução nº 14 de 1994, que somente corrobora o estabelecido pela LEP.

Assim, o trabalho realizado pelas pessoas presas é regulamentado por legislação específica: a LEP, que expressamente negligencia os direitos que são garantidos ao trabalhador livre, além de elencar que o

trabalhador preso possa ganhar menos que um salário mínimo vigente no país, contrariando a própria CRFB/1988, que elenca os valores sociais do trabalho juntamente com os princípios da dignidade da pessoa humana, mas não equipara a mesma dignidade às pessoas presas.

Através dos convênios celebrados entre administração prisional e entes privados formaliza-se e supostamente legitima-se a exploração da força de trabalho das mulheres presas no PFF. A Cartilha do Empregador elaborada pelo Conselho Nacional de Justiça, foi criada para auxiliar empresas e instituições que utilizam força de trabalho de apenados e egressos. Com o objetivo declarado de promoção da cidadania e, consequentemente, a diminuição da reincidência, através da sensibilização de empresários e sociedade civil, para que oportunizem trabalho para as pessoas encarceradas em nome da “ressocialização”.

Ainda no primeiro capítulo foram demonstrados casos de violência dentro de instituições prisionais que chegaram ao conhecimento da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que acabou condenando o Brasil pelas violações de direitos, mas ainda é um instrumento que não garante mudanças na situação engendrada pelo sistema penal. O problema é muito mais amplo, e se perpetua justamente pelo discurso declarado impregnado de várias promessas que jamais serão cumpridas, pelo menos não da forma como se propõe. A prisão é uma instituição de controle, que viola direitos, muito antes da pessoa entrar no sistema penitenciário, sustentada pelo discurso do sistema penal, ela se perpetua e se aperfeiçoa conforme as necessidades da estrutura social.

No segundo capítulo, foram apresentadas a metodologia utilizada na pesquisa etnográfica, através da observação participante e aplicação de pesquisa semiestruturada que possibilitou a descrição do *lôcus* da pesquisa. Foi a partir da observação que se pode ouvir e ver para escrever a condição do trabalho daquelas mulheres na prisão. Foi apresentado o perfil das mulheres do PFF, comparando com dados da população carcerária do Estado de Santa Catarina, que confirmaram que o perfil da clientela da prisão continua sendo recrutado nos baixos estratos da sociedade, mulheres jovens, com baixo índice de estudo, núcleo familiar empobrecido e maioria negra. E, ainda, foram apresentados os critérios de seleção de quem realmente pode trabalhar no PFF e, ao final deste capítulo, apresentado que a instituição prisional entende o trabalho realizado pelas apenadas como laborterapia, um remédio capaz de acalmar e diminuir os problemas na prisão, sob a ótica da instituição. Quanto mais tempo elas estiverem ocupadas exercendo alguma atividade, melhor será para o presídio que continuará funcionando sem inconvenientes de rebelião, fuga, o melhor que eles podem fazer é ocupar

a cabeça de todas as mulheres, principalmente daquelas que não cumprem com as regras de disciplina e confinamento na prisão e, ainda, quanto mais o trabalho for cansativo, menor será ou não haverá tempo para pensar nos direitos que lhes são violados diariamente. Apesar do trabalho ser utilizado sob o argumento da ressocialização, o seu objetivo real é, em primeiro lugar, a manutenção da disciplina.

No terceiro capítulo, analisando a realidade observada na pesquisa etnográfica e também algumas observações obtidas na 1ª Mostra Laboral do Sistema Prisional de Santa Catarina, confirmou-se a hipótese de que o discurso declarado do sistema não cumpre com as funções que de fato se propõe. O que realmente são cumpridas são as funções latentes da prisão, não somente diversas, mas inversas àquelas declaradas (ANDRADE, 2012).

A hipótese foi confirmada através da realidade da operacionalização da prisão em específico no PFF, com a observação do trabalho realizado pelas mulheres presas, com a análise dos questionários aplicados com análise qualitativa e quantitativa. Por isso a importância em dar voz aquelas mulheres, segundo suas falas o trabalho realizado por elas não cumpre nenhuma função “ressocializadora”, não existe profissionalização no trabalho por elas executado, configurando mais um trabalho mecânico e inútil. E ainda que houvesse preocupação em capacitação do trabalho, a prisão é uma instituição de controle que não permite qualquer possibilidade de contribuir positivamente na vida de alguém. A pesquisa mostrou que a seletividade antecede o cárcere, a clientela do sistema é sempre recrutada nos mesmos estratos sociais e, quase sempre, criminalizando as condutas que são tipificadas nos crimes contra o patrimônio (furto e roubo), seguidas dos crimes contra as pessoas e contra os costumes e, fundamentalmente, a criminalização das drogas. O contexto histórico demonstrou que a prisão na Europa serviu aos ditames estabelecidos pela ordem social capitalista, através da regulação do mercado de trabalho, utilizando como recurso a forma de encarceramento ou punição. No novo mundo, assim como os Estados Unidos registraram um contexto histórico desastroso de exploração do trabalho na prisão e, atualmente, configuram um exemplo do excelente negócio da privatização do sistema prisional. No Brasil a dominação pelos detentores do poder sobre os grupos dominados também possibilitou desde a sua formação, a afirmação do controle punitivo, antes doméstico através do poder senhorial sob “seus” escravos e, posteriormente, após longo e tardio período escravocrata, aprimorado para o moderno controle social punitivo.

A prisão continua a reproduzir sua função legitimadora, agora mais do que nunca sob o discurso das ideologias “res” abriu-se a possibilidade de exploração da mão de obra encarcerada, que contraria o próprio dispositivo legal que prevê o caráter educativo e produtivo do trabalho realizado pela pessoa presa, impossibilitando a exploração lucrativa desta atividade e, ainda, estabelecendo que o trabalho carcerário deva ser gerido por fundação ou empresa pública, com o objetivo de profissionalização do condenado. Portanto, conforme o legalmente previsto, a empresa privada não poderia gerir o trabalho encarcerado, bem como não poderia explorar a força do trabalho das pessoas presas para obtenção de lucros, conforme a lógica histórica e estrutural que rege a atividade econômica privada sob o modo de produção capitalista.

Para esta pesquisadora este é o ponto nevralgico da hipótese apontada: se o trabalho realizado na prisão não pode ser objeto de exploração de empresários privados com o objetivo de lucro, mas essa prática permanece e está sendo aperfeiçoada em quase todos os estabelecimentos prisionais do Estado de Santa Catarina, em específico no PFF, legitimado pelo CNJ, agentes de criminalização secundária e legislação interna, muito embora a fala das mulheres que trabalham no PFF e que são exploradas em sua força de trabalho, tenham afirmado que o trabalho desenvolvido por elas na prisão não é profissionalizante, que este não “ressocializa”, que mesmo os dispositivos dispostos na LEP, que são violadores de direitos, também não são cumpridos, principalmente no que diz respeito ao salário por elas percebido, enfim, pode-se concluir diante de tudo que foi abordado e observado, que a realidade do trabalho na prisão funciona ao contrário do discurso declarado. Portanto o grande negócio gerado no interior das prisões viola sobremaneira os direitos inerentes a todo ser humano, em especial a dignidade da pessoa humana previsto na CRFB/1988, pois, concordando com a tese defendida por Juarez Cirino dos Santos (2014, p. 4) na relação entre a mulher presa e a empresa privada aquela não tem o direito de rescindir o contrato de trabalho, visto que o contrato é realizado entre instituição e entidade privada e, ainda, o trabalho é dever do apenado, ou seja, não possui a única liberdade real do trabalhador na relação de emprego e, por isso, “a compulsória subordinação de seres humanos a empresários privados não representa, apenas, simples dominação do homem pelo homem, mas a própria institucionalização do trabalho escravo.”.

Para tentar diminuir o distanciamento do previsto em lei que via de regra negligencia direitos, é preciso despir o mito que oculta a violência, e reconhecer que somos (co)responsáveis por isto.



Se o encarceramento conforme afirmado pelas próprias mulheres encarceradas e observados na realidade do PFF não serve para ressocializar e menos ainda para diminuir o crime e ou a violência engendrada pelo sistema, apenas como discurso legitimador dos agentes de criminalização secundária ou ainda pelos empresários que em nome da “ressocialização” camuflam seus interesses reais na exploração da mão de obra que não tem voz, para reivindicar direitos. Conforme já apontou Vera Regina Pereira de Andrade (2012, p. 311): “Há necessidade de compreender a crise do sistema penal como uma crise estrutural, e inserido no sistema está a deslegitimação da prisão, é o modelo que está em cheque, pois a incoerência entre o prometido, o descumprido e o realmente cumprido é inerente ao modelo”.

Por fim, com a realização dessa dissertação espera-se contribuir para os estudos da criminologia crítica latino americana, em específico sobre as prisões, que aqui apresentam mais violência e crueldade nas práticas violadoras de direitos.



## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Do paradigma etiológico ao paradigma da reação social**: Mudança e permanência de paradigmas criminológicos na ciência e no senso comum. Revista Sequência, CCJ/UFSC, nº30, ano 16, junho de 1995.

\_\_\_\_\_. **A ilusão de segurança Jurídica**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

\_\_\_\_\_. **A soberania Patriarcal**: o sistema de justiça criminal no tratamento de violência sexual contra a mulher. Revista Brasileira de Ciências Criminais, Revista dos tribunais, São Paulo, nº48, maio/junho de 2004.

\_\_\_\_\_. **Pelas mãos da criminologia. O controle penal para além da (des)ilusão**. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, 2012.

BARATTA, Alessandro. **Ética na Comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

BISSOLI FILHO, Francisco. **Estigmas da Criminalização. Dos antecedentes à reincidência criminal**. Florianópolis: Obra Jurídica editora, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).

Data de acesso: 14/11/2014(a).

\_\_\_\_\_. **Código Penal**. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm). Data de acesso: 18/11/2014(b).

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 41.721, de 25 de Junho de 1957. Promulga as Convenções Internacionais do Trabalho de nº11,12,13,14,19,26,29,81,88,89,95,99,100 e 101, firmadas pelo Brasil e outros países em sessões da Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho**. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D41721.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D41721.htm).

Data de acesso: 15/11/2014(c).

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 591, de 6 de Julho de 1992. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.** Promulgação. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D0591.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0591.htm).  
 Data de acesso: 17/11/2014(d).

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 678, de 6 de Novembro de 1992. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969.** Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D0678.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0678.htm). Data de acesso: 17/11/2014(e)

\_\_\_\_\_. **Ministério da Previdência Social. Agência Eletrônica da Previdência Social. Auxílio Reclusão.** Disponível em:  
<http://agencia.previdencia.gov.br/e-aps/servico/350>. Data de acesso: 19/11/2014(f)

\_\_\_\_\_. **Lei nº 7.210, de 11 de Julho de 1984. Texto compilado Institui a Lei de Execução Penal.** Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm). Data de acesso: 18/11/2014(g)

\_\_\_\_\_. **Resolução Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) nº 14, de 11 de novembro de 1994.** Disponível em:  
<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJE9614C8CITEMIDD4BA0295587E40C6A2C6F741CF662E79PTBRIE.htm>. Data de acesso: 04/12/2014(h).

CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal** parte geral. Florianópolis: Conceito, 2012.

\_\_\_\_\_. Instituto de criminologia e política criminal. **Privatizações de presídios.** Disponível em: [http://icpc.org.br/wp-content/uploads/2013/01/privatizacoes\\_presidios.pdf](http://icpc.org.br/wp-content/uploads/2013/01/privatizacoes_presidios.pdf). Data de acesso: 23/12/2014.

BRITO, Mirella Alves de. **O caldo na panela de pressão: Um olhar etnográfico sobre o presídio para mulheres em Florianópolis.** Florianópolis, SC, 2007. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, PPGA/UFSC.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 12 ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. **Cartilha do empregador**. Disponível em: [http://www.cnj.jus.br/images/programas/comecar-de-novo/campanha-2011/cartilha\\_do\\_empregador.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/programas/comecar-de-novo/campanha-2011/cartilha_do_empregador.pdf). Data de acesso: 19/11/2014(a)

\_\_\_\_\_. **Ministro Peluso destaca importância do programa Começar de Novo**. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/15703-ministro-peluso-destaca-importancia-do-programa-comecar-de-novo>. Data de acesso: 19/11/2014(b).

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos Direitos Humanos**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

COSTA, Elaine Cristina Pimentel de. **Amor Bandido**. As teias afetivas que envolvem a mulher no tráfico de drogas. 2 ed. Maceió: Alagoas, 2008.

DHNET. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/integra.htm>. Data de acesso: 15/11/2014(a).

\_\_\_\_\_. **Declaração de Viena e Programa de Ação**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/viena/viena.html>. Data de acesso: 15/11/2014(b).

\_\_\_\_\_. **Regras Mínimas da ONU para o Tratamento de Prisioneiros**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/fpena/lex52.htm>. Data de acesso: 18/11/2014(c).

DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional. Ministério da Justiça. **Relatório da Situação Atual do Sistema Penitenciário**. Mulher presa e egressa. Plano Diretor do Sistema Penitenciário. Meta 22 - Mulher Presa e Egressa. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/services/DocumentManagement/FileDownload.EZTSvc.asp?DocumentID=%7B4B3271E4-7474-41A7-8E4A-494B08701E31%7D&ServiceInstUID=%7B4AB01622-7C49-420B-9F76-15A4137F1CCD%7D>. Data de acesso: 16/11/2014.

DUTRA, Yuri Frederico. **Como se estivesse morrendo**. Florianópolis, SC, 2007. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, PPGD/UFSC.

ESPINOZA, Olga. **A mulher encarcerada em face do poder punitivo**. São Paulo: IBCCrim, 2004.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro de. **Corpo Negro caído no chão: O Sistema Penal e o projeto genocida do Estado Brasileiro**. Brasília, 2006. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, UNB.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1998.

GROSSI, Miriam Pillar. **Na busca do “outro” encontra-se a “si mesmo”**.

In: Repensando o trabalho de campo a partir da subjetividade do(a) antropólogo(a). Trabalho de campo e subjetividade. Florianópolis: UFSC, 1992.

HULSMAN, Louk; CELIS, Jaqueline Bernat de. **Penas Perdidas. O sistema penal em questão**. Rio de Janeiro: Luam, 1997.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Séries históricas e estatísticas**. Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=PD336>. Data de acesso: 11/12/2014.

JUSTIÇA GLOBAL BRASIL. **OEA renova medidas provisórias em relação à Unidade Socioeducativa do Espírito Santo (UNIS)**.

Disponível em: <http://global.org.br/programas/oea-renova-medidas-provisorias-em-relacao-a-unidade-socioeducativa-do-espírito-santo-unis/>. Data de acesso: 04/12/2014.

JUSTIÇA GLOBAL; COMISSÃO JUSTIÇA E PAZ DA ARQUIDIOCESE DE PORTO VELHO. **Presídio Urso Branco: A institucionalização da barbárie**. Porto Velho, 2007. Disponível em:

[http://www.observatoriodeseguranca.org/files/Relatorio\\_Presidio\\_Urso\\_Branco-a\\_institucionalizacao\\_da\\_barbarie\\_2007.pdf](http://www.observatoriodeseguranca.org/files/Relatorio_Presidio_Urso_Branco-a_institucionalizacao_da_barbarie_2007.pdf). Data de acesso: 03/12/2014.

LEMA, Vanessa Maciel. **Do outro lado do muro**. A crise de eficácia dos direitos das detentas do presídio feminino de Florianópolis. Florianópolis, SC, 2011. Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Direito. Faculdade de Ciências Sociais de Florianópolis, mantida pelo CESUSC.

MANDELA, Nelson. *Long Walk to Freedom*. Londres: Little Brown and Co., 1994.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã (I- Feuerbach)**. São Paulo: Hucitec, 1991.

MATTA, Roberto Da. **O Ofício de Etnólogo, ou Como Ter Anthropological Blues**. Rio de Janeiro: 1978.

MELOSSI, Dario; PAVARINI, Máximo. **Cárcere e Fábrica. As origens do Sistema Penitenciário (XVI-XIX)**. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

MOTTA, Flávia de Mattos. **Cada um com seu sofrimento-subjetividades e sofrimentos no trabalho etnográfico**, Trabalho apresentado na 25a RBA- Reunião Brasileira de Antropologia GT Antropologia, Gênero e Subjetividade. Goiânia-GO, 2006.

NOTÍCIAS DO DIA. **Sistema Humanizado do Presídio Feminino da Capital**. Disponível em:

<http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/183054-sistema-humanizado-do-presidio-feminino-da-capital-tem-mais-de-90-de-detentas-trabalhando.html>. Data de acesso: 10/12/2014.

OLIVEIRA, Maria Odete de. **Prisão. Um paradoxo social**. Florianópolis: Universidade de Santa Catarina, 1984

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**, São Paulo: Saraiva, 2006.

POYER, Viviane. **A Penitenciária Estadual de Pedra Grande: um estudo sobre a política de 2000 combate à criminalidade em Florianópolis entre 1935-1945**. Disponível:

<<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/504/9809>>. Data de acesso: 14/10/2014.

RAMOS, Alexandre Luiz. **Fundamentos para uma nova teoria da relação de emprego no Brasil do século XXI e a dignidade da pessoa humana.** Florianópolis, SC, 2006. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

RIC MAIS. **Presídio feminino é exemplo de trabalho e recuperação para detentas:** Disponível em: <http://ricmais.com.br/sc/seguranca/videos/presidio-feminino-de-florianopolis-e-exemplo-de-recuperacao-e-trabalho-para-detentas/> Data de acesso: 10/12/2014.

ROIG, Rodrigo Duque Estrada. **Direito e prática histórica da execução penal no Brasil.** Rio de Janeiro: Revan, 2005.

RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. Punição e estrutura social. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

SALLA, Fernando. **As prisões em São Paulo, 1822 – 1940.** São Paulo: Annablume/FAPESP, 1999.

SANTA CATARINA, Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC). **Lei Estadual 14.410 de 16 de abril de 2008.** Disponível em: <http://200.192.66.20/ALESC/PesquisaDocumentos.asp>. Data de acesso: 28/11/2014(a)

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado Justiça e Cidadania (SJC). **Termo de Cooperação,** 2014(b).

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos-** Volume I, Porto Alegre, Sergio Antônio Fabris Editor, 2003.

TRINDADE, Cláudia Moraes. **Ser preso na Bahia no século XIX.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2012. Disponível em: <http://www.ppgh.ufba.br/wp-content/uploads/2013/09/Ser-Preso-na-Bahia-no-S%C3%A9culo-XIX.pdf>. Data de acesso: 02/01/2015.



VENTURA, Deisy; CETRA, Raísa Ortiz. **O Brasil e o Sistema Interamericano de Direitos Humanos: de Maria da Penha a Belo Monte.** Disponível em: [http://www.conectas.org/arquivos-site/Ventura%20Cetra%20O%20Brasil%20e%20o%20SIDH%202012%20\(2\)\(1\).pdf](http://www.conectas.org/arquivos-site/Ventura%20Cetra%20O%20Brasil%20e%20o%20SIDH%202012%20(2)(1).pdf). Data de acesso: 04/12/2014.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. **Manual de Direito Penal Brasileiro V.1 Parte Geral.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

\_\_\_\_\_. **Em busca das penas perdidas.** Rio de Janeiro: Revan, 1999.

WACQUANT, Loïc. **As Prisões da Miséria.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. **Punir os Pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos.** Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001.



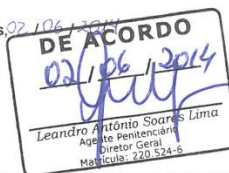
## APÊNDICE A – Autorização da Pesquisa


### AUTORIZAÇÃO

Eu, Vanessa Maciel Lema, funcionária da Secretaria de Estado Justiça e Cidadania, lotada na Academia de Justiça e Cidadania- ACADEJUC, sob matrícula 381156-5, atualmente licenciada pelo Governo do Estado de Santa Catarina para cursar Mestrado em Direito na Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, onde desenvolve pesquisa na área de Direito, Estado e Sociedade, vem através deste solicitar à Vossa Senhoria, diretor do Departamento de Administração Prisional, autorização para realizar pesquisa de campo na modalidade antropológica etnográfica, no Presídio Feminino de Florianópolis, a pesquisa será realizada com algumas detentas, (máximo 09 detentas) que trabalham dentro da Instituição Prisional, funcionários que se dispuserem a contribuir com a pesquisa (01) e também com a gerente ou chefe de segurança da instituição.

Aproveito para informar que a pesquisa se desenvolverá no mês de junho e julho, período vespertino, no local onde as detentas exercem atividade laborativa, três vezes por semana com duração de 02 horas. Importante esclarecer que a pesquisa etnográfica possui um viés de observação e posterior aplicação de questionário, por isso a necessidade de permanecer no local, observando o cotidiano das mulheres que trabalham no presídio.

Florianópolis, 02/06/2014



  
Vanessa Maciel Lema  
Funcionária ACADEJUC  
Pesquisadora e mestranda pela Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC.  
Especialista em Direito Penal e Processual Penal- UNESA

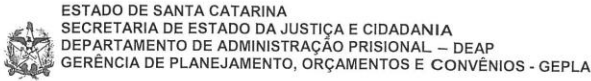
**APÊNDICE B – Roteiro de entrevista semiestruturada****ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

1. Nome completo e idade?
2. Qual sua religião antes da prisão e depois?
3. Onde estudou? Grau de instrução?
4. Estado civil? Ainda mantém relacionamento com parceiro(a) depois da prisão? Recebe visita dele(a)?
5. Onde nasceu? De onde veio? Onde morava e com quem?
6. Onde pretende morar quando sair da prisão?
7. Recebe visita de alguém? De quem?
8. Possui filhos? Quantos? Vivem com quem? Dependem financeiramente de quem?
9. Possui vínculos com pessoas fora da prisão? Quem?
10. Possui experiências anteriores de trabalho? O que já fez na vida?
11. E aqui no presídio, desde quando/há quanto tempo trabalha?
12. Qual é a rotina de trabalho? Os horários são definidos?
13. Trabalhar aqui foi uma escolha sua? Como "conseguiu" / como foi selecionada?
14. Como é a remuneração desse trabalho? (valor/ porcentagem para ela)
15. Como usa esse dinheiro? (gastos pessoais, família)
16. Você vê vantagem em trabalhar aqui?

17. Quanto tempo já cumpriu da sua pena? Quanto resta cumprir? Já cumpriu pena anterior? Neste caso, trabalhou durante o cumprimento da pena anterior?
18. Qual o objetivo do sistema com o trabalho oferecido a vocês? (você acha que esses objetivos são atingidos?)
19. Qual o objetivo dos empresários ao recrutarem a mão de obra de vocês? (você acha que esses objetivos são atingidos?)
20. Você sabe se o trabalho oferecido para os homens é o mesmo oferecido para mulheres no presídio? O que você acha do tipo de trabalho oferecido para as mulheres?
21. Como você se sente realizando seu trabalho?
22. Você vê diferença comparando você agora e no tempo em que não trabalhava aqui?
23. Você tem uma perspectiva de que desse trabalho realizado aqui contribua de alguma forma em sua vida lá fora em liberdade?
24. Você se reconhece no produto do seu trabalho, isto é, enxerga aquilo que você faz como resultado do seu labor?
25. A oferta de trabalho no presídio está embasada em alguns argumentos. Um deles é a função ressocializadora da pena através do trabalho. Você que está vivendo a experiência de trabalho no cumprimento da sua pena. Como você vê esse objetivo da ressocialização através do trabalho?

Fonte: Desenvolvido pelo autor

ANEXO A- Termo de Cooperação - Modelo



TERMO DE COOPERAÇÃO Nº.

MODELO

TERMO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O ESTADO DE SANTA CATARINA,  
POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE  
ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA COM A  
INTERVENIÊNCIA DO DEPARTAMENTO DE  
ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL – DEAP. POR  
MEIO DA PENITENCIÁRIA SUL - CRICIÚMA –  
FUNDO ROTATIVO DA PENITENCIÁRIA E A  
EMPRESA....., VISANDO  
PROPORCIONAR OPORTUNIDADE DE  
TRABALHO E RESSOCIALIZAÇÃO AOS  
REEDUCANDOS DO PRESIDIO REGIONAL  
.....

Ao ..... dia do mês de ..... do ano de 2013, o Estado de Santa Catarina, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA**, estabelecida na Rua Frei Caneca, nº400 – Bairro Agrônômica – Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ nº. 13.586.538-000171, doravante denominada **SECRETARIA**, representada neste ato pelo pela Secretária Senhora **ADA LILI FARACO DE LUCA**, residente e domiciliado em Florianópolis/SC, portador da cédula de identidade nº. 1/R272.874 SSP/SC e do CPF 226.271.111-91, com a interveniência do **DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL – DEAP**, estabelecido na Avenida Caetano, da Silveira, esquina com Av. da rede S/N, Edifício Toniolo - Jardim Eldorado, Palhoça - SC, doravante denominado **DEAP**, neste ato representado por seu Diretor, Senhor, **LEANDRO ANTÔNIO SOARES LIMA**, residente e domiciliado em Florianópolis/SC, portador da Cédula de Identidade nº. 204.7502 SSP/SC e do CPF nº. 588.019.369-15 por meio da **PENITENCIÁRIA SUL DE CRICIÚMA – FUNDO ROTATIVO DA PENITENCIÁRIA** estabelecida na Rua Jose Marino Teixeira, nº. 5005 – Bairro São Domingos – Vila Maria - Criciúma/SC, inscrita no CNPJ sob o N.º. 12.521.388.0001-55, doravante denominada **PENITENCIÁRIA/FUNDO ROTATIVO**, representada neste ato pelo seu Diretor/Gestor, Senhor ..... residente e domiciliado em Araranguá/SC, e a..... com sede na Rua ...../SC, doravante denominada **EMPRESA**, representada neste ato pelos seus Diretores/Administradores Senhor ..... residente e domiciliado em Tubarão/SC, portador da Cédula de Identidade nº. .... SSP/SC e CPF nº. .... e Senhor ..... residente e domiciliado em Tubarão/SC, portador da Cédula de Identidade nº 5/C 3.416.590 SSP/SC e CPF 912.703.839-49, resolvem celebrar o Termo de cooperação, mediante as cláusulas e condições:

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a celebração de convênio entre **SECRETARIA** e a **EMPRESA**, proporcionando oportunidade de trabalho e ressocialização aos reeducandos do ..... na atividade de .....

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Além das pessoas jurídicas signatárias do termo de cooperação, são considerados integrantes do programa de trabalho: a) os detentos que a critério participem das atividades; b) os servidores e demais agentes do Estado; c) o pessoal e funcionários da empresa destacados por esta para executar o objeto.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

Este termo de cooperação tem como fundamentação legal na Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984 – Lei de Execuções Penais, consideradas as suas alterações posteriores, Decreto nº 307 de 04 de junho de 2003, Lei complementar nº. 381 de 07 de Maio de 2007, Lei nº. 14.410, de 16 de abril de 2008.

**PARAGRAFO ÚNICO:** As obrigações assumidas pela **SECRETARIA** serão executadas pela **PENITENCIÁRIA/FUNDO ROTATIVO**, com a supervisão direta do **DEAP** facultando o acompanhamento pelo Conselho da Comunidade, nos termos do Art. 81 da Lei nº. 7.210 de 11 de julho de 1984, Lei de Execuções Penais.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA/DEAP, PENITENCIÁRIA/FUNDO ROTATIVO E PRESÍDIO.

I – Possibilitar o desenvolvimento e a execução das atividades previstas no objeto do presente termo, nos dias e horários definidos em parceria com a **EMPRESA**;

II - Coordenar, fiscalizar e controlar a execução dos serviços, bem como fiscalizar para que todos os detentos estejam utilizando os equipamentos de proteção individual (EPI's), e não permitir que trabalhem sem utiliza-los;

III – Receber por meio da **PENITENCIÁRIA/FUNDO ROTATIVO**, fornecendo recibo correspondente da **EMPRESA** os valores destinados ao pagamento dos reeducando participantes das atividades, providenciando o seu imediato repasse aos destinatários, segundo orientações do **DEAP**, devendo atender:

- A indenização dos danos causados pelo crime, desde que determinados judicialmente e não reparados por outros meios;
- A assistência à família;
- As pequenas despesas pessoais; e
- Ao ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado, em proporção a ser fixada e sem prejuízo da destinação prevista nos incisos anteriores.

IV – Indicar os detentos que participarão do programa, no horário estabelecido, substituindo os que demonstrarem falta de interesse nas atividades, bem como aqueles que, a critério da empresa devam ser substituídos;

V – Proceder à inspeção no(s) veículo(s) da **EMPRESA**, quando de sua chegada, bem como sua saída da **Unidade Prisional**, objetivando coibir a entrada e saída de materiais não permitidos, respeitando as normas internas de segurança daquela **Unidade Prisional**;

VI – Responsabilizar-se pela segurança dos integrantes do programa que prestarão os serviços previstos no objeto deste Termo de Cooperação, sob vigilância e acompanhamento permanente;

VII – Responsabilizar-se pela segurança contra fuga e em favor da disciplina (art. 36 "cap", parte final) da Lei nº 7210/84, Lei da Execução Penal;

VIII – Providenciar abertura de uma caderneta de poupança aos apenados integrantes do programa, deste que possuam documentos, para depósito da remuneração referente ao trabalho executado e arquivar os recibos referentes ao pagamento da remuneração dos apenados;

IX – Deduzir do valor depositado de cada detento, 1/3 (um terço) para indenização dos danos causados pelo crime, desde que determinados judicialmente e não reparados por outros meios; 1/3 (um terço) para assistência à família; e repassar 1/3 (um terço) ao reeducando, para utilizar com pequenas despesas pessoais, conforme estipula as alíneas "a", "b", "c" e "d" o § 1º do artigo 56 e artigo 110 do Decreto 3.494 de 27 de junho de 1989;

X – Caso a indenização dos danos causados pelo crime não seja determinado judicialmente, ou tenha sido reparado por outros meios, o valor correspondente deve ser depositado em caderneta de poupança que será entregue ao reeducando quando posto em liberdade; da mesma forma se procederá quando o apenado não possuir familiares;

XI – Remeter impreterivelmente até o 5º (quinto) dia útil após o recebimento dos valores, o respectivo comprovante de depósito ao **DEAP**, aos cuidados da **Gerência de Orientação e Assistência ao Egresso**.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO EMPRESA**

I – Fornecer todos os equipamentos de proteção individual – EPI, matérias-primas, ferramentas e todos demais equipamentos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos, bem como dispor de espaço adequado e seguro para a prática das atividades citadas no objeto deste termo de cooperação;

II – Observar, rigorosamente, as normas de Segurança e Medicina no Trabalho;

III – Efetuar o pagamento da remuneração dos reeducandos de acordo com os artigos 29 e 138 da Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984 – Lei de Execuções Penais, na ordem de **um salário mínimo vigente no país**;

IV- Fornecer alimentação gratuita;

V – Depositar mensalmente até o 5º (cinco) do mês subsequente, o pagamento referente a 25% (vinte e cinco por cento) da folha de pagamento mensal dos serviços executados pelos detentos, depositando-os de acordo com os procedimentos para depósito identificado, código do Órgão 1686 – **FUNDO ROTATIVO DA PENITENCIÁRIASUL, Agência 3582-3, conta corrente nº.900.120-**



**4 BANCO DO BRASIL e o pagamento referente a 75% (setenta e cinco por cento) da folha de pagamento mensal dos serviços executados pelos detentos deverá ser depositado na conta 52.482-4 Ag 0201-1.**

**PARAGRAFO ÚNICO:** Os valores arrecadados provenientes dos 25% serão aplicados através do **FUNDO ROTATIVO DA PENITENCIARIA, EXCLUSIVAMENTE NO** ..... respeitado as normas orçamentárias.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO TRABALHO DOS REEDUCANDOS**

I – A quantidade de reeducandos, a forma de orientação dos trabalhos, a distribuição do horário e demais atividades são de exclusiva competência do **PRESÍDIO**, não gerando por isso, quaisquer vinculações e responsabilidades sociais, previdenciárias, ou trabalhistas, da **EMPRESA** para com os reeducandos, por força de que dispõe a Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984 – Lei de Execuções penais, em seus Artigos 28, parágrafo 2º e 33.

II – As obrigações assumidas pela **SECRETARIA** serão executadas pelo **PRESÍDIO** com a supervisão do **DEAP** facultando seu acompanhamento pelo Conselho da Comunidade, nos termos do art. 81 da Lei nº. 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execuções Penais.

**PARAGRAFO ÚNICO:** A duração do trabalho diário normal de cada reeducando não será inferior a 6 (seis) horas e nem superior a 8 (oito) horas, com descanso nos domingos e feriados.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do presente termo é de 5 (cinco) anos, contados da data de sua assinatura e publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ser alterado ou complementado mediante Termo Aditivo.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

As partes poderão a qualquer tempo, propor a sua rescisão, mediante a comunicação expressa, prévia, de 90 (noventa) dias a outra parte, podendo ainda ser rescindido por inadimplência de qualquer de suas cláusulas ou pela superveniência de norma ou fato que o torne inexecutável, ou por mútuo acordo, através de notificação escrita, expressando os motivos de sua pretensão.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

I - Os direitos e obrigações decorrentes deste termo de cooperação não poderão ser cedidos ou transferidos.

II - Quaisquer alterações no presente termo de cooperação deverão ser realizadas mediante aditamento, sem o qual não produzirão qualquer efeito;

III – Os casos omissos no presente termo de cooperação, ou dúvidas decorrentes de sua publicação, serão resolvidos do comum acordo entre as partes, ou mediante arbitramento, mas somente se tornarão exigíveis após a assinatura de um termo de aditamento;

#### **CLÁUSULA NONA – DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis para dirimir as questões da execução do presente termo de cooperação, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente termo de cooperação em 05 (CINCO) vias, de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, juntamente com as testemunhas abaixo.

Florianópolis,                      de    de 2013.

**ADA LILI FARACO DE LUCA**  
Secretária de Estado de Justiça e Cidadania

**LEANDRO ANTÔNIO SOARES LIMA**  
Diretor de Administração Prisional

Diretor da Penitenciária

Empresa

#### **Testemunhas:**

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF: